

TATIANE LESSA

**PATRIMÔNIO CULTURAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO
MUNICÍPIO DE ERVÁLIA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Valter Machado da Fonseca

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L638p Lessa, Tatiane, 1996-
2023 Patrimônio cultural no processo de ensino aprendizagem no
município de Ervália-MG / Tatiane Lessa. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (150 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Valter Machado da Fonseca.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Educação, 2023.

Referências bibliográficas: f. 135-139.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.421>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Professores - Formação. 2. Patrimônio cultural - Proteção
- Ervália (MG). I. Fonseca, Valter Machado da, 1957-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 371.1

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

TATIANE LESSA

**PATRIMÔNIO CULTURAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO
MUNICÍPIO DE ERVÁLIA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de junho de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 TATIANE LESSA
Data: 03/07/2023 17:50:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tatiane Lessa
Autora

Documento assinado digitalmente
 VALTER MACHADO DA FONSECA
Data: 03/07/2023 18:36:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Valter Machado da Fonseca
Orientador

*Dedico esse trabalho à minha família e amigos,
que me deram forças nessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado forças para chegar até ao fim.

Agradeço aos meus pais, Cesar e Edilene, por todo o esforço investido em minha educação e pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Agradeço especialmente ao meu orientador Valter, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, pelo incentivo e pela dedicação do seu tempo em minha pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa e a todos os professores do PPGE, pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Aos meus amigos, principalmente à Josimara, à Luciana, à Shamylla e ao Mateus, pela amizade e atenção dedicadas quando precisei, por me incentivarem e me mostrar do que eu era capaz.

Agradeço à Ana Carolina Fernandes Gonçalves e à Aída Sant'Anna, pelas valiosas contribuições dadas em minha pesquisa e pelas conversas e trocas de conhecimento.

Agradeço à psicóloga Laís Cunha, por me mostrar que sou capaz, por me incentivar e me fazer acreditar que meu sonho daria certo.

Também agradeço a todos os meus colegas (mesmo àqueles que não estiveram juntos, presencialmente e pessoalmente) pelo apoio e troca de ideias.

Por fim, agradeço a todos que me apoiaram e torceram por mim nesta jornada! Sou grata a todos vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Berço

*Quando, do alto do Santo Cristo, espio
a cidade, lá em baixo, espreguiçando,
o meu olhar vai triste, acompanhando
o percurso monótono do rio.*

*Vejo a praça, o jardim por onde eu ando;
na igreja a torre de final esguio;
e, em fila dupla o extenso casario,
as chaminés, lá longe, fumegando...*

*Emocionado, ansioso, em sobressalto,
o meu olhar domina a cordilheira;
minh'alma vai subir àquela serra!...*

*Mas, para que, meu Deus, subir tão alto?!
-Para abraçar, de uma só vez, inteira,
a minha doce e pequena terra”.*
(Ivo Barroso, ervalense, 1998)

RESUMO

LESSA, Tatiane, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2023. **Patrimônio cultural no processo de ensino-aprendizagem no município de Ervália/MG.** Orientador: Valter Machado da Fonseca.

A educação patrimonial é imprescindível para conhecer e reconhecer os patrimônios, a cultura, a história e a memória de diversos grupos. Contudo, o conceito de patrimônio cultural se modificou e se ampliou ao longo do tempo, e, nesse movimento, não só bens artísticos e históricos são valorizados e reconhecidos, mas também as mais diversas formas de tradições. Em Ervália, Minas Gerais, os bens tombados são de origem elitista e religiosa, porém, eles e as mais variadas tradições culturais poderiam ser utilizados de forma crítica e construtiva no processo de ensino-aprendizagem, principalmente na educação patrimonial. Nesse sentido, o presente trabalho buscou averiguar como a educação patrimonial ocorre na prática em escolas estaduais do município, onde foi enviado um questionário aos educadores que nelas atuam, para averiguar informações, aprofundar análises e construir sínteses. Com as respostas dos educadores, novos conhecimentos podem ser pensados e construídos para o processo educacional, levando em consideração o que os educandos já sabem. Algumas propostas de intervenções também foram apresentadas, direcionadas a uma boa condução de práticas educativas que envolvam educandos, educadores e a população do município em torno da educação patrimonial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino. Bens tombados. Patrimônio.

ABSTRACT

LESSA, Tatiane, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2023. **Cultural heritage in the teaching learning process in the municipality of Ervália/MG.** Adviser: Valter Machado da Fonseca.

Heritage education is essential to know and recognize the heritage, culture, history and memory of different groups. However, the concept of cultural heritage has changed and expanded over time, and, in this movement, not only artistic and historical assets are valued and recognized, but also the most diverse forms of traditions. In Ervália, Minas Gerais, the listed assets are of elitist and religious origin, however, they and the most varied cultural traditions could be used in a critical and constructive way in the teaching-learning process, mainly in heritage education. In this sense, the present work sought to find out how heritage education occurs in practice in state schools in the municipality, where a questionnaire was sent to the educators who work in them, to find out information, deepen analyzes and build syntheses. With the educators' answers, new knowledge can be thought of and constructed for the educational process, taking into account what the students already know. Some intervention proposals were also presented, aimed at a good conduction of educational practices that involve students, educators and the population of the municipality around heritage education.

Keywords: Heritage Education. Teaching. Heritage. Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Patrimonial
FUMPAC	Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NUPEADE	Núcleo de Pesquisa Educação e Artes em Diferentes Espaços
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PME	Prefeitura Municipal de Ervália
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa localização específica de Ervália.....	23
Figura 2 - Legenda ampliada.....	23
Figura 3 - Mapa dos bens inventariados em exercícios anteriores ao ano de ação e preservação.....	28
Figura 4 - Mapa Ervália Cultural.....	30
Figura 5 - Estátua de Monsenhor Rodolfo.....	33
Figura 6 - Túmulo de Eleotério de Andrade lado direito.....	35
Figura 7 - Túmulo de Eleotério de Andrade frente.....	35
Figura 8 - Reparos no Túmulo de Eleotério de Andrade.....	36
Figura 9 - Capela do Conjunto Paisagístico Santo Cristo.....	38
Figura 10 - Fachada do Conjunto Paisagístico Santo Cristo em 2022.....	39
Figura 11 - Fotografia da frente da Capela do Conjunto Paisagístico Santo Cristo.....	39
Figura 12 - Cachoeira da Usina.....	41
Figura 13 - Monumento dos Anjos no centro de Ervália.....	42
Figura 14 - Igreja Matriz de Herval (Igreja Antiga) s/d.....	43
Figura 15 - Capela Nossa Senhora da Misericórdia.....	45
Figura 16 - Imagens de procissão.....	47
Figura 17 - Imagem de São Sebastião em pedestal.....	48
Figura 18 - Imagem do altar onde se encontra a Imagem de São Sebastião iluminado pelos vitrais.....	49
Figura 19 - Nossa Senhora do Rosário.....	51
Figura 20 - Acervo Capela Nossa Senhora do Rosário, Imagens e Rosário.....	51
Figura 21 - Postagem no <i>Instagram</i> de reforma a imagem de São Januário, acervo Capela Nossa Senhora do Rosário, Imagens e Rosário.....	52
Figura 22 - Praça do Rosário, Ervália - MG (2007).....	54
Figura 23 - Praça do Rosário, Ervália - MG (2020).....	54
Figura 24 - Praça do Rosário, Ervália - MG (2020).....	55
Figura 25 - Gráfico das opções religiosas predominantes e declaradas em alguns municípios mineiros.....	57
Figura 26 - Frente da Escola Estadual Professor David Procópio.....	79
Figura 27 - Escola Estadual Monsenhor Rodolfo.....	80
Figura 28 - Interior da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas.....	81
Figura 29 - Gráfico dos educadores respondentes distribuídos por escola.....	83
Figura 30 - Gráfico representativo do sexo dos educadores que responderam ao	

questionário.....	85
Figura 31 - Gráfico do número de educadores por disciplina.....	86
Figura 32 - Gráfico do número de educadores que desenvolveram atividades interdisciplinares.....	87
Figura 33 - Mapa mental do perfil dos docentes.....	90
Figura 34 - Gráfico da utilização de outros espaços de aprendizagem pelos educadores.....	91
Figura 35 - Gráfico da utilização de bem tombado do município de Ervália em práticas didáticas dos educadores que responderam ao questionário.....	96
Figura 36 - Gráfico da utilização de algum bem tombado ou visitas em outro município nas práticas didáticas dos educadores que responderam ao questionário.....	98
Figura 37 - Organograma Realização da EP pelos Educadores nos mais diversos espaços.....	99
Figura 38 - Organograma de monumentos que poderiam ser tombados de acordo com os educadores.....	102
Figura 39 - Organograma limitações para a EP.....	107
Figura 40 - Gráfico da participação de educadores que desenvolveram ou acompanharam projetos escolares com a proposta de educação patrimonial.....	108
Figura 41 - Gráfico dos educadores que desenvolvem ou já desenvolveram atividades ou projetos quanto à educação patrimonial.....	111
Figura 42 - Relações estabelecidas na EP.....	115
Figura 43 - Alunas apresentando trabalho.....	121
Figura 44 - Maquete da Igreja São Sebastião.....	122
Figura 45 - Mural de fotos 1.....	122
Figura 46 - Mural de fotos 2.....	122
Figura 47 - Exposição sobre a Semana Santa que ocorreu em Ervália.....	124
Figura 48 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural em Santo Antônio da Ventania.....	124
Figura 49 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural em Santo Antônio da Ventania.....	126
Figura 50 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural - Pintura nas peneiras.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bens tombados de Ervália.....	24
Quadro 2 - Religião em Ervália, municípios vizinhos e capital mineira, de acordo com o IBGE 2010.....	56
Quadro 3 - Participantes por disciplina.....	82
Quadro 4 - Exemplo de código dos participantes.....	83
Quadro 5 - Caracterização da amostragem.....	83
Quadro 6 - Utilização de espaços alternativos de aprendizagem.....	92
Quadro 7 - Participação e interação de Educandos e Educadores na realização da EP.....	93
Quadro 8 - Interação dos educandos fora sala de aula.....	94
Quadro 9 - Utilização dos bens tombados em Ervália ou outros municípios.....	96
Quadro 10 - Monumentos que deveriam ser tombados de acordo com os educadores.....	100
Quadro 11 - Dificuldades e impossibilidades para a realização da EP.....	104
Quadro 12 - Respostas sobre a utilização dos bens tombados como espaço não formal de aprendizagem.....	108
Quadro 13 - Projetos desenvolvidos sobre a EP.....	110
Quadro 14 - Descrição de alguns projetos sobre a EP.....	112
Quadro 15 - Informações extras por parte dos educadores.....	113
Quadro 16 - Quadro de perguntas.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ERVÁLIA - MG E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	22
1.1 O município de Ervália e os seus bens tombados: contextualizando o local da pesquisa.....	22
1.2 Bens tombados de Ervália.....	26
1.2.1 Estátua de Monsenhor Rodolfo.....	31
1.2.2 Túmulo de Eleotério de Andrade.....	33
1.2.3 Conjunto Paisagístico Santo Cristo.....	37
1.2.4 Cachoeira da Usina.....	40
1.2.5 Monumentos dos Anjos.....	41
1.2.6 Capela Nossa Senhora da Misericórdia.....	43
1.2.7 Imagens de Procissão.....	45
1.2.8 Imagem do Padroeiro São Sebastião.....	47
1.2.9 Capela Nossa Senhora do Rosário e seu acervo.....	49
1.3 O homem e sua relação com o espaço, a memória e o patrimônio.....	59
1.4 A relação do coletivo e o patrimônio.....	63
1.5 Patrimônio cultural.....	65
1.6 A valorização cultural através da educação patrimonial.....	69
2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRÁTICAS DOCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ERVÁLIA – MG.....	73
2.1 Além dos muros da escola.....	73
2.2 As escolas estaduais de Ervália e a educação patrimonial.....	78
2.2.1 Escola Estadual Professor David Procópio.....	79
2.2.2 Escola Estadual Monsenhor Rodolfo.....	79
2.2.3 Escola Estadual Dom Francisco Das Chagas.....	80
2.3 Resultados e Discussões: perfil dos educadores que participaram do questionário.....	82
2.4 Resultados e Discussões: a utilização de espaços alternativos e não formais na EP.....	90
2.5 Resultados e Discussões: Educação Patrimonial.....	102
3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA E CONSTRUTIVA.....	116
3.1 Ações realizadas no ambiente escolar e comunidades locais.....	121

3.2 Proposições de atividades voltadas para o patrimônio cultural.....	129
3.2.1 Intervenção com educandos e educadores.....	129
3.2.2 Intervenções com a população.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO I- TCLE.....	140
ANEXO II- PARECER COMITÊ DE ÉTICA UFV.....	144
ANEXO III- PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO.....	149
ANEXO IV- TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE FOTOGRAFIA.....	150

INTRODUÇÃO

Os espaços em que vivemos e com os quais nos deparamos em nosso cotidiano são marcados por características históricas, artísticas e culturais. Muitas vezes, alguns desses aspectos nos passam despercebidos, mas também somos parte desse meio e por isso é necessário reconhecê-los. Nesse processo de pertencimento, a educação patrimonial tem papel determinante, pois faz com que os sujeitos reconheçam e se tornem sujeitos participativos na sociedade em que estão. Assim, tendo em mente a importância da educação patrimonial, esta pesquisa busca identificar, analisar e apresentar algumas contribuições práticas do patrimônio cultural na educação.

Para chegar até esta dissertação, uma longa caminhada foi percorrida: sou filha de lavradores rurais do município de Ervália, Minas Gerais, praticantes da agricultura familiar de subsistência, a quem devo tudo o que o curso de mestrado me proporcionou, pois sempre me incentivaram a estudar. Devido à condição financeira da família, fui aluna de escola pública durante toda a Educação Básica, com o auxílio de vários outros recursos públicos oferecidos, como o transporte escolar, livros didáticos, merenda, entre outros. Algumas vezes, chegava da escola e ajudava meus pais a secar o café da colheita, mas sempre de forma que não era prejudicada nas tarefas escolares. No Ensino Médio surgiu um interesse maior pela disciplina de História, o que me levou a querer fazer graduação no curso, em que tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos nessa área do saber. Por meio da universidade pública, alcancei o diploma de Ensino Superior e, mais tarde, ingressei no Mestrado. Alcançar esse nível de estudos é uma grande conquista pessoal e também para meus pais.

No início do Ensino Médio, eu já tinha certeza do que queria: cursar História. Como sempre estudei em escola pública, fiz o Cursinho Popular na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no ano de 2013, e no ano de 2014, com apenas dezessete anos, ingressei no curso que desejava. Então, no curso de História da UFRV, eu tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre a temática de patrimônio cultural, e também tive a oportunidade de fazer estágios e de participar de grupos de pesquisa, que em muito contribuíram para este estudo.

Primeiramente, tive oportunidade de estagiar fazendo catalogação e descrição de fotografias em um acervo virtual da Universidade, em que as fotografias eram escaneadas, as descrições eram analisadas e, em seguida, disponibilizadas no repositório virtual. Já no ano de 2017 tive a grande oportunidade de participar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), um excelente programa para a preparação de um futuro educador. Outra grande oportunidade foi a de poder participar do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em

Diferentes Espaços (NUPEADE), em que tive a oportunidade de vivenciar, de perto, a prática docente e a educação patrimonial em diferentes espaços. As experiências vivenciadas no grupo de estudos muito contribuíram para que eu pudesse perceber como é pertinente ao educando conhecer e reconhecer-se pelo ambiente em que está inserido.

Em 2019, comecei a lecionar, inicialmente em uma escola em área rural, para uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Um mês depois comecei a lecionar em uma escola na área urbana, na qual havia turmas de sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Foi nesse período que começaram a surgir as motivações e ideias de me aprofundar no tema por meio da pesquisa acadêmica.

O interesse pessoal pelo patrimônio cultural começou, na verdade, no ano de 2010, em uma viagem a Congonhas-MG, onde foi possível conhecer e visitar as esculturas em pedra sabão de Aleijadinho. A partir daí iniciaram-se as minhas breves pesquisas sobre as chuvas corrosivas que afetavam os monumentos. Devido à curiosidade por monumentos e às aulas do curso, o interesse por conhecimentos sobre essa temática foi aumentando cada vez mais com o decorrer do tempo.

A ideia do projeto de pesquisa se concretizou a partir das experiências como educadora de História no ano de 2019. Através de um trabalho com turmas do Ensino Fundamental sobre o conceito de patrimônio cultural e sobre quais eram os bens tombados do município, percebi que a maioria dos educandos desconhecia a existência dos nove bens tombados em Ervália. Mesmo sabendo da existência da Casa da Cultura no centro da cidade, eles não a conheciam - e alguns discentes, inclusive, nunca tinham a visitado. Além disso, grande parte dos educandos não sabia o que era um bem tombado.

Uma parcela considerável de educandos não acreditava na existência dos bens tombados na cidade, pois, para eles, patrimônios materiais só existiam em municípios ou cidades com uma população maior, como Viçosa, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Alguns deles até conheciam alguns monumentos da cidade, mas não sabiam que era um bem tombado e o que isso significava. Apesar de Ervália ser um município pequeno, conta com muitos lugares para a prática de esportes, praças, bens tombados e inventariados, além de uma casa cultural. Todos esses espaços poderiam ser bem utilizados na educação patrimonial (EP), vindo a contribuir de forma construtiva para o processo de ensino-aprendizagem dos educadores e educandos, uma vez que tem se tornado cada vez mais comum, nas práticas escolares, a utilização de espaços não formais para a educação e o reconhecimento de que estes muito têm a contribuir. Entendemos esse processo como um exercício de reconhecer-se pelo espaço, estando inserido nele.

Desse modo, aprofundar os conhecimentos em patrimônio cultural é acreditar que a EP pode ser transformadora. Como professora de História, vejo que os espaços não formais e informais, compreendidos como o patrimônio cultural, são de grande importância e têm muito a contribuir, principalmente para a construção da memória e da identidade dos educandos.

Sendo assim, o foco desta pesquisa é analisar o patrimônio cultural, os bens tombados e as contribuições e ações da educação patrimonial no município de Ervália, Minas Gerais. Como envolve o processo de ensino-aprendizagem, parte do trabalho e as análises contam com a participação de educadores que desenvolvem projetos com a temática patrimonial na rede pública do município, no Ensino Fundamental e Ensino Médio. A pesquisa foi desenvolvida em escolas estaduais localizadas em áreas rural e urbana.

Este estudo contribui para o conhecimento científico, pois apresenta novas formas de se aperfeiçoar e tornar as aulas com a temática educação patrimonial ainda mais interessantes e próximas da realidade dos educandos, com uma didática mais participativa e integradora. O patrimônio e os bens tombados devem ser mais utilizados, visto que podem melhorar a valorização cultural e aumentar o conhecimento e a participação dos educandos, tornando-os sujeitos conhecedores e críticos da sociedade em que estão.

As questões-problemas que mobilizaram esta pesquisa são: Como é a utilização dos patrimônios culturais pelos educadores nas escolas públicas em Ervália - MG? De que modo ocorre a educação patrimonial e de que forma poderia ser melhorada no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio dessa localidade?

Todos os municípios, sejam aqueles que contam com centros históricos ou aqueles que foram emancipados recentemente, carregam a sua história. As tradições e a cultura de seu povo devem ser conhecidas e valorizadas, respeitando suas singularidades, para que tradições não sejam perdidas. O espaço escolar é o ambiente adequado para a valorização cultural, já que é um ambiente de interação entre diversos sujeitos.

Considerando esses fundamentos, o objetivo geral desta pesquisa foi: analisar como o patrimônio e os bens tombados podem contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas de Ervália - MG. Os objetivos específicos foram: mapear e descrever os bens tombados na cidade de Ervália e analisar como poderiam ser utilizados; analisar a importância do patrimônio no processo de ensino-aprendizagem no referido município, como ocorre a educação patrimonial e a utilização dos espaços não formais de aprendizagem pelos educadores; e verificar com os educadores os projetos que foram desenvolvidos sobre a educação patrimonial e a utilização de espaços não formais.

A pesquisa possui caráter qualitativo, na qual foi utilizado o método de estudo de caso, que permite um conhecimento detalhado e amplo do contexto e do tema abordados, pois o trabalho produzido teve contato com as interações humanas no ambiente escolar. Já o instrumento de coleta de dados constituiu-se de um questionário estruturado enviado para educadores da rede pública de Ervália, que lecionam em área rural ou urbana, no Ensino Fundamental II ou no Ensino Médio. Os dados fornecidos serviram para conhecermos um pouco sobre o trabalho de educação patrimonial já desenvolvido. A análise de dados foi baseada em Bardin (1977, p. 95), que centra em três pilares: “a análise do material, a exploração do material e o tratamento dos resultados”, o que possibilitará boas reflexões.

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 1977, p. 95).

Vale complementar que no método de estudo de caso, de acordo com Martins (2004) as ações podem ser analisadas de forma individual ou em grupos.

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador (MARTINS, 2004, p. 292).

Como afirma Martins (2004), o método qualitativo tem uma forma ampla e flexível de fazer pesquisa, explorando os dados de modo mais aprofundado, sendo, por isso, um campo cheio de possibilidades na pesquisa. O estudo de caso utilizado nesta pesquisa nos permite ir mais a fundo, pesquisar e analisar conhecimentos de forma abrangente. De acordo com Yin, “o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (YIN, 2001. p. 33).

As etapas e fontes desta pesquisa são as seguintes: pesquisa bibliográfica pesquisa fotográfica, pesquisa documental e análise de questionários. A pesquisa começou pela revisão bibliográfica, de cunho exploratório, sobre os principais autores que abordam sobre a temática de patrimônio cultural e bens tombados. Nesse ínterim, é relevante conhecer a definição de

patrimônio cultural, bens tombados, patrimônio material, imaterial, educação formal, não formal e os espaços formais e não formais.

Para este estudo, o uso de fotografias foi relevante, permitindo conhecer os bens tombados do município de Ervália, observar suas estruturas, suas características, sua preservação e se são espaços viáveis para se desenvolver atividades educativas. De acordo com Kossoy, a fotografia retrata uma temporalidade e um espaço, reunindo um conjunto de informações:

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado este artefato nos oferece indício quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele precioso fragmento de espaço /tempo retratado (KOSSOY, 2009, p. 45).

A fotografia é, pois, fruto de um contexto, e por isso é necessário contextualizá-la ao seu tempo histórico. Ela simboliza a ação do homem através do tempo e do espaço histórico-geográfico. A partir das fotografias dos bens tombados foi possível retirarmos algumas informações, além da visualização dos espaços, das condições de acesso ao público de práticas culturais que são realizadas e até mesmo da utilização desses lugares como espaços não formais de aprendizagem. A fotografia é uma fonte histórica, uma forma de registro; é uma representação de um determinado momento histórico.

Outra etapa é constituída da pesquisa documental, em que são utilizadas a Constituição Federal Brasileira de 1988, legislações, resoluções e outros documentos para conhecimento do que é patrimônio cultural, tombamento e EP. Para Silva, Damaceno e Martins:

Apesar de se reconhecer toda a multiplicidade e diversidade de documentos que estão no cerne da pesquisa documental, destaca-se aqui a relevância dos documentos de linguagem verbal e escrita, pois estes constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional. [...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA; DAMACENO; MARTINS, 2009, p. 4557).

A pesquisa documental, como a pesquisa por leis, nos permite compreender os direitos e deveres dos homens perante a sociedade. A Constituição Federal de 1988 rege todas as leis

brasileiras e a conduta do país e nela é abordado também sobre as condutas quanto ao patrimônio cultural. A esse respeito, Godoy define as fontes primárias e secundárias, citando alguns exemplos de documentos:

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primários” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (GODOY, 1995, p. 21-22).

Para sabermos como os docentes desenvolvem projetos sobre a EP, foi aplicado um questionário que demandavam algumas informações, conforme Anexo I. As escolas englobadas neste estudo, com professores que responderam ao questionário, são: Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, Escola Estadual Monsenhor Rodolfo e Escola Estadual Professor David Procópio. A escolha dessas instituições educacionais deveu-se ao fato de serem escolas públicas, de rede estadual, que estão localizadas no município de Ervália - MG.

O número de professores participantes foi diferente entre as escolas devido ao número de docentes de cada uma delas. Das três escolas, a E. E. Professor David Procópio é a que tem um maior quadro de educadores, e, sendo assim, é a que mais recebeu convites de participação. Já a E. E. Dom Francisco das Chagas é a que recebeu um menor número de convites. Com um total de 26 professores convidados para responder ao questionário, sendo 16 participantes efetivamente, foi possível alcançarmos um número considerável de respostas daqueles que se mostraram interessados em participar da pesquisa. Esse número de participantes também está relacionado ao fato de serem professores das disciplinas de Ciências Humanas e que possivelmente trabalham com a EP.

Para este público participante, foi aplicado um questionário *on-line*, por formulário, devido à pandemia de COVID-19¹, que teve como principal medida de combate o distanciamento social. Os educadores que responderam ao questionário são ministrantes de disciplinas relacionadas à área Humanas, que são oferecidas tanto no Ensino Fundamental

¹ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 pode ser assintomática ou oligossintomática (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requerem atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>.

quanto no Ensino Médio, quais sejam: Artes, Geografia, História e Língua Portuguesa. Muitas vezes, as atividades desenvolvidas fora do espaço escolar são feitas em conjunto pelos professores, em propostas interdisciplinares, e devido a isso é pertinente conhecermos a visão e as experiências dos educadores de outras disciplinas e suas inter-relações.

Por meio dos questionários, objetivamos conhecer as possíveis práticas docentes na EP e como essa pode ser aperfeiçoada. Algumas perguntas foram abertas, o que permitiu ao participante responder de forma livre.

As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p.262).

Esse questionário foi aplicado/enviado pela pesquisadora de forma assíncrona, por intermédio de *e-mail* e *WhatsApp*. Ele permitiu maior praticidade para os participantes, já que podiam responder em um momento em que estivessem menos apertados com suas atividades diárias. Os termos de consentimento para a participação da pesquisa (TCLE)² também foram enviados por *e-mail* e *Google formulário*.

Em face desta contextualização teórico-metodológica, esta dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta conceitos como o de patrimônio cultural, bens tombados e patrimônio material. Neste momento do texto é feita a problematização do conceito de patrimônio, bem como é situado o local onde a pesquisa foi realizada, sendo feita uma necessária uma descrição do município, dos bens tombados e da casa da cultura existentes na cidade. Outrossim, é apresentado um mapeamento dos bens tombados do município e registros fotográficos deles, de modo que se tornou possível as análises das condições desses bens e se estes estão preservados.

No segundo capítulo são situadas as escolas dos educadores respondentes do questionário (o nível de ensino, localização, o número de discentes e docentes etc.). Nesta parte da dissertação foi realizada uma análise dos questionários respondidos pelos professores investigados, sobre a utilização do patrimônio cultural do município. Outra questão é a observação se os professores desenvolvem projetos interdisciplinares sobre a EP em Ervália ou até mesmo em outros municípios e como foi essa experiência.

² Em anexo o TCLE.

No terceiro capítulo é abordado se há possibilidades de os bens tombados serem utilizados como objetos ou espaços de ensino-aprendizagem. Neste momento, foram apresentadas propostas de utilização desses bens patrimoniais com o intuito de que possam permitir aperfeiçoar a prática docente, sendo esta uma contribuição desta pesquisa. Por fim, foram tecidas as considerações finais, sendo feito um breve fechamento das análises de todos os resultados.

1 A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ERVÁLIA - MG E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo são abordadas algumas informações sobre o município de Ervália- MG, local onde ocorreu a pesquisa e a discussão sobre alguns conceitos importantes, como memória e patrimônio cultural. Dessa forma, é abordado sobre a sua localização, o número de habitantes, os bens tombados, entre outras características, assim como sobre os dados foram retirados do IBGE ou documentos disponibilizados pela Casa da Cultura. Outrossim, foi realizada uma breve análise dos bens tombados, suas características históricas e como eles se encontram hoje.

1.1 O município de Ervália e os seus bens tombados: contextualizando o local da pesquisa

De acordo com o IBGE, Ervália é um município localizado na Zona da Mata Mineira, foi emancipado em 17 de junho de 1939, tem como principal atividade econômica a agricultura e possui muitas riquezas naturais. Distante a 36 quilômetros de Viçosa e a 259 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021 o município tinha a sua população estimada em 19.019 pessoas. A seguir, temos o mapa do município e sua legenda ampliada (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Mapa localização específica de Ervália

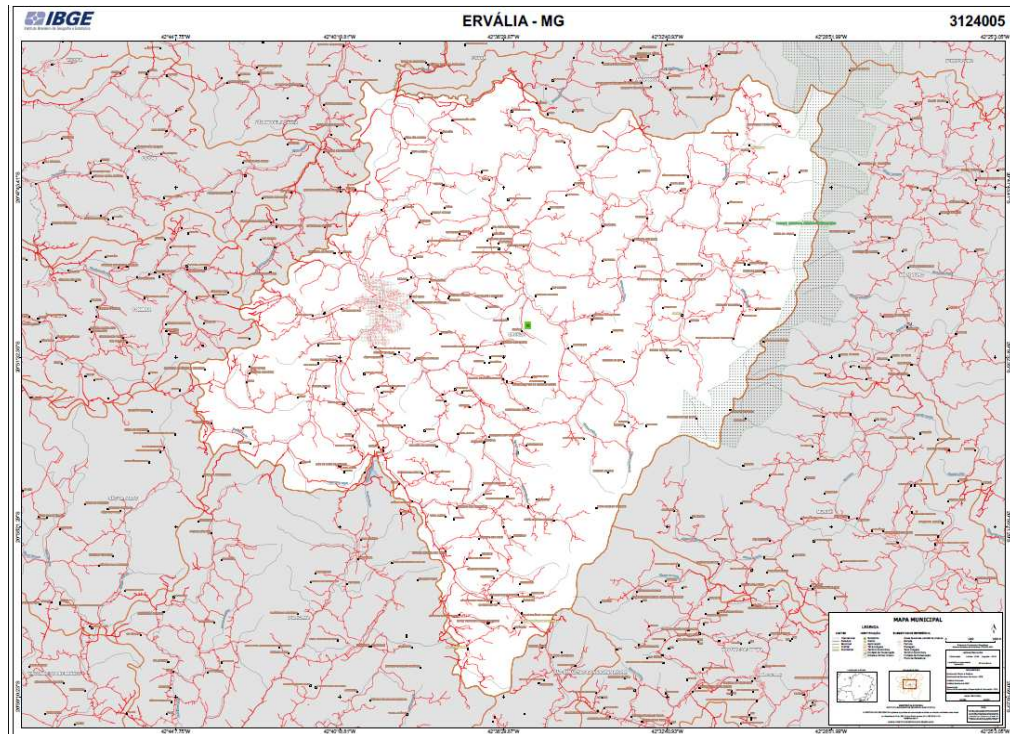
Fonte: IBGE ³.

Figura 2 - Legenda ampliada

Fonte: IBGE ⁴.

Quanto à escolarização de 6 a 14 anos, em 2010 a taxa era de 93,6%. Não há dados mais recentes sobre esses números entre as estatísticas do Instituto. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os anos iniciais do Ensino Fundamental de rede pública em 2019 tinham a nota de 6,7, enquanto que a nota dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública é 4,1. Em 2020, o município contava com 3.276 matrículas, sendo 2.542 do Ensino Fundamental e 694 do Ensino Médio⁵. O número de docentes do Ensino Fundamental no município era de 176 professores, e de 73 do Ensino Médio. No total, há no município 14 escolas, das quais quatro possuem o Ensino Médio, sendo elas duas escolas estaduais públicas e duas particulares.

As principais atividades econômicas do município na área rural giram em torno da agricultura familiar na produção de café, milho e pecuária. Na área urbana, os trabalhos que prevalecem são o comércio, as confecções de costura e o serviço público prestado em escolas, área da saúde e prefeitura. O município conta com muitos espaços interativos, como quadras poliesportivas, praças com espaços arejados, campos de futebol, espaços verdes, cachoeiras, entre outros. Há também tradições culturais e vários monumentos que retratam parte da história ou homenagens a pessoas que foram marcantes para o desenvolvimento do município. Muitos desses monumentos são bens inventariados ou tombados. Em Ervália há nove bens tombados, de acordo com o histórico disponível no *site* da Prefeitura Municipal. O Quadro 1, abaixo, lista esses bens, que são classificados em bem imóvel, bem móvel, conjunto paisagístico e sítio natural.

Quadro 1 - Bens tombados de Ervália

“Nove Bens tombados por Decreto a nível Municipal e todos já com Tombamentos aprovados pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. A ordem dos Bens Tombados é:” (HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, s/p)	
1- Estátua de Monsenhor Rodolfo	BI (Bem Imóvel) tombado pelo Decreto 006/2003- Inscrição no Livro de Tombo 001/2003. Situado na Praça Getúlio Vargas, s/n, Centro, sede.
2- Túmulo de Eleotério Pereira de Andrade	BI – Decreto 007/2003 – Inscrição no Livro de Tombo 002/2003. Situado na Rua Andrades Irmãos, Cemitério, Sede.
3- Conjunto Paisagístico Santo Cristo	CP (Conjunto Paisagístico e Arquitetônico) – Decreto 014/2004 – Inscrição no Livro de Tombo nº 001/2004. Situado na Rua São José s/nº, Distrito Sede, Ervália, MG.
4- Cachoeira da Usina	BI- Sítio Natural- Decreto 011/2005 – Inscrição nº 001/2005. Situada no km 6,5 (BR 356) de

⁵ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ervalia/panorama>.

	Ervália a Muriaé (BR 116), zona rural.
5- Monumentos dos Anjos	BI- Decreto 008/2007- Inscrição no Livro de Tombo nº 05/2007. Situado na Praça Getúlio Vargas s/nº, Centro, Sede.
6- Capela Nossa Senhora da Misericórdia	BI – Decreto 07/2007 – Inscrição no Livro de Tombo nº 06/2007. Situada na Rua Andrades Irmãos, Cemitério, Sede.
7- Imagens de Procissão	Nosso Senhor Morto, Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores – BM (Bem Móvel)- Decreto 012/2008- Inscrição no Livro de Tombo nº 07/2008. Situadas no interior da Igreja Matriz de São Sebastião, Praça Getúlio Vargas, s/n, Centro.
8-Imagem do Padroeiro São Sebastião	BM – Decreto 013/2008- Inscrição no Livro de Tombo 08/2008. Situada no interior da Igreja Matriz de São Sebastião, Praça Getúlio Vargas s/n, Centro.
9- Capela Nossa Senhora do Rosário e seu Acervo	BI (Capela do Rosário) e Bens Integrados, os Bens Móveis (BM) composto pelas Imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santa Catarina de Sena, São Domingos Gusmão, Imagem de São Januário, São Luiz Gonzaga, Imagem de Jesus e o Rosário de Prata – Decreto 08/2009 – Inscrição no Livro de Tombo 009/2009. “Situada na Praça do Rosário, s/n.”

Fonte: PME.⁶ s/d. Disponível em: http://www.ervalia.mg.gov.br/?INT_PAG=4015. Quadro organizado pela autora.

Além dos bens tombados acima apresentados, Ervália conta com a Casa da Cultura, onde se encontram as documentações do patrimônio cultural do município. Atualmente, a própria casa também é um bem inventariado. De acordo com o que ressaltou a Prefeitura Municipal de Ervália, ela é o primeiro museu da cidade, e por isso é um lugar muito importante para o momento de ensino/aprendizagem.

Em certa medida, a CASA DA CULTURA é o primeiro museu de Ervália. Nela serão mantidos alguns bens culturais da cidade, além das doações que forem feitas. Documentos, fotos, objetos antigos representativos de nossa história ficarão doravante expostos e guardados em suas acomodações. Não apenas como hóspedes, e sim como “moradores”. É bom lembrar que um museu não se trata de um lugar onde o passado está armazenado, cheio de objetos inúteis de um tempo que passou, mas sim um estabelecimento onde se pode APRENDER (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2022, p. 03).

Na Casa da Cultura se encontram vários tipos de fontes históricas, as quais podem ser divididas em documentais e materiais. Essas fontes podem ser utilizadas para pesquisa e

⁶ Prefeitura Municipal de Ervália.

conhecimento histórico e cultural do município. A educação deve fornecer meios para que os educandos se tornem pessoas críticas, questionadoras, ativas no meio em que estão inseridas. Ao conhecer alguns bens tombados e a Casa da Cultura da cidade, é importante explicarmos, enquanto educadores, aos educandos o que aquele objeto representa e a sua temporalidade.

A Museologia e a Educação, consideradas como histórico-socialmente condicionadas assumem em cada período histórico, características que são resultado das ações do homem, no mundo, fazendo com que possamos considerá-las como possibilidade e não como determinação. Daí, a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço compreendendo-as como ação social e cultural (SANTOS, 2001, p.03).

As fontes históricas presentes na Casa da Cultura retratam sobre as ações do homem, as quais, através do tempo, provocaram e continuam provocando transformações em Ervália. Com essas fontes, críticas e observações podem ser feitas, pois tudo o que está à nossa volta passa por transformações ou ressignificações.

1.2 Bens tombados de Ervália

Todos os municípios sejam aqueles que contam com centros históricos ou não, ou que têm um grande ou pequeno número de habitantes, carregam uma história. Nesse ínterim, as mais diversas tradições e culturas devem ser conhecidas e valorizadas, respeitando suas singularidades para que as tradições daquele lugar e daquele povo não sejam perdidas. O espaço escolar é o ambiente adequado por excelência para a valorização cultural, já que é um ambiente de interação e trocas entre diversos sujeitos.

Em Ervália, assim como em outros municípios mineiros e no Brasil afora, os bens culturais que carregam um significado histórico relevante passam por um processo de tombamento para analisar o motivo para ganharem tal *status*, as condições que se encontram e seu estado conservação, entre outras características que devem ser averiguadas. Essas ações no município de Ervália são realizadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Cada bem tombado possui um Dossiê, onde constam as informações do bem cultural, do motivo do tombamento, do processo, do perímetro que ocupa, bem como as possíveis formas de degradação, formas de conservação etc.

Nesse passo, cumpre lembrarmos que antes de serem tombados, os bens são primeiramente inventariados. No município, os bens que são apenas inventariados são protegidos, mas podem passar por modificações, caso o Conselho do Patrimônio permita. Já

os bens tombados são aqueles que não podem passar por reformas que mudem suas características originais; o que é permitido são apenas manutenções para conservação e restaurações.

A seguir, apresentamos uma breve análise dos nove bens tombados, a qual integra a análise de alguns documentos, de como é o local como ponto turístico, onde se encontram os monumentos, uma fotografia recente de cada um deles e uma leitura dessas imagens. Alguns bens culturais se encontram agrupados mais próximos à Praça Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães, que assim passou a se denominar no ano de 2020, em homenagem ao Monsenhor que atuou no município por décadas. Anteriormente, o local era chamado de Praça Getúlio Vargas.

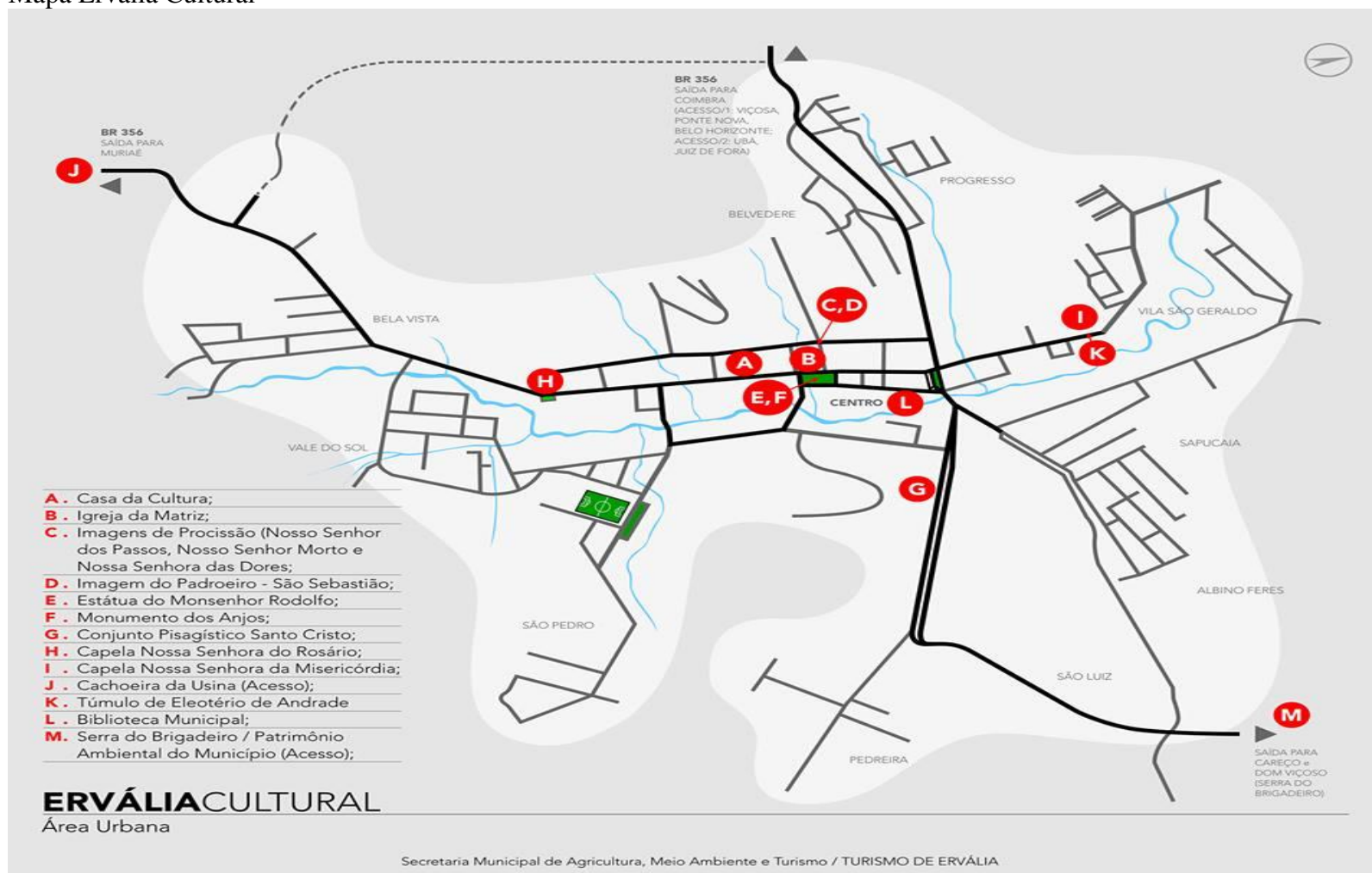
As informações sobre os monumentos foram retiradas dos Dossiês de Tombamento, documentos se encontram guardados na Casa da Cultura em Ervália. O público pode ter acesso aos documentos, desde que peça autorização à pessoa responsável pela casa. Algumas informações também foram retiradas do histórico oferecido no *site* da Prefeitura Municipal de Ervália, a partir das quais pudemos observar que a maioria desses bens é de origem religiosa e se encontra em um mesmo lugar, como, por exemplo, na Igreja São Sebastião. Nela encontram-se quatro bens tombados: a imagem do padroeiro do município, São Sebastião, e três imagens de procissão. Por sua vez, na Capela Nossa Senhora do Rosário encontram-se as imagens de santos; na Praça Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães há os Monumentos dos Anjos e a Estátua de Monsenhor Rodolfo; e, por fim, no cemitério se encontram o Túmulo de Eleotério de Andrade e a Capela Nossa Senhora da Misericórdia. Vale ressaltar que, quando qualquer um dos monumentos necessita de restauro, o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUMPAC) é quem arca com as despesas necessárias, embora possam ser utilizadas outras fontes que não a deste recurso.

A maioria dos bens tombados do município é de origem pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana, demonstrando a alta religiosidade presente na cidade e a hegemonia dessa religião. Essa devoção vem de influências europeias, trazidas por colonizadores. A maioria dos bens teve alguma influência do Monsenhor Rodolfo ou de elites locais que valorizavam a referida religião. Abaixo, o mapa apresenta onde se encontram os bens tombados, que foram primeiramente inventariados. Mesmo tendo monumentos próximos uns dos outros, os bens tombados e inventariados também podem ser encontrados espalhados em vários outros pontos da cidade, como é possível ver na Figura 3.

[illegible]

No mapa é possível localizarmos onde se encontram os bens inventariados e aqueles que já passaram por um processo de tombamento no município de Ervália. Somente a Cachoeira da Usina é que não se encontra no mapa acima, pois está em área rural. Esses bens possuem características históricas e arquitetônicas detalhistas, como os materiais que são feitos, os formatos, os detalhes que possuem, entre outras. Todos os bens devem ser protegidos por lei e devem receber os devidos cuidados quando necessários. No mapa a seguir é possível visualizarmos todas as localidades onde se encontram os bens tombados no município, exceto as letras A, L e M (Figura 4).

Figura 4 - Mapa Ervália Cultural



Fonte: Acervo Casa da Cultura- Turismo de Ervália

Na Figura 4 é possível observarmos que os bens tombados se encontram distribuídos em vários locais no município. De acordo com a Prefeitura Municipal de Ervália, eles estão subdivididos em áreas: Área 1- Área urbana da sede; Área 2- Zona Rural 1 (Sub-bacia do Casca e Sub-bacia do Turvão, que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Doce); Área 3- Zona Rural 2 (Sub-bacia dos Bagres, que pertence à Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul). Desse total, oito se encontram em área urbana e um em zona rural. A seguir, será apresentada a descrição dos nove bens tombados, o ano em que foram criados, os seus idealizadores, seus documentos e seu estado de conservação. Os registros fotográficos dos bens tombados foram feitos para apresentar o estado de cada um deles, sendo as fotos tiradas nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, de autoria da pesquisadora.

1.2.1 Estátua de Monsenhor Rodolfo

Conforme o Dossiê de tombamento de bem móvel 002/2003, o tombamento do monumento da estátua do Monsenhor Rodolfo ocorreu no ano de 2003. Esta obra deu-se em homenagem a uma figura homônima, o Monsenhor Rodolfo Augusto de Oliveira Lima, nascido em 1859, o qual foi pároco de Ervália entre os anos de 1887 a 1941, tendo ele atuado ativamente na região de Ervália por mais de 50 anos. Ademais, o Monsenhor participou ativamente em celebrações religiosas, comprou monumentos religiosos, idealizou o conjunto paisagístico Santo Cristo (monumento também tombado), reformou a igreja matriz e promoveu reformas em capelas, entre outras atividades. Segundo o Dossiê de tombamento, Monsenhor Rodolfo não era nativo, mas marcou a história da região de Ervália durante o período em que por lá esteve. Muitas vezes, ele atuou beneficiando áreas e espaços que geralmente deviam ser gerenciados por autoridades políticas.

A estátua é feita em bronze e está localizada na Praça Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães, de frente para a Igreja Matriz. Ela está entre os monumentos dos anjos, que também possuem valor histórico, religioso e são igualmente tombados. O bem tombado se encontra em boas condições de conservação, sendo sempre admirado pelos moradores e visitantes devido à sua localização no centro da cidade. Ademais, constitui-se o primeiro bem cultural a ser protegido pelo município.

Venho comunicar a V. Ex^a, para os fins estabelecidos na Lei Municipal n.º 1127/2003 que foi aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural deste município em reunião datada de 13 de março de 2003, o tombamento da estátua de Monsenhor Rodolfo de Oliveira Lima, localizada à Praça

Getúlio Vargas, Ervália, Minas Gerais, por seu valor histórico e arquitetônico (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2003).

Em conformidade com o Decreto n.º 006/2003:

Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei n.º 1227/20003, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália e aprovação da Secretaria Municipal de Educação (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2003).

Pelos trechos dos documentos acima apresentados, podemos observar que o monumento é resguardado por órgãos municipais para a sua conservação e preservação. Ainda há o documento de Inscrição 001/2003-ESTÁTUA DO MONSENHOR RODOLFO, que informa:

O bem cultural situado à Praça Getúlio Vargas- Ervália, MG, bem como o bem inserido no perímetro de tombamento da Estátua do Monsenhor Rodolfo com suas características históricas, artísticas e estilísticas por seu valor histórico e arquitetônico está tombado pelo decreto n.º 006/2003. Fica, portanto inscrito neste Livro do Tombo, segundo o número 001/2003 e sujeito à proteção especial de acordo com a Lei Municipal n.º 1227/2003 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2003).

Segue, adiante, imagem da Estátua do Monsenhor Rodolfo, que se encontra em um bom estado de conservação (Figura 5).

Figura 5 - Estátua de Monsenhor Rodolfo



Fonte: Acervo pessoal (2022).

A Estátua do Monsenhor Rodolfo foi uma forma de homenageá-lo e prestigiá-lo, ocupando um lugar de destaque da praça central. Ela já passou por algumas reparações e restauros, já que está submetida às ações do tempo no lugar em que se encontra. Na base do monumento há uma placa descritiva com a Lei de Tombamento e, um pouco acima, datas de nascimento e o período de tempo em que o Monsenhor atuou no município. Esse destaque dado à estátua demonstra a exaltação da religiosidade no município, pois, de acordo com documentos, a personalidade retratada muito contribuiu para o desenvolvimento local, construiu capelas, trouxe imagens importadas, entre outras ações até mesmo de caráter social, embora a maioria envolva a religião Católica Apostólica Romana. O Monsenhor representava os interesses da religião católica no município, que são existentes até os dias de hoje, e os monumentos por ele adquiridos eram ricos em detalhes e feitos com bons materiais. Junto com a elite local, o Monsenhor desejava contribuir para o desenvolvimento do município, com prevalecimento da religião católica.

1.2.2 Túmulo de Eleotério de Andrade

Conforme o Dossiê do Túmulo de Eleotério de Andrade, o bem tombado está localizado no Cemitério Municipal de Ervália, na Rua Irmãos Andrade. O Túmulo foi construído em 1925 para a família, tendo sido um dos primeiros a serem construídos no

cemitério. Eleotério, seu pai e seus irmãos se destacaram pelas atividades comerciais e por investirem no desenvolvimento local. Assim como o Monsenhor Rodolfo, os irmãos Andrades conduziram alguns projetos de melhorias e para a modernização local. A família era bem influente na região, de acordo com o histórico da Prefeitura Municipal de Ervália: os Andrades contribuíram com algumas obras para o município, como a construção da primeira estrada para automóveis; foram titulares em escolas; criaram um jornal, realizaram algumas construções; e também foram os primeiros compradores de café do município.

No Dossiê do Conselho Municipal de Ervália (2003) há a descrição do túmulo, “em estilo eclético com predominância estilística *artnoveau*, implantada em terreno com suave aclive, composta por duas partes principais: base e torre” (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2003). A estrutura e os detalhes artísticos do túmulo chamam a atenção pela riqueza em detalhes, configurando-o como um dos monumentos mais trabalhados e cheios de detalhes no cemitério até a atualidade.

O bem cultural foi tombado pela Lei Municipal n.º 1227/2003, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do município, em 13 de março de 2003. O monumento não pode passar por intervenções sem que antes o conselho municipal de patrimônio seja consultado, e também não pode ser mutilado e nem destruído. A seguir, reproduzimos a Inscrição 002/2003- Túmulo de Eleotério de Andrade:

O bem cultural situado à Rua Andrades Irmãos- Ervália, MG, bem como o bem inserido no perímetro de tombamento do Túmulo de Eleotério de Andrade, com suas características históricas, artística e arquitetônica está tombado, segundo o número 002/2003 e sujeito à proteção especial de acordo com a Lei Municipal n.º 1227/2003 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2003).

Adiante, seguem algumas imagens do referido Túmulo. Em visita ao bem tombado em fevereiro de 2022, foi constatado que o vaso da parte de trás do lado esquerdo encontrava-se quebrado, e, além disso, estava manchado pelo mofo devido às condições climáticas, além da existência de algumas pequenas pedras britas soltas. Este monumento poderia estar melhor conservado e em melhores condições, sendo observado que necessita de reparos e cuidados. As imagens a seguir mostram a situação em que o Túmulo se encontrava na ocasião (Figuras 6, 7 e 8).

Figura 6 - Túmulo de Eleotério de Andrade lado direito



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 7 - Túmulo de Eleotério de Andrade frente



Fonte: Acervo pessoal (2022).

O túmulo tombado no ano de 2003 chama a atenção no cemitério por seus detalhes, pelo mármore utilizado, pelos traços e pelas imagens artísticas. Em um lado, um vaso do túmulo foi depredado, demandando um trabalho de restauração e reparos cuidadosos. No cemitério não há vigias, e com isso há riscos de violação ao bem cultural por vândalos, com a presença de dependentes químicos, principalmente no horário noturno. Pelas imagens, é

possível percebermos que o monumento precisa de limpeza cuidadosa, para que o túmulo não fique com aspecto de muito sujo. Além disso, ações públicas devem ser realizadas quanto aos dependentes químicos. Ademais, os detalhes artísticos do bem tombado chamam a atenção e alguns cuidados são necessários para que não seja ainda mais danificado ao longo do tempo por violações ou por ações do tempo.

No segundo semestre do ano de 2022, em julho, o bem cultural passou por restaurações, sendo possível observar na imagem abaixo uma limpeza sendo feita no monumento. A peça faltante se encontra guardada na Casa da Cultura, até que seja encontrado um profissional habilitado para o restauro e recolocação em seu devido lugar. A empresa que presta serviços em arquiteturas tumulares ainda não havia enviado a proposta solicitada pelo Conselho em agosto de 2022.

Figura 8 - Reparos no Túmulo de Eleotério de Andrade



Fonte: Aída Sant' Anna (2022).

Na Figura 8 é possível ver a limpeza de reparação do monumento. Salientamos que reparos de limpeza e conservação são necessários para que o bem patrimonial se mantenha conservado, já que ele naturalmente sofre de ações do tempo. No contexto deste patrimônio de Ervália, podemos fazer uma observação que ultrapassa as discussões sobre EP, mas que é pertinente para pensarmos questões que tangenciam o tema e se inter-relacionam com ele: dentro do cemitério são notáveis as desigualdades sociais quando observamos as arquiteturas dos túmulos, pois as famílias com melhores condições financeiras investem um maior capital nessas edificações, enquanto que outras pessoas com condições inferiores possuem túmulos e

jazigos mais simples, ou até possuem familiares em covas mal identificadas. A família de Eleotério de Andrade era influente no município, e por isso seu jazigo é um dos mais enfeitados de detalhes, se destacando entre todos outros, e demonstra os capitais (econômico e social) que a família tinha, pois a exuberância da edificação não passa despercebida a quem por lá o visita.

1.2.3 Conjunto Paisagístico Santo Cristo

O Conjunto Paisagístico Santo Cristo, localizado na Rua São José, s/n, foi idealizado pelo Monsenhor Rodolfo, na década de 1920. O conjunto era muito utilizado para atividades religiosas. No local do bem cultural há um aclive, que permite com que um dos monumentos do conjunto fique exposto em um lugar alto. O bem tombado conta com uma capela, um monumento de Cristo Redentor, um jardim e uma passarela para subir até o Cristo Redentor. Nessa subida se encontram quatorze cruzeiros de madeira e palmeiras. O bem foi tombado no ano de 2004.

De acordo com o Dossiê de 2004, a Notificação de Tombamento N.º 01/2004 consta:

Venho comunicar a V. Revma, para os fins estabelecidos na Lei Municipal n.º 1.227/2003 que foi aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural deste município, em reunião datada de 26/02/04, o tombamento do Conjunto Paisagístico Santo Cristo Localizado à Rua São José s/n, Ervália, Minas Gerais, por seu valor arquitetônico, artístico e cultural (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2004).

Na Inscrição n.º 001/2004 podemos encontrar características específicas do Conjunto paisagístico.

O bem cultural designado como Conjunto Paisagístico Santo Cristo, situado à Rua São José s/n, Ervália- MG, bem como os bens inseridos no perímetro de tombamento Monumento Mater Admirabilis/ Capela N.S. das Graças, Monumento Cristo Redentor, 14 cruzeiros de madeira representando as Estações da Via Sacra e 60 palmeiras, com suas características, por seu valor arquitetônico, artístico, histórico e cultural está tombado pelo decreto n.º 014/2004. Fica, portanto inscrito neste Livro de Tombo, segundo o número 001/2004 e sujeito á proteção especial de acordo com a Lei Municipal n.º 1.227/2003 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2004).

Nas imagens que seguem é possível percebermos como se encontra o bem cultural. O conjunto sempre passa por reformas para a sua conservação: pinturas são feitas, plantas daninhas são cortadas, lixo é retirado, entre outros cuidados. Contudo, infelizmente, o espaço vem sendo utilizado para atividades que não são adequadas para o local, principalmente por dependentes químicos, o que impossibilita que atividades de lazer sejam ali realizadas. É possível notar que o poder público não tem cuidado do espaço adequadamente e que questões relativas a políticas públicas para este problema deveriam ser consideradas no caso, mas, entretanto, têm sido negligenciadas – assim como no caso do Cemitério Municipal. O espaço é bem amplo e natural, e por isso poderia ser utilizado até mesmo como um espaço não formal de aprendizagem para diversas atividades escolares. Apesar de estar conservado, o local carece de vigilância para poder ser utilizado com segurança. Nas figuras a seguir é possível ver imagens do Conjunto Paisagístico (Figuras 9, 10 e 11) e algumas mudanças em um curto espaço de tempo.

Figura 9 - Capela do Conjunto Paisagístico Santo Cristo



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Figura 10 - Fachada do Conjunto Paisagístico Santo Cristo em 2022



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 11 - Fotografia da frente da Capela do Conjunto Paisagístico Santo Cristo



Fonte: Acervo pessoal (2022).

No ano de 2019, a Capela do Conjunto Paisagístico se encontrava mais conservada, com o aspecto de ter sido pintada. A trilha de subida estava com as plantas que crescem ao seu redor aparadas, e o jardim, bem cuidado. Já no ano de 2022, a pintura da Capela se encontrava deteriorada e com mato alto, embora o jardim continuasse sendo bem cuidado. No ano de 2022, a frente da capela aparentava desgastes causados por ações do tempo. Na lateral do Conjunto Paisagístico haviam sido feitas construções, embora pela Legislação o perímetro de tombamento delimite uma área que resguarda a edificação, orientando que todas as

intervenções no entorno do bem demandem a aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, a fim de resguardar a integridade, ambiência e visibilidade do bem. Hoje, o espaço poderia ser utilizado para atividades diversas de lazer, mas pouco é usado pela comunidade.

1.2.4 Cachoeira da Usina

Segundo o Dossiê de Tombamento Municipal da Cachoeira da Usina, a cachoeira já foi sede de uma pequena usina hidrelétrica (PCH) no município entre as décadas de 1920 e 1950, a qual muito contribuiu para o desenvolvimento regional, mesmo período em que o Monsenhor atuava e em que a família Andrade estava em Ervália. Quem estava à frente da construção da PCH foi Américo Taveira. Atualmente, a cachoeira é utilizada como espaço de lazer, estando localizada em área rural, na estrada que liga o município de Ervália ao município de Muriaé, na rodovia 356. A visita ao local só é possível em meses com a temperatura mais quente, sendo cobrada uma taxa para entrada no local.

A paisagem natural se encontra cerceada por intervenção humana: em seu entorno há piscinas e um bar-restaurant, o que demonstra modificações com intuito de atrair visitação, com infraestrutura de descanso e demais melhorias no balneário. Nas pedras da cachoeira e em suas características naturais não houve alteração, mas, devido às estações do ano, há o aumento ou a diminuição do fluxo de água, concernentes ao período de chuvas ou ao período de estiagem. Nos meses da primavera e do verão, a cachoeira recebe muitos visitantes que vêm até mesmo de cidades vizinhas para realizarem atividades de lazer, como natação, acampamento, descanso e estadia breve com refeição. Atualmente, a pesca é proibida no local. Nesse contexto, a Cachoeira da Usina é uma atração turística natural de grande beleza e que recebe um público significativo.

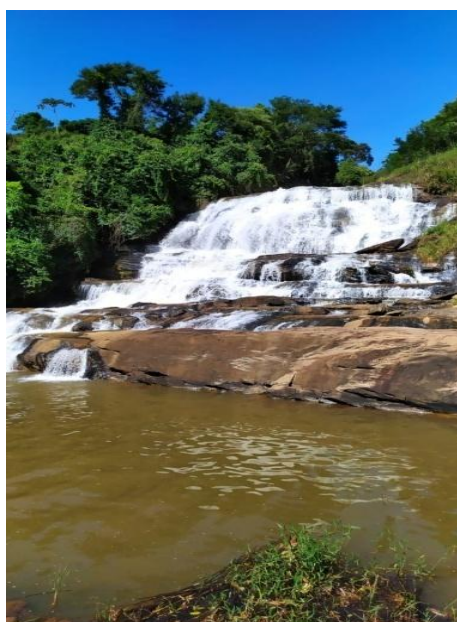
De acordo com o Decreto n.º 011, de 01 de Abril de 2005:

O Prefeito Municipal de Ervália, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, amparado na lei orgânica do município, artigo 91, inciso 1º, alínea I e a lei municipal 1.227/03, lei que estabelece as normas de proteção Patrimonial Cultural deste município decreta o tombamento da Cachoeira da Usina situada na zona rural do município, situado na estrada que liga o município de Ervália ao município de Muriaé, a 5 km do centro do município de Ervália, Minas Gerais, por seu valor Cultural, Ambiental, Histórico, Econômico e Social. Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei Municipal N.º 1227/03 de 19/02/03, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia

aprovação do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2004).

No Decreto é definido que o bem cultural só pode passar por intervenções com a autorização do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente. Nesse âmbito, vale lembrar que o balneário da Cachoeira da Usina já passou por intervenções, mas que a queda d'água não teve mudanças ou alterações. Abaixo, segue uma imagem desse espaço (Figura 12):

Figura 12 - Cachoeira da Usina



Fonte: Acervo pessoal (2022).

É válido deixar claro que, no tombamento da cachoeira, apenas a queda d'água é tombada: o perímetro entorno também pertence à cachoeira, mas esse pode sofrer modificações e reformas sem a anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. As alterações feitas no perímetro são realizadas com recursos próprios do proprietário do local, a título de melhorias do estabelecimento comercial ali firmado, embora seja conveniente que fossem observadas as diretrizes de intervenção. Na Figura 12 é possível vermos a queda d'água da cachoeira, em que a água apresenta cor turva e volume regular, conforme a estação.

1.2.5 Monumentos dos Anjos

Os Monumentos dos Anjos estão localizados na Praça Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães, centro de Ervália. Consoante o Dossiê de tombamento, o monumento foi

idealizado pelo Monsenhor Rodolfo e construído na década de 1920, sendo as estátuas esculpidas em mármore carrara. Vale ressaltarmos que a estátua do Monsenhor Rodolfo está posicionada entre os dois anjos, em frente à igreja Matriz, centralizada rumo ao altar da Igreja São Sebastião.

Em conformidade com o Decreto Municipal N.º 008/2007:

Art. 1º- Em conformidade com os fins estabelecidos na Lei Municipal n.º 1.227/2003 de 19 de fevereiro de 2003 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste Município decreta o Tombamento dos “Monumentos dos Anjos” localizados à Praça Getúlio Vargas, s/n.º, Centro, Ervália, Município de Ervália, Minas Gerais por seu valor Histórico, Cultural e Religioso (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

A Inscrição no Livro de Tombo aborda detalhes dos monumentos:

Inscrição n.º 05/2007-Os bens culturais denominados “Monumentos dos Anjos”, situados à Praça Getúlio Vargas s/n.º, centro, Município de Ervália, Minas Gerais, bem como os bens inseridos no perímetro de tombamento dos Monumentos dos Anjos, com suas características típicas das obras do Monsenhor Rodolfo, pelo seu valor artístico, cultural, histórico e religioso estão tombados pelo decreto n.º 008/2007 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

Hoje os bens se encontram bem conservados e oferecem visita e contemplação seguras. Os monumentos são bem exuberantes: os anjos em mármore de carrara têm suas mãos estendidas em direção à igreja matriz da cidade. A seguir, há algumas imagens dos monumentos (Figuras 13 e 14).

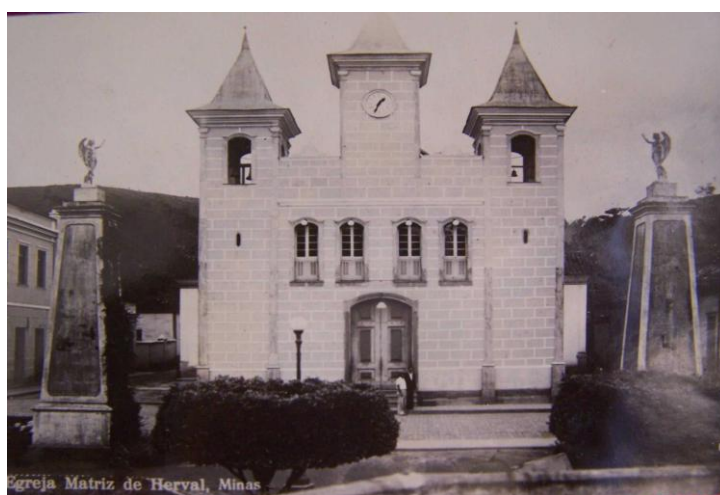
Figura 13 - Monumento dos Anjos no centro de Ervália



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Os Monumentos dos Anjos são bem marcantes na Praça central, e em fotografias mais antigas é possível observarmos os bens culturais frente à antiga igreja (demolida em 1967, de acordo com o histórico da Prefeitura Municipal de Ervália), que deu lugar à Matriz São Sebastião. Os Monumentos dos Anjos também simbolizam a influência da religião, pois ocupam um lugar de centralidade na praça. A Figura 14 é uma fotografia da antiga igreja, em que não consta data, mas nela é possível observarmos os referidos bens patrimoniais já ali presentes.

Figura 14 - Igreja Matriz de Herval (Igreja Antiga) s/d



Fonte: Histórico de Ervália.

No entorno dos Monumentos dos Anjos, na Praça Monsenhor Joaquim, sempre ocorrem reformas, como a mudança do chafariz e a inserção da estátua do Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães próxima a alguns metros da estátua do Monsenhor Rodolfo, o que ocorreu no ano de 2022. Os bancos da Praça também foram trocados, e mesas e novas lixeiras foram colocadas, assim como novas plantas e flores foram plantadas no jardim.

1.2.6 Capela Nossa Senhora da Misericórdia

A Capela Nossa Senhora da Misericórdia, localizada no Cemitério Municipal, na Rua Irmãos Andrades, também foi idealizada pelo Monsenhor Rodolfo e construída nas décadas de 1930 e 1940.

Segundo o Dossiê onde se encontra o Decreto N.º 007/07:

Art. 1º- Em conformidade com os fins estabelecidos na Lei Municipal n.º 1.227/03 de 19 de fevereiro de 2003 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste Município decreta o Tombamento da **“Capela Nossa Senhora da Misericórdia”** localizada no Cemitério Municipal de Ervália, à Rua Andrades Irmãos, s/n. º, Centro, Município de Ervália, Minas Gerais por seu valor Histórico, Cultural e Religioso. Parágrafo único- Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei Municipal n.º 1.227/03, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália e aprovação da Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte, Turismo e Educação (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

Conforme a Inscrição no Livro de Tombo:

Inscrição n.º 06/2007- O bem cultural denominado “Capela Nossa Senhora da Misericórdia”, situada no Cemitério Municipal de Ervália, à Rua Andrades Irmãos, s/n. º, centro, Município de Ervália, Minas Gerais, bem como os bens inseridos no perímetro de tombamento da Capela Nossa Senhora da Misericórdia, com suas características típicas das obras do Monsenhor Rodolfo, pelo seu valor cultural, histórico e religioso estão tombados pelo decreto n.º 007/007. Fica, portanto inscrito neste livro de tombo, segundo o número 06/2007 e sujeito à proteção especial de acordo com a lei Municipal n.º 1.227/03 de 19 de fevereiro de 2003 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

Subsequentemente, são apresentadas algumas imagens da Capela, nas quais é possível vermos apenas o seu lado de fora. A Capela é aberta ao público apenas no dia de finados, dia 02 de novembro. No lado de dentro se encontra o túmulo de alguns monsenhores que atuaram na cidade. No lado de fora, a capela encontra-se bem preservada, como é possível observar na Figura 15.

Figura 15 - Capela Nossa Senhora da Misericórdia



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Em 2013, a Capela Nossa Senhora da Misericórdia passou por reformas sem a anuência do Conselho do Patrimônio, as quais foram registradas apenas em atas. O responsável pela obra foi o Padre João Batista Barbosa, que então atuava pároco em Ervália. Na ocasião, algumas modificações foram feitas sem aprovação dos órgãos competentes e o retorno para as características anteriores não foi feito conforme foi o exigido posteriormente. Essa edificação, destinada apenas aos monsenhores e padres, exalta esses clérigos e demonstra que este jazigo se diferencia dos outros tipos de túmulos, pois tais figuras religiosas ocupam um lugar diferenciado, com mais prestígio, assim reforçando a exaltação religiosa no município.

1.2.7 Imagens de Procissão

Conforme o Dossiê de tombamento municipal, as imagens de procissão referem-se à passagem bíblica da Paixão de Cristo, constituindo-se de três imagens, que são: Nosso Senhor dos Passos, Nosso Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores, ambos feitos de madeira, vindos da França, em uma aquisição concretizada pelo Monsenhor Rodolfo.

Esse culto é muito comum nas cidades mineiras, cujo catolicismo é fortemente influenciado pelo catolicismo desenvolvido em Portugal nos dois últimos séculos do período medieval, que encontra espaço ideal de manifestação nas cenas da Paixão de Cristo, onde normalmente as imagens

são articuladas permitindo a mudança de posição e iconografia (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2008, p. 27).

De acordo com o Decreto n.º 012/2008

O Prefeito Municipal de Ervália, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições constitucionais e amparado na Lei Orgânica do Município, Decreta: Art. 1º- O Prefeito Municipal de Ervália, em conformidade com os fins estabelecidos na Lei n.º 1227/03 de 19 de fevereiro de 2003, que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste Município, decreta o Tombamento das “Imagens de Procissão: Nosso Senhor dos Passos, Nosso Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores” localizados à Igreja Matriz de São Sebastião, à Praça Getúlio Vargas, s/n.º, Centro, Município de Ervália, Minas Gerais por seus valores Artístico, Histórico, Cultural e Religioso. Estes bens culturais ficam sujeitos às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei n.º1227/03 não podendo ser destruídos, mutilados ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália e aprovação da Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

Consoante o decreto, podemos verificar as imagens tombadas e as diretrizes de proteção. Caso o monumento precise passar por reparos ou intervenções, o Conselho do Patrimônio do Município deve ser consultado, e ainda há o Certificado de Publicação do tombamento, conforme o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA):

Certifico nos termos da lei e para fins de prova junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA, que o Decreto n.º 012/08 que tomba os bens culturais “Imagens de Procissão: Nosso Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores”, foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ervália no período de 06/04/2008 a 11/04/2008 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2007).

Quando observamos as imagens, notamos que elas se encontram em um bom estado de conservação. O público não consegue chegar perto das imagens, pois há uma barreira de grade e uma proteção de vidro, as quais são necessárias para evitar a depredação dos monumentos. Durante a Semana Santa, esses monumentos são utilizados nas procissões religiosas, e somente nessas celebrações é que a população da cidade pode chegar perto e tocá-los, enquanto símbolos de devoção e adoração. Adiante, na Figura 16, podemos ver Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores. A imagem de Nosso Senhor Morto não

está exposta para visitação, e, devido a isso, não foi possível fotografá-la e nem ver como se encontra o seu estado de conservação.

Figura 16 - Imagens de procissão



Fonte: Acervo pessoal (2022).

As imagens são utilizadas em procissões da Semana Santa, e nessas procissões uma multidão de pessoas acompanha as imagens. Ao final da caminhada, quando todos chegam à Igreja, as pessoas vão visitá-las, tocá-las, doar dinheiro, trocar moedas por moedas “bentas”, e pegar mudas de planta, como manjerição, que ficam ao lado da imagem que representa Jesus Cristo morto. Ao longo do ano, as imagens ficam em exposição, como é possível observar na figura acima.

1.2.8 Imagem do Padroeiro São Sebastião

Assim como as Imagens de Procissão, a Imagem do Padroeiro São Sebastião é esculpida em madeira, veio da França e foi uma aquisição efetuada pelo Monsenhor Rodolfo. Ela se encontra em um pedestal no altar da Igreja Matriz de São Sebastião.

Conforme o Certificado de Publicação, consta o seguinte:

Certifico nos termos da lei e para fins de prova junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA, que o Decreto n.º 013/08 que tomba os bens culturais “Imagem do Padroeiro: São Sebastião”

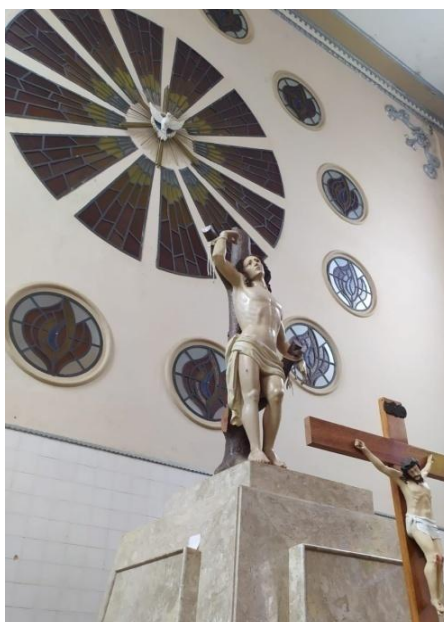
foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ervália no período de 06/04/2008 a 11/04/2008 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2008).

A Inscrição no Livro de Tombo apresenta a importância cultural, histórica e artística do monumento:

Inscrição n.º 08/2008- O bem cultural de madeira denominado “Imagem do Padroeiro: São Sebastião”, situado à Igreja Matriz de São Sebastião à Praça Getúlio Vargas, s/n, Centro, Município de Ervália, MG, pelo valor artístico, cultural, histórico e religioso está tombado pelo decreto n.º 013/2008 ². Fica, portanto, inscrito neste livro de Tombo, segundo o número 08/2008 e sujeito à proteção especial de acordo com a Lei Municipal n.º 1.227/03 de 19 de fevereiro de 2003 (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2008).

Esse patrimônio de Ervália que se encontra no interior da Igreja Matriz está muito bem conservado, e a arquitetura da igreja ressalta a beleza do monumento. À noite, devido às luzes nos vitrais, a beleza da imagem é ainda mais ressaltada. As Figuras 17 e 18 trazem imagens do bem tombado.

Figura 17 - Imagem de São Sebastião em pedestal



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 18 - Imagem do altar onde se encontra a Imagem de São Sebastião iluminado pelos vitrais



Fonte: Acervo pessoal (2022).

São Sebastião é o padroeiro do município de Ervália, onde são realizadas celebrações e festividades em sua homenagem. As pessoas fazem novenas e leilões beneficentes com as doações da população, além de missas e demais celebrações. O dia do padroeiro é feriado municipal e muitas pessoas vão até a Igreja para participar das festividades. A Paróquia São Sebastião recebe esse nome também em homenagem ao santo, cuja imagem tombada ocupa um lugar central, acima de um pedestal.

Tanto as procissões da semana como a festa do padroeiro arrecadam muito dinheiro para a Igreja Católica, sendo que algumas pessoas dão uma quantia considerável de dinheiro como forma de “doação e devoção”. As Imagens de Procissão e de São Sebastião ficam expostas próximas ao altar do templo e as pessoas vão até lá saudá-las e fazer as doações. Os devotos no município são fervorosos e é bem provável que a Igreja arrecade valores consideráveis em realizações como a Festa de São Sebastião e a Semana Santa.

1.2.9 Capela Nossa Senhora do Rosário e seu acervo

Segundo o histórico disponibilizado no *site* da Prefeitura Municipal de Ervália, na região havia uma Capela Nossa Senhora do Rosário, mas, devido às suas condições precárias, outra foi construída em outro lugar, recebendo o mesmo nome. Esta nova Capela passou por diversas reformas e uma dessas foi idealizada pelo Monsenhor Rodolfo. A nova edificação

homenageou a santidade religiosa Maria e seu acervo encontra-se em seu interior, que raramente é aberto para visitação, apenas em ocasiões religiosas especiais, como casamentos e a realização da semana santa. Por estar quase sempre fechada, não foi possível acessarmos o interior da capela para ver a situação de conservação do seu acervo tombado. Entretanto, o histórico consultado informa que as imagens se encontram em bom estado e que os reparos para uma melhor conservação sempre são feitos quando necessário.

A Capela Nossa Senhora do Rosário fica em um lugar alto e conta com uma longa escadaria, o que embeleza ainda mais suas características. Lá do alto próximo a essa construção é possível termos uma visão de parte da área urbana do município. De acordo com o Dossiê, quando Monsenhor Rodolfo chegou aqui, a Capela Nossa Senhora do Rosário já existia (bem perto do local onde hoje existe a Praça). No centro da Avenida Governador Valadares era possível enxergá-la e até mesmo em frente à Igreja Matriz dava pra vê-la, pois não havia a presença de prédios altos. Entretanto, o Monsenhor Rodolfo, depois de algum tempo, resolveu demolir a antiga edificação e construiu outra no local. Assim, em 1º de janeiro de 1957 foi inaugurada outra, na parte superior da Rua, num terreno doado pelo Senhor Salvador Franco. A nova Capela foi construída com o auxílio de Padre Teófilo e da comunidade.

De acordo com o Decreto N.º 08/2009

O Prefeito Municipal de Ervália em conformidade com os fins estabelecidos na Lei n.º 1227/03, de 19 de fevereiro de 2003, que estabelece as normas de proteção ao patrimônio cultural deste Município decreta o Tombamento do bem imóvel **“Capela Nossa Senhora do Rosário e seu acervo” a definir;**
1) Capela Nossa Senhora do Rosário; 2) Imagem de Nossa Senhora do Rosário; 3) Imagem de Santa Catarina; 4) Imagem de São Domingos Gusmão; 5) Imagem de São Januário; 6) Imagem de São Luiz Gonzaga; 7) Imagem de Jesus; 8) Rosário de Prata. Todos os bens pertencentes ao acervo da Capela e localizados à Capela Nossa Senhora do Rosário, à Praça do Rosário, s/n.º, Centro, Município de Ervália, Minas Gerais por seus valores Arquitetônico, Artístico, Histórico, Cultural e Religioso. Estes bens culturais ficam sujeitos às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei n.º 1227/03 não podendo ser destruídos, mutilados ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália e aprovação da Secretária Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália e aprovação da secretaria Municipal da Cultura, Lazer, Esporte, Turismo e Educação (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ERVÁLIA, 2009).

A Capela Nossa Senhora do Rosário é um ambiente que poderia ser muito utilizado para visitas e turismo em Ervália. Em conjunto com a praça, pode se tornar um espaço de lazer. Na imagem abaixo (Figura 19), é possível observarmos aspectos desse espaço. Já as

imagens do acervo da Capela não estão disponíveis para visitação e por isso não foi possível fotografá-las diretamente (Figura 20).

Figura 19 - Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo pessoal (2022).

De acordo com as Atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália, a Capela Nossa Senhora do Rosário teve seu telhado todo restaurado (parte de madeira) e todas as telhas francesas foram trocadas por outras novas e semelhantes. Foi feito um muro de arrimo para proteção e conservação da Capela, no adro esquerdo. O documento também informa que a imagem de São Januário se encontra restaurada.

Figura 20 - Acervo Capela Nossa Senhora do Rosário, Imagens e Rosário



Fonte: Dossiê de Tombamento (2009).

As manutenções e restaurações são processos comumente empregados nas imagens para preservar os bens tombados, devendo sempre observar a manutenção de suas

características e para que o bem não seja perdido por estragos ao longo do tempo. Quando necessário o reparo em alguma peça, muitas vezes ocorre de este acontecer em outras cidades, como Ouro Preto, onde há profissionais especializados e habilitados neste trabalho. Na postagem retirada do *Instagram* da Prefeitura Municipal de Ervália, é possível vermos a imagem de São Januário sendo restaurada em Ouro Preto, em um trabalho cuidadoso, e que leva tempo. No caso da imagem, o tempo necessário previsto foi de um ano. Após a reforma, o monumento é recolocado no lugar em que foi retirado. Na Figura 21 é possível vermos um pouco desse processo de restauração.

Figura 21 - Postagem no *Instagram* de reforma a imagem de São Januário, acervo Capela Nossa Senhora do Rosário, Imagens e Rosário



Fonte: Prefeitura Municipal de Ervália (2022) ⁷.

A obra de São Januário, que integra o acervo da Capela de Nossa Senhora do Rosário, está passando por restauro no Laboratório de Conservação e Restauro Jair Afonso Inácio (Labcor), da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP). A equipe do Labcor buscou a obra no município no dia 14 de maio. Atualmente, a peça está passando por limpeza da policromia, que consiste na remoção de sujidades e poeiras que se encontram em toda a superfície das peças. A imagem de São Januário foi doada à Capela do Rosário por Januário Pereira de Andrade Júnior, por volta de 1927, e, de acordo com os registros, foi produzida na Oficina Luneta de Ouro, no Rio de Janeiro.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRPQvu1hRMh/>. Acesso: 16/01/2023.

Apesar da capela ser utilizada apenas para pequenos eventos, como encontros de catequese e pequenas celebrações, a estrutura e suas obras representam uma importante parte da história de Ervália. Considerada neoclássica com traços barrocos, a obra de São Januário tem 1,63m de altura e é toda em madeira, dourada e policromada. Até o momento, não havia passado por nenhum tipo de restauro. A previsão de entrega do trabalho é de um ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2021).

A Capela do Rosário é fechada para o público no dia a dia, sendo aberta somente em festividades religiosas. Conforme relatos da população, à noite, em volta da Capela, é frequente a visitação e presença de dependentes químicos e encontros sexuais explícitos. Quanto a isso, como forma de tentar conter essas práticas, foi colocada uma grade na entrada, porém, o lugar ainda permanece sendo utilizado indevidamente por algumas pessoas. É comum também visualizarmos em horários noturnos alguns dependentes químicos no local, que é alto, escuro e sem visitas da população nesse horário. Novamente, assim como no Conjunto paisagístico, observamos que o poder público não tem conseguido cuidar do espaço como deveria e que são necessárias robustas políticas públicas para o problema dos dependentes químicos. Esse cenário demonstra a falta de um bom planejamento urbano, que afeta não só cidades do interior dos estados, mas, principalmente e com mais impacto, grandes centros urbanos e capitais em todo o Brasil.

Além da Capela, em seu perímetro de tombamento também há a Praça do Rosário. De acordo com a Coordenadoria de Cultura de Ervália,

A Praça do Rosário está inserida no perímetro de entorno de tombamento da Capela Nossa Senhora do Rosário por meio do decreto nº 08/2009. Até o primeiro semestre de 2020, o paisagismo da Praça apresentava uma relação com os jardins da Capela do Rosário devido às espécies de arbustos (pingo de ouro) plantadas nesses espaços. Contudo no segundo semestre a Praça passou por grandes mudanças aprovadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ervália, quando a pavimentação, o mobiliário urbano e os canteiros do espaço foram modificados. Assim, a relação de ambiência entre o paisagismo da Praça do Rosário e a Capela deixou de existir (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2022).

Com o propósito de melhorias e para que a praça fosse mais utilizada pela população no ano de 2020, ocorreram algumas reformas nesse espaço. Algumas pessoas se mobilizaram contra as alterações, ao passo que outras se posicionaram a favor, alegando que a Praça não estava sendo bem utilizada. Após a reforma, a Praça ficou um local mais aberto, porém com menos jardins, conforme podemos ver na Figura 22, que traz imagens do antes e depois. Vale ressaltar que a Praça do Rosário é inventariada dentro de duas categorias: natureza material e

imaterial, como lugar de acontecimento, já que neste espaço ocorreram algumas celebrações da Semana Santa.

Figura 22 - Praça do Rosário, Ervália- MG (2007)



Fonte: Mapio.net8 (2007).

A reforma da Praça do Rosário foi motivo de polêmica entre moradores e políticos do município também porque, devido às mudanças da reforma, o bem inventariado foi completamente descaracterizado. Com isso, a relação de ambiência com a Capela não existe mais. Entretanto, após a reforma, a Praça voltou a ser utilizada pela população. Novas plantas foram colocadas no local e um chafariz foi construído (Figuras 23 e 24).

Figura 23 - Praça do Rosário, Ervália- MG (2020)



Fonte: Facebook (2020) ⁹.

⁸ Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-130124060/>. Acesso em: 17/01/2023.

Figura 24 - Praça do Rosário, Ervália- MG (2020)



Fonte: *Facebook* (2020) ¹⁰.

Como é possível observar pelas figuras acima, a Praça do Rosário passou por uma grande reforma: a maioria das plantas da praça foi substituída, os bancos de cimento e madeira foram trocados e um chafariz foi construído. Na arquitetura anterior da praça havia uma paisagem mais natural, ao passo que na atual, uma arquitetura mais moderna. Apenas duas árvores da praça anterior foram deixadas e um novo jardim foi plantado.

A partir da análise dos Bens Tombados de Ervália, é notável que alguns bens ou seu perímetro de tombamento têm passado por intervenções polêmicas, quando de restaurações ou reparos. Estas ações criam problemas e embaraços, por serem tombadas e pelo fato de as pessoas não terem conhecimento de ações que podem e não podem ser realizadas nesses patrimônios. É perceptível também a negligência de órgãos públicos quanto à vigilância dos locais e ao cuidado com os dependentes químicos, que nitidamente precisam de ajuda ou orientações e apoio.

Outro ponto perceptível é que grande parte dos bens provém de origem religiosa, pois, dos nove, oito são religiosos. Esses monumentos demarcam muito bem a presença de uma elite religiosa do século XX, uma vez que foram idealizados pela elite e por clérigos de Ervália. De acordo com o Censo de 2010 ¹¹, é possível notarmos que a religião Católica

⁹ Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=184016556713426&set=pcb.184016673380081>. Acesso: 18/01/2023.

¹⁰ Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=184016556713426&set=pcb.184016673380081>. Acesso: 18/01/2023.

¹¹ Os dados do Censo são do ano de 2010, pois é a data do ano de realização do último Censo. Os dados do Censo IBGE 2022 não foram divulgados até abril de 2023. A demora na divulgação se deve à pandemia de COVID-19 e aos atrasos por parte do Governo Federal.

Apostólica Romana é muito presente no município, assim tendo sobre determinado os aspectos históricos e patrimoniais que hoje encontramos no município.

Desse modo, para fins de complementação desse contexto, trazemos adiante o Quadro 2, que dispõe informações sobre a (pouca) pluralidade religiosa em Ervália, alguns municípios vizinhos e a capital mineira, Belo Horizonte.

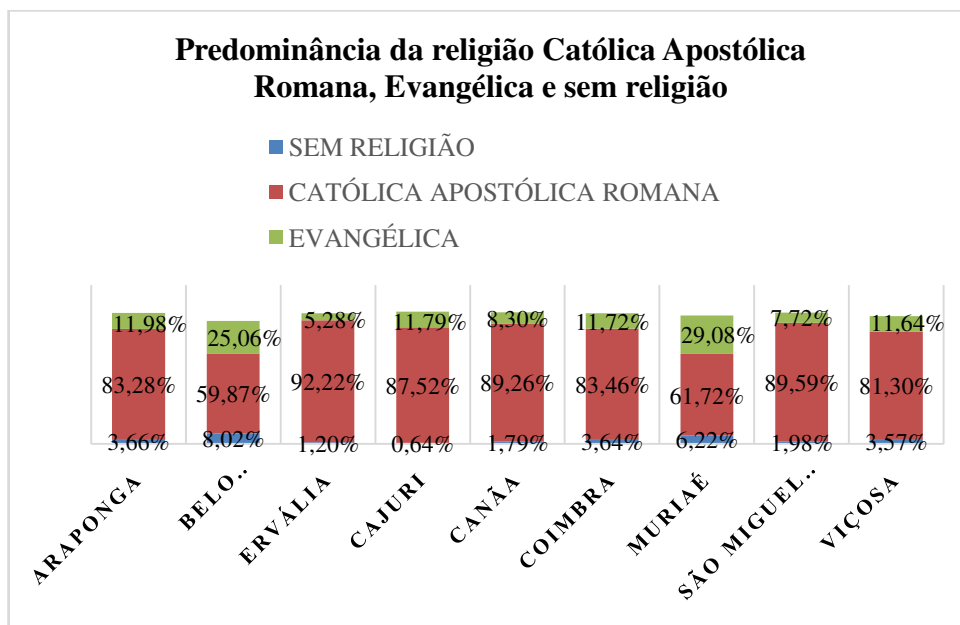
Quadro 2 - Religião em Ervália, municípios vizinhos e capital mineira, de acordo com o IBGE 2010

RELIGIÃO EM ERVÁLIA E MUNICÍPIOS VIZINHOS E CAPITAL MINEIRA DE ACORDO COM O CENSO DE 2010						
	População no último censo [2010]	Sem religião	Católica Apostólica Romana	Evangélica	Tradições indígenas	Umbanda e Candomblé
Araponga	8.152	3,66%	83,28%	11,98%	0,00%	0,00%
Belo Horizonte	2.375.151	8,02%	59,87%	25,06%	0,01%	0,15%
Cajuri	4.047	0,64%	87,52%	11,79%	0,00%	0,00%
Canãa	4628	1,79%	89,26%	8,30%		0,00%
Coimbra	7.054	3,64%	83,46%	11,72%	0,00%	0,00%
Ervália	17.946	1,20%	92,22%	5,28%	0,07%	0,00%
Muriaé	100.765	6,22%	61,72%	29,08%	0,00%	0,06%
São Miguel do Anta	6.760	1,98%	89,59%	7,72%	0,00%	0,04%
Viçosa	72.220	3,57%	81,30%	11,64%	0,01%	0,05%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CENSO- IBGE 2010 (2023).

Levando em consideração os dados acima apresentados, Ervália é o município em que a religião Católica Apostólica Romana é a mais predominante, em comparação aos municípios vizinhos e à capital mineira, tendo a religiosidade muito presente e muito manifestada. Já em Muriaé, a porcentagem de pessoas que seguem a religião Evangélica é maior, se comparado a todos os outros apresentados. Em tradições indígenas, Ervália tem uma porcentagem em relação à sua população mais marcante do que a capital mineira, Belo Horizonte. Outro detalhe observado é que, em alguns municípios onde a predominância da religião Católica Apostólica Romana é mais presente, não há a presença de pessoas que seguem a Umbanda e Candomblé, como é o caso das cidades de Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra e Ervália. A Figura 25 traz um gráfico em que é possível observarmos a predominância das opções religião Católica Apostólica Romana, Evangélica e sem religião nos municípios.

Figura 25 - Gráfico das opções religiosas predominantes e declaradas em alguns municípios mineiros



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

O que chama a atenção no gráfico da Figura 25 é que nos municípios com menores populações predomina a religião e as tradições católicas, enquanto que as cidades com a população maior, como Belo Horizonte e Muriaé, há uma significativa presença de evangélicos. O mesmo ocorre com pessoas sem religião, uma vez que nesses municípios maiores, a taxa de declarantes não religiosos também é maior em comparação aos demais.

Vale ressaltar que Ervália, em comparação a todos os outros municípios, tem grande parte da sua população seguidora da religião Católica Apostólica Romana. A religião é muito predominante no município e está enraizada na população, pois tradições e celebrações como a Semana Santa e a Festa de São Sebastião já são historicamente praticadas no município. No âmbito das possíveis diferenças entre o Censo de 2010 e o de 2022, é válido ressaltarmos que um novo cenário pode se desenhar quanto às manifestações de outras religiões, incluindo a Umbanda e Candomblé, considerando que, neste intervalo de tempo, o intercâmbio cultural e religioso não deixou de acontecer em todas as sociedades.

A título de adendo nesta dissertação, o crescimento de outras manifestações religiosas aponta para uma questão que também tangencia e se inter-relaciona com o tema patrimônio cultural. Embora não seja foco de análise desta pesquisa, é importante mencionarmos que, em contextos culturais como o de Ervália - MG, ainda existe certo preconceito em relação a

outras religiões que não sejam a Católica Apostólica Romana, o que indica que outras vozes e manifestações possam ter sido ignoradas ou apagadas no decorrer da história e dos tempos.

Em Ouro Preto, por exemplo, nas pinturas de algumas igrejas, como a de Nossa Senhora do Pilar, é possível notarmos traços de resistência como a presença de figuras mestiças ou negras, mas em Ervália não há presença dessas formas de resistência, predominando, entre os vestígios históricos da cidade, a centralidade da figura do homem branco, da religião Católica Apostólica Romana, influenciado por características da cultura europeia.

No município não há registros concretos e documentados de quem aqui estava e qual religião seguiam no processo de formação do povoado. O que se sabe, certamente, é que o processo de ocupação do território exterminou outras tradições culturais e religiosas ali existentes antes da chegada dos colonizadores. Se alguma coisa restou, não está contemplada nos vestígios históricos e, muitos menos, nos registros do município de Ervália.

Outro ponto notável do contexto ora abordado é que as ruas centrais do município de Ervália recebem os seguintes nomes: Rua Monsenhor Rodolfo, Rua Andrade Irmão e Rua Américo Taveira, os mesmos que influenciaram nas construções dos bens tombados. As ruas próximas a essas que dão seguimentos para os bairros são: Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Sagrado Coração de Jesus, Rua Santo Antônio, Rua São José, Vila São Geraldo, Bairro São Pedro, Travessa São Judas Tadeu, entre outras. Isso que significa que o elitismo e a religiosidade históricos se concretizam até na nomenclatura do nome das ruas, bairros e travessas do município. Os nomes de pessoas comuns e/ou pobres da comunidade são quase inexistentes entre essas nomenclaturas, estando somente presentes em pequenas ruelas, mais afastadas do centro do município. As nomeações dessas ruas atendem aos interesses de uma elite burguesa e que valoriza somente a religião Católica Apostólica Romana, assim como foi definido sobre os pontos dos bens tombados, que atendem aos interesses desses mesmos.

Como já colocado, não há registro documentado sobre povos originários no município de Ervália, assim como sua religiosidade e seu modo de vida. O processo colonizador na região exterminou a história dos povos nativos na região, e uma visão europeia foi imposta, transfigurada, especialmente, na religiosidade. Esse processo evidencia a exclusão dos povos originários e negros, e os poucos resquícios das práticas culturais dessas etnias que devem ser reconhecidos e perpetuados.

1.3 O homem e sua relação com o espaço, a memória e o patrimônio

Vivemos hoje em uma sociedade moderna e tecnológica marcada pela mundialização do capital, onde o homem está restritamente vinculado à produção de mais-valia (lucro). A sociedade capitalista é marcada fundamentalmente pela globalização e pela desigualdade social, ocasionando, com isso, a existência de pessoas muito ricas e pessoas extremamente pobres. A respeito dos processos de permanência da desigualdade, Paulo Freire (1987, p. 31) afirma que: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. A busca incessante pelo acúmulo de riquezas faz com que aquele que tenha alcançado maior êxito passe de oprimido a opressor, mesmo que ele saiba que a qualidade de uma vida saudável e de bem estar é um direito de todos os seres humanos. Além dos direitos à alimentação digna e saudável, ao bem-estar, à saúde, deve ser ressaltado que o descanso e o lazer são igualmente direitos de todos os seres humanos.

O homem moderno tem moradia fixa e modifica o espaço em que vive para ter conforto e acúmulo de bens em função da mais valia. De acordo com Francisco Silva, a natureza passa por uma prolongada atividade humana: “O fulcro deste processo de percepção da natureza reside nas transformações sofridas pelas paisagens, que surgem como reflexo, como forma aparente e resultado da interação do homem com a natureza” (SILVA, 1997, p. 204). Além disso, o autor afirma que as paisagens mudam e que grande parte dessas transformações é causada por ações humanas. Os hábitos e comportamentos diferentes influenciam o meio e as condições em que viveram nossos antepassados e continuam a influenciar novos modos de vida até hoje.

Apesar das mudanças nos hábitos humanos, o homem ainda pratica e preserva tradições culturais como forma de resguardar seus valores culturais e de sua comunidade, embora algumas dessas características estejam se perdendo em decorrência da globalização e da modernização, em especial, as práticas realizadas de forma mais simples, que remetem a tradições culturais, memórias, e ações passadas de gerações a gerações para a valorização cultural. É preciso cuidar delas porque são esses aspectos que nos auxiliam na construção de uma identidade.

Em Ervália, alguns hábitos e tradições, que antes eram muito realizadas pelo homem da área rural, hoje vêm se perdendo ao longo do tempo, quase não sendo mais praticadas no município. Alguns exemplos são a prática de conservar carne em latas de gordura, defumar a linguiça no encima do fogão à lenha, doar carne aos vizinhos quando sacrificasse um porco, a prática de fazer sabão de cinzas ou abacate, o uso de forno à lenha, as produções de polvilho

azedo de mandioca e azeite de mamona, a utilização dos engenhos para fazer caldo de cana, a produção de rapadura, a utilização dos moinhos de pedra movidos pela força da água e pilão para moagem dos grãos, a broa de fubá feita com melado de rapadura e assada no forno à lenha, o uso do carro de boi e a utilização da taquara para fazer forros, balaies, quiçambas (para colher milho), paradeiras (para a colheita do café) e o cargueiro (para carregar cargas ou crianças em animais de tração). Ainda, o chão de casas e terreiros rebocados com fezes de boi, as produções de doces artesanais no Natal, e queijo ou requeijão, e o plantio do amendoim e do milho de pipoca nas roças. Além disso, atividades mais integrativas como festa com sanfoneiro para finalizar o término da colheita do café, a Folia de Reis, casamentos na roça com comida em fartura, contação de casos em família e crianças brincando nas ruas são pouco vistas.

Marchette identifica essas ações como bens culturais:

- ♦ O patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais que estão muito presentes na história do grupo, que foram transmitidos entre várias gerações. Ou seja, são os bens culturais que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São os bens que se quer transmitir às próximas gerações.
- ♦ O patrimônio cultural tem importância para muita gente, que não só para indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa [de] que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.
- ♦ O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira (IPHAN, 2013, p.5, *apud* MARCHETTE, 2016, p. 90).

Em conformidade com Marchette (2016) e observando as práticas culturais realizadas no município de Ervália ou outras localidades, é possível notarmos que as ações que vêm sendo perdidas são bens culturais e tradições, já que muitas pessoas têm lembranças de seus antepassados realizando essas atividades; têm memórias e lembranças desses acontecimentos. Muitas vezes, alguns sujeitos nem perceberam que essas tradições, que eram antes passadas de geração para geração, se perderam ou vêm se perdendo.

As atividades citadas foram muito comuns nas áreas rurais de Ervália, mas hoje são pouco praticadas, devido às influências de novos modos de vida no capitalismo, que trouxe formas modernas de produção e conservação de alimentos. Os eletrodomésticos facilitaram a

forma de produzir e armazenar alimentos, fazendo com que essas tradições estejam se perdendo. As pessoas jovens no campo, às vezes, até desconhecem essas práticas que eram muito comuns no campo.

As novas tecnologias de comunicação afetam também as relações humanas: as pessoas estão muito mais conectadas na internet e, em decorrência disso, perderam a prática de se comunicar pessoalmente umas com as outras, de contar casos, de se reunir para festejar ou partilhar alimentos. As crianças preferem jogos eletrônicos a irem brincar na rua no entorno da casa na roça. As facilidades dos eletrodomésticos e a internet estão presentes em todos os cantos e fazem com que, aos poucos, e de forma até mesmo inconsciente, práticas que eram realizadas entre amigos e família se percam. As memórias coletiva e individuais quanto às tradições culturais não encontram mais caminhos para ser perpetuada, pois práticas e ações em prol de sua conservação e registro estão deixando de ser realizadas. De acordo com Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 09).

No excerto acima, Nora (1993) aponta que, como forma de preservar a sua cultura, o homem e seu grupo se utilizaram da memória, buscando formas de relembrar e valorizar aquilo que por eles é considerado importante e que deve ser mantido como tradição, passando de gerações para gerações. Se não forem resguardadas, algumas memórias podem ser totalmente esquecidas. Além disso, há a memória coletiva e a individual, onde uma tem relação com a outra e são construídas pelos sujeitos. Como Halbwachs afirma: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2005, p.31).

Halbwachs (2005) afirma que a memória diz respeito à experiência dos membros dos grupos ou de relações com grupos próximos. “Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e também muitas ideias resultam de semelhantes contatos” (*Ibidem*, p.52). Nesse aspecto, o autor para o fato de que as interações afetam o individual como também afetam o seu grupo.

Halbwachs (2005) também pontua a existência de dois tipos diferentes de memória: a memória individual e a coletiva, explicando que uma pode influenciar a outra. Quando se trata sobre a memória coletiva e seus diversos grupos e espaços de interação, Ecléa Bosi, colabora, elucidando onde elas se desenvolvem:

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de convivências familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (BOSI, 1994, p. 411).

Podemos observar que nossos grupos mais próximos como a família e a escola são as responsáveis pela construção das nossas memórias que ocorrem em um determinado espaço, principalmente dentro das cidades onde pode ser construída uma memória individual ou coletiva. Ao retratar sobre a cidade, Bosi afirma:

[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O caudal das lembranças, correndo sobre o mesmo leito – a cidade de São Paulo – guarda esses episódios notáveis, que ouvimos sempre retomados na fabulação de seus moradores (*Ibidem*, p.418).

Não apenas o espaço urbano, mas toda a paisagem pode sofrer alteração humana e por isso carrega em si um pouco da matéria da memória coletiva. A esse respeito, Milton Santos (2001), afirma que toda paisagem presente é a representação do passado, sendo uma representação que se materializa nas relações sociais. As paisagens estão em constantes modificações, e o tempo, em constante movimento.

Basta passear por uma cidade, qualquer que seja, e nos defrontaremos nela, em sua paisagem, com aspectos que foram criados, que foram estabelecidos em momento que não estão mais presentes, que foram presentes no passado, portanto atuais naquele passado, e com o presente do presente, nos edifícios que acabam de ser concluídos, esse presente escapa de nossas mãos. Na realidade, a paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas (SANTOS, 2001, p.21).

Para Milton Santos (2001), a paisagem sempre retrata sobre o passado das ações do homem. Pode-se relacionar isso aos bens tombados, os patrimônios culturais materiais, que

são as marcas de construções do passado, mas cheios de significações e simbolismo no presente. O bem tombado refere-se a um monumento que carrega uma história, uma lembrança para a comunidade que está em torno dele, e, muitas vezes, seu simbolismo cultural vai passando de geração para geração.

Em Ervália, é muito presente e valorizado o simbolismo religioso, na figura das celebrações religiosas, como na Semana Santa, que utiliza as imagens de procissão, em uma caminhada até a Capela do Rosário ou até o Conjunto Paisagístico Santo Cristo. No cemitério, os bens tombados, como a Capela Nossa senhora da Misericórdia e o Túmulo de Eleotério de Andrade, também estão ligados à religião católica. Os monumentos dos anjos que foram idealizados por Monsenhor Rodolfo e, posteriormente a estátua em sua homenagem também têm ligação com essa vertente religiosa. Portanto, a cidade e a paisagem expressam a memória coletiva em bens ligados ao catolicismo, seus símbolos e suas celebrações.

1.4 A relação do coletivo e o patrimônio

O patrimônio cultural apresenta à cultura as ações, práticas e costumes do homem ao longo do tempo. Essas ações têm importância tanto para o indivíduo em si, como para a coletividade, e para aqueles que estão próximos a ele. Essas práticas culturais são importantes devido ao seu simbolismo, ao sentimento de pertencimento e de coletividade que envolve os sujeitos e dão significado à sua existência em sociedade. Exemplos disso são as práticas religiosas, os artesanatos e os monumentos erigidos a figuras importantes de um passado. Preservar objetos e espaços e resguardar práticas humanas são ações que se dividem em estabelecer patrimônio material e patrimônio imaterial.

O patrimônio cultural é parte também de uma memória comum, uma ação ou bem importante, que envolve um grupo desejando preservar costumes ou memória. Paulo Cesar Tomas (2010) afirma que o monumento é uma forma de simbolismo, um sinal do passado e que, hoje, por desconhecimento, muitas vezes o homem moderno tem buscado o novo, substituindo o velho. Ele ainda afirma que:

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada

comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história (TOMAS, 2010, p. 5).

Segundo Tomas (2010), os bens patrimoniais devem possuir características que representem uma comunidade, e que tenham um significado para ela. Um bem tombado que não represente os valores de um grupo tende a ser desvalorizado e esquecido, já que não possui significado para esse grupo ou comunidade.

Sobre esse tema, Sandra Pelegrini afirma que o patrimônio cultural representa a memória das identidades individuais e coletivas: “A memória permite a sobrevivência do passado, como asseverou o historiador Jacques Le Goff, uma vez que, mediante o exercício do pensamento simbólico, a história se eterniza na consciência humana” (PELEGRINI, 2007, p. 90). As memórias individuais e coletivas sofrem influência umas das outras, já que os indivíduos mantêm contato entre si e podem ser influenciáveis.

A memória individual, como afirmou o sociólogo Maurice Halbwachs, constitui um ponto de vista da memória coletiva, porque muitos dos seus referenciais são sociais. Segundo o autor, a memória social ou coletiva é alimentada por recordações moldadas por formas de linguagem, pessoas e datas que se encontram presentes, e ainda predominantes, na vida moral e material das sociedades que integramos (*Ibidem*, p. 100).

A respeito dessa discussão, Schmidt e Mahfoud afirmam que:

A memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas. [...] Analogamente, a memória coletiva propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

As memórias individuais e coletivas são formadas, portanto, por características culturais do meio em que o sujeito está inserido, e, assim sendo, elas podem ser moldadas e alteradas ao longo do tempo. Isso porque os indivíduos podem ter influências de vários grupos, assim interferindo em sua memória individual. Em observação aos patrimônios tombados de Ervália, a memória coletiva preservada é, quase que exclusivamente, referente a bens pertencentes à Igreja Católica, simbolizando uma história construída por pessoas estritamente ligadas ao catolicismo. Além disso, alguns bens tombados, com o túmulo de Eleotério de Andrade e a Cachoeira da Usina representam e conservam a memória de pessoas

da elite, que contribuíram para o desenvolvimento do município, como os Andrades e os Taveiras.

1.5 Patrimônio cultural

Quando abordamos sobre a Educação Patrimonial, alguns conceitos devem ser apresentados, como: patrimônio cultural, bens materiais, bens imateriais e bens tombados. Nesse sentido, iniciamos pelo conceito da EP, de acordo com Marchette:

Educação patrimonial é um processo é um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente. Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memória, como os museus. Na vida comunitária, a educação patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais (MARCHETTE, 2016, p.89).

A EP promove troca de conhecimentos e deve realmente simbolizar a cultura de um grupo ou sociedade. Por meio dela, os sujeitos devem se sentir representados. Assim, como apresentada por Marchette, deve valorizar os saberes tradicionais e ser integradora, podendo ocorrer em diferentes espaços. A EP deve ser estimada, pois o patrimônio cultural se caracteriza das manifestações culturais e históricas, que representam um povo ou sua memória, suas manifestações artísticas, religiosas, suas práticas culturais, seus monumentos, seus contextos, dentre outros.

Zanirato e Ribeiro (2006) afirmam que a concepção de patrimônio cultural foi se alterando ao longo do tempo e que hoje patrimônio cultural deve ser um conceito com magnitude cultural.

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.251).

De acordo com os autores acima citados, há um tempo atrás, o patrimônio cultural se configurava por tudo aquilo que era visto com valor histórico ou artístico, mas, hoje, essa concepção é de valorização também das variadas tradições culturais. Convencionou-se, portanto, que deve ser valorizada a diversidade cultural e não apenas sistemas hegemônicos de representação religiosa e elitista.

O valor cultural, a dimensão simbólica que envolve a produção e a reprodução das culturas, expressas nos modos de uso dos bens, foi incorporado à definição do patrimônio. A alteração também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais, assim como a cultura campesina não pode ser vista como menor diante das atividades industriais (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.254).

Todas as culturas e suas práticas devem ser reconhecidas, já que todas integram a história de um povo e de uma nação: a do homem do campo e suas tradições, os monumentos presentes nos centros das cidades, as práticas religiosas de outros povos, como os afrodescendentes e indígenas, e as mais diversas manifestações de cultura são significativas e representam os sujeitos que praticam ou que têm contato com variados sistemas de representação do passado em seu cotidiano. Nesse ínterim, é preciso ter em mente que um grupo não deve ser submetido a outras tradições e obrigado a segui-las.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, Art. 216, os bens são de natureza material ou imaterial, e

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O patrimônio material se refere a coisas materiais e concretas. Alguns exemplos são os museus, as estátuas, os monumentos arquitetônicos, os espaços culturais, as igrejas e as casas culturais. Todo município, independente de sua data de criação e emancipação, possui sua própria história e monumentos culturais que o representam, simbolizando a memória e as

características culturais da população. Esses bens devem ser preservados por toda a população e por entidades competentes.

Já o patrimônio imaterial é caracterizado por práticas culturais, manifestações artísticas, práticas diárias, celebrações e tradições (que são repassadas de pais para filhos). Alguns exemplos do patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais são as festas religiosas e a produção artesanal do queijo minas, que é considerado um patrimônio imaterial do estado.

Nesse âmbito, e considerando o que levantamos nesta pesquisa, no contexto do município mineiro de Ervália, os bens tombados, por sua vez, são monumentos que primeiramente são inventariados e, em seguida, passam pelo processo de tombamento. Logo, são bens materiais, caracterizados como móveis e imóveis. O processo de tombamento tem o intuito de preservação desses bens, de valor histórico e cultural.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. De acordo com o Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana (PORTAL IPHAN, 2014, s.p.).

Além da questão do tombamento, ainda cabem aos órgãos e instituições a preservação desse patrimônio cultural. A preservação está prevista na Constituição Federal de 1988, e é dever, desde os municípios até a União, a conservação do patrimônio cultural.

Diferentemente dos fatos de memória, que é elaborada, transmitida e realimentada diretamente pelos atores sociais, em redes de relações sociais, o patrimônio é uma realidade instituída pelo Estado. A preservação é definida pela Constituição Federal como responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, e compartilhada com a sociedade civil. Ela resulta, portanto, de práticas que, por definição, são desenvolvidas na interface entre agências governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade (ARANTES, 2006, p.426).

No Brasil e no estado de Minas Gerais há dois órgãos operacionais que realizam a preservação e conservação do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). O IPHAN é o principal órgão nacional que protege, fiscaliza e preserva o patrimônio nacional. De acordo com o seu *site*:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (PORTAL IPHAN, 2014, s.p.).

Em Minas Gerais há também outro instituto de preservação e conservação do patrimônio cultural do estado, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG).

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Iepha-MG, é uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Cabe ao Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal. O IEPHA-MG, em sua trajetória, vem ampliando a escuta junto aos coletivos de cultura e às comunidades locais fortalecendo a participação no reconhecimento do patrimônio cultural do Estado. Dentre suas principais iniciativas, o Instituto acompanha e realiza obras de restauração de bens culturais, implementa ações de cooperação municipal, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produz inventários, dossiês de registro e tombamento, além das ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais (IEPHA-MG, 2016, s.p.).

Esses institutos têm como função proteger, promover, preservar e conservar os bens culturais brasileiros, seja o patrimônio cultural material, seja o imaterial. Eles são importantes para a salvaguarda do patrimônio cultural do âmbito municipal ao nacional, pois, como afirma Tomaz, “não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver” (TOMAZ, 2010, p. 4).

De acordo com histórico da Prefeitura Municipal de Ervália, na cidade, a instância municipal responsável pela gestão do patrimônio cultural local é o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Ervália, que foi instituído em 2003 como meio de preservar o patrimônio histórico e Cultural daquela localidade. O Conselho foi criado com a Lei Municipal nº 1228 de 18/02/ 2003 e está ativo no município até os dias de hoje, promovendo atividades culturais, artísticas e patrimoniais. Sempre que necessário, ele realiza reuniões para que as demandas sejam atendidas.

O patrimônio cultural e seus institutos passam por constantes lutas e sofrem com a interferência e com a influência política. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2003), as políticas patrimoniais têm frequentemente privilegiado uma classe em detrimento de outra, o que prejudica o setor de trabalho:

[...] as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem aos grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2003, p.64).

Esse caráter conservador e elitista é excludente e, dessa forma, afeta a participação de outras classes na construção e na representação do patrimônio cultural. Fonseca ainda afirma que a preocupação de preservar o patrimônio deve destacar a necessidade da representatividade, da diversidade e da cidadania. A esse respeito, Araripe pontua que:

As contradições no uso do patrimônio – como espaço de disputa política, econômica e simbólica- ficam a cargo do setor privado, do Estado e dos movimentos sociais. A iniciativa privada trata o patrimônio enquanto instância possibilitadora de ganhos econômicos, ficando o aspecto cultural, na maioria das vezes, à margem de interesses empresariais: em especial o setor imobiliário e o setor turístico (ARARIPE, 2004, p. 120).

Podemos perceber que, muitas vezes, a intencionalidade da utilização do patrimônio cultural é para fins específicos e não inclui toda a comunidade, atendendo a interesses de uma minoria. O patrimônio cultural deve ser integrador e deve englobar a comunidade em que está inserido e a toda sociedade. Logo, não deve atender a interesses específicos, como muitas vezes ocorre, mas, sim, ter um caráter de cidadania e de integração. Em Ervália, como os bens tombados são quase que exclusivamente de origem religiosa, representando e homenageando aspectos do catolicismo e figuras católicas, observamos a forte ausência de representação social, de pluralidade e mesmo o apagamento dos resquícios de outras culturas minoritárias da região. Não há bens – materiais e/ou imateriais – tombados de pessoas de origem popular ou de povos originários e africanos.

1.6 A valorização cultural através da educação patrimonial

O patrimônio cultural está inserido em nosso cotidiano e no espaço que nos rodeia, ainda que não o percebamos com clareza. Para mudar essa situação, Tomaz (2010, p.3) afirma

que “o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço”. Mas, para além disso, o estudo do patrimônio cultural é importante porque esse campo do saber retrata memórias, manifestações artísticas, formas de produção (como artesanatos), tradições culturais, e formas de agir de uma comunidade.

Ao entender o patrimônio cultural, reconhecemos a diversidade cultural, as manifestações e características de um povo. Para Fátima Araripe (2004), o patrimônio faz parte da história porque representa o ser socialmente ativo e representa essa memória social, inscrita na paisagem ou enraizada em alguns hábitos, práticas e costumes. Em face disto, a EP – tanto para educandos, educadores e toda a comunidade e sujeitos nela inseridos – permite uma valorização cultural. Para que ocorra o reconhecimento do valor de preservar, é importante que todos os envolvidos participem, em conjunto, para que assim haja uma troca efetiva de conhecimentos.

Ao mesmo tempo, são amparadas em uma série de premissas conceituais: as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; a Educação Patrimonial é um processo de mediação patrimônio cultural é um campo de conflito; os territórios são espaços educativos; as ações educativas devem levar em conta a intersetorialidade das políticas públicas; e é necessária uma abordagem transversal e dialógica da educação patrimonial (PORTAL IPHAN, 2014, s.p.).

Essa interação entre os sujeitos é necessária para que se desenvolva um novo conhecimento cultural, que seja construtivo para todos os envolvidos. O conhecimento construído pela EP dá visibilidade ao patrimônio cultural e permite aos sujeitos uma sensação de pertencimento ao espaço em que está inserido, além de propiciar um pensamento crítico. Através desse conhecimento, os sujeitos se tornam reflexivos, conscientes do espaço em que vivem. Além disso, a EP nos permite também conhecer as manifestações culturais do outro e suas significações. Cada povo carrega a sua história e todas devem ser reconhecidas e valorizadas. Nesse sentido, vale ressaltar que a EP pode ser tanto transformadora quanto conservadora do *status quo*, mas isso depende de como ela é realizada. Por isso, é preciso uma investigação das atividades e uma avaliação do que tem sido feito como EP.

De acordo com o IPHAN, a EP permite o reconhecimento e a valorização cultural e indica que o conhecimento deve ser construído de forma coletiva e democrática pelos envolvidos.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (PORTAL IPHAN, 2014, s.p.).

Considerando estes apontamentos, a EP deve agir no sentido de permitir uma compreensão histórica e cultural ampla dos espaços e das comunidades. Pelegrini afirma que “o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade” (PELEGRINI, 2007, p.89). É o saber olhar e reconhecer a cultura o outro, de forma que se tornem “os cidadãos conscientes, preservadores e construtores do seu espaço de vivência cotidiana” (ARARIPE, 2004, p. 122). Sendo assim, a Educação Patrimonial se consubstancia com uma educação integradora.

O que a impede de sê-lo, muitas vezes, é o fato de que o patrimônio cultural não representa a diversidade presente na sociedade, tendo ela atendido, historicamente, aos interesses de uma elite ou um único viés religioso. Há, principalmente na atualidade, a necessidade de ressignificação histórica e cultural, pois tradições de variadas culturas e grupos devem ser igualmente reconhecidos como componentes históricos e agentes sociais.

Em termos gerais, o patrimônio cultural, alvo da ação educativa não formal, como atividade política, apresenta conflitos. A seleção dos bens materiais a serem protegidos já recebeu muitas críticas que pontuam várias práticas que não democratizam as escolhas, deixando de representar a diversidade; no que tange às manifestações culturais, não é diferente: também são registrados embates na definição de critérios da valorização e acautelamento. E, aqui, aprendizagem como ferramenta de moderação se faz novamente presente, unindo definitivamente educação e cultura (MARCHETTE, 2016, p. 98).

Portanto, a pluralidade constrói uma sociedade mais justa e culturalmente mais rica. A EP deve valorizar as mais diversas ações culturais, bem como reconhecer os diversos grupos e prezar pelas suas singularidades. Pensando a partir desse aspecto, o capítulo seguinte aborda como ocorre a EP na prática de educadores do município de Ervália, isto é, busca observar e analisar se eles se utilizam dos espaços e recursos patrimoniais para promover práticas educativas.

O espaço escolar possui um público amplo e diverso, propício à elaboração de conhecimentos que não estejam presos por amarras do pensamento hegemônico. Ir além dele pode se apresentar como uma ação importante para o processo de ensino-aprendizagem, pois outros espaços podem e devem ser utilizados. Eles devem ter significado para a população.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRÁTICAS DOCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ERVÁLIA – MG

Neste capítulo são abordadas informações sobre as escolas que tiveram educadores participantes da pesquisa, por meio de resposta ao questionário sobre a EP. Assim, trataremos sobre as características e localização dessas instituições, bem como a que público atendem, entre outras informações. Conhecer sobre os ambientes escolares é compreender suas singularidades quanto ao público que atendem, o tipo de ensino e o contexto em que estão inseridos. Nesta parte do nosso estudo também apresentaremos a análise das respostas dos educadores ao questionário, com especial atenção para suas práticas diárias e as relações com a Educação Patrimonial no município de Ervália.

Os professores convidados a participarem da pesquisa são docentes da área das Ciências Humanas, das disciplinas de Artes, Geografia, História e Língua Portuguesa. Este público participante foi escolhido devido aos seguintes fatores: abordarem, em medidas e modos diversos, a temática da EP; serem disciplinas de todos os anos do Ensino Fundamental e Médio; e possuírem o tema patrimônio cultural como parte do currículo.

Desse modo, 26 professores foram convidados a responderem ao questionário de forma *on-line*. Além de outras premissas, foi levado em consideração se teriam a disponibilidade de participar. Eles também foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e sobre as informações referentes ao questionário.

Essa busca se deu por entendermos que conhecer as práticas diárias dos educadores na Educação Patrimonial nos permite apreender as interações humanas e sociais desses sujeitos para uma educação construtiva e transformadora. A educação deve ultrapassar o ambiente escolar, pois nossas interações sociais e conhecimentos também são construídos em outros meios. Logo, é importante que todos os educandos possam se reconhecer como sujeitos ativos e integrantes de espaços compartilhados e construídos em comunidade.

2.1 Além dos muros da escola

Aprender vai muito além de estar em sala de aula, já que aprender é conhecer lugares, culturas, tradições e histórias. Para isso, é muito importante conhecermos outros espaços e formas do processo de ensino-aprendizagem, além do ambiente escolar. Sendo assim, é relevante conhecer conceitos sobre as três formas de educação e os diferentes espaços em que podem ocorrer envolvendo a participação e a interação dos sujeitos. A definição dessas

diferentes concepções se dá na seguinte maneira: a educação formal, a não formal e a informal, de acordo com Ana Bruno:

Desta forma, a educação formal requer tempos e locais específicos, pessoal especializado, organização, sistematização sequencial das actividades, disciplina, regulamentos e leis, órgãos superiores; tem um carácter metódico e organiza-se por idades/níveis de conhecimento. [...] Na educação não formal o educador é “o outro” (Gohn, 2006, p.29) com quem se interage ou se integra. O local, espaço ou território onde se educa, assume-se como outra das questões fundamentais nesta distinção, pois acompanha as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, seja em locais informais, seja em locais onde existem processos interactivos intencionais. [...] Na educação não formal a finalidade consiste em abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos, bem como das relações sociais que este estabelece. Neste sentido capacitam-os para se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. [...] A educação não formal não é organizada por níveis, idades ou conteúdos e pode actuar sobre aspectos subjectivos de um grupo (cultura política, laços de pertença, identidade colectiva, processos de cidadania colectiva e pública do grupo). [...] No âmbito da educação informal o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação. Aqui os espaços educativos não estão delimitados e são fortemente marcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, gênero, religião, etnia, marcados pela espontaneidade dos ambientes, onde as relações sociais se definem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados (BRUNO, 2014, p. 13-14).

De acordo com a supracitada autora, os três tipos de educação-formal, não formal e informal envolvem locais e indivíduos diferentes na construção dos saberes. Compreender esses tipos de educação é entender que esta ocorre envolvendo diversos espaços, sujeitos, culturas, tradições, saberes e espaços. Em todos esses espaços, a EP pode ocorrer de forma construtiva.

Ao analisar os tipos de educação é necessário levarmos em consideração os espaços em que ocorrem. Segundo Jacobucci (2008), os espaços não formais de aprendizagem, como em alguns lugares em que se encontram os bens tombados do município de Ervália, são divididos nas seguintes categorias: locais que são instituições e locais que não são instituições.

Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoológicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não-Instituições. Nessa categoria podem ser incluídos teatro, parque, casa, rua, praça, terreno,

cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços (JACOBUCCI, 2008, p. 56-57).

Jacobuci (2008) apresenta os dois tipos de espaços de acordo com suas concepções, e explica que alguns podem ser naturais e outros com uma estrutura mais especializada. Nesse sentido, é pertinente diferirmos esses espaços, pois, é necessário compreender as diferentes categorias de espaços, como os bens tombados, já que serão utilizados, estudados e analisados. Há bens tombados que se configuram em instituições, como é a Capela Nossa Senhora do Rosário e a Capela Nossa Senhora da Misericórdia, mas há aqueles localizados em um espaço que não são instituições, a exemplo da Estátua do Monsenhor Rodolfo e os Monumentos dos Anjos, que estão localizados no centro da cidade.

Queiroz *et al.* (2011, p.18-19) pontuam que, no âmbito da educação Patrimonial, todo espaço pode ser usado no processo de ensino-aprendizagem, desde que não traga riscos para o educando. Para isso, é preciso ter um planejamento detalhado, que assegure os envolvidos e evite quaisquer transtornos.

Entre esses espaços podemos considerar: praças públicas, áreas verdes nas proximidades da escola, de lagos e igarapés, entre outros. Aqui vale ressaltar, a criatividade do professor para reconhecer um espaço em potencial e a sua contribuição científica para a formação dos estudantes (*Idem*).

Segundo Marandino (2001), para que o trabalho em outros lugares possa ampliar as possibilidades de aprendizagem (como os bens tombados) e para que ocorra de modo construtivo e seguro, é importante que o docente organize e oriente seus discentes. Um planejamento prévio das atividades é de grande valia, para que não haja situações inesperadas tanto por parte do educador quanto dos educandos. Os espaços ao serem utilizados na educação patrimonial devem ser averiguados primeiramente por um educador, para que não ofereçam risco.

Ainda de acordo com Queiroz *et al.* (2011, p.21), independente do espaço, o educando passa a ter percepções quanto ao ambiente e suas inter-relações. É importante que docentes e discentes trabalhem juntos para conhecer esses espaços em sua comunidade e para que possam explorar todo o local e suas singularidades. Essa interatividade integra a teoria e a prática, e tem o potencial de esclarecer aos educandos que são sujeitos ativos no meio em que estão inseridos.

Segundo Marandino (2001), os museus ampliam a cultura dos cidadãos. Sendo assim, os bens tombados podem funcionar da mesma forma, desde que todos os recursos oferecidos

pelos espaços não formais sejam bem aproveitados em função do processo de ensino-aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem vai além de estar em sala de aula ou dentro de uma escola, afinal, como Paulo Freire (1987) afirma, os educandos não chegam até a escola como uma “tabula rasa”, pois fora do espaço escolar também são detentores e produtores de conhecimento, já que estão inseridos em uma comunidade, se comunicam e mantêm contato com outros indivíduos. O educando possui conhecimentos, participa de um grupo e tem suas manifestações culturais antes mesmo de estar no espaço escolar, e por isso não deve ser visto apenas “depósito” de conteúdos.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” seus recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educadores são. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante (FREIRE, 1987, p. 33).

Nesse ínterim, o educando possui conhecimento de mundo e o educador deve abrir-lhe espaço para novos questionamentos, bem como construir novos conhecimentos. Na EP, as possibilidades são infinitas, já que outros espaços além do escolar podem contribuir muito para esse desenvolvimento, o educador deve promover interações, trocas e estimular o educando a ser um sujeito crítico e questionador. Desse modo, visitar diferentes lugares permite aos educandos um contato direto com os objetos de estudo, possibilitando a eles conhecerem as singularidades de sua cultura e de outros grupos.

Então, podemos afirmar que os espaços, objetos, paisagens, lugares possuem uma Pedagogicidade próprias e dialogam conosco por fora das normas e padrões de controle rígidos, engessados que caracterizam a construção dos currículos escolares. Mas, para que possamos compreender e apreender os conhecimentos e saberes presentes nos espaços não formais de aprendizagem é preciso que apuremos nosso olhar: é fundamental visitarmos e revisitarmos estes espaços munidos de uma percepção e de um olhar que sejam capazes de detectar a didática e a Pedagogicidade destes espaços, isto é, devemos ser capazes de aguçar a nossa percepção sobre a didática da natureza e a didática dos espaços construídos e organizados pelos homens (FONSECA; SILVA; ALMEIDA, 2018, p. 3).

É essencial olhar sempre com outros olhos e estarmos dispostos a aceitar o novo e o que ele tem a nos passar, pois tudo carrega uma história e um significado cultural,

principalmente quando conseguimos nos perceber como integrados e nos reconhecer nas diversas manifestações culturais.

De acordo com Marandino (2001), são variadas as razões que levam o professor a utilizar os espaços além da sala de aula. Uma razão relevante é a possibilidade de vivenciar o que não tem dentro da escola, de conhecer outros lugares, próximos ou nem tanto, e que merecem ser olhados com criticidade. Esses espaços devem ser utilizados de forma com que haja a construção do conhecimento, assim valorizando a carga cultural que o educando já tem.

Como Paulo Freire (2011) enfatiza, o educador não deve transmitir conhecimentos, mas, sim, propiciar condições para que haja a sua construção. Nesse processo, o educando é sujeito ativo e participativo ao mesmo tempo, e ocorre uma troca de conhecimento entre todos os integrantes, cabendo ao docente conduzir os discentes para que haja uma troca eficiente. Devido a isso, é pertinente saber quais são os conhecimentos que esse educando já possui, para que esses sejam valorizados. A partir disso, é interessante a troca de ideias para uma construção de novos saberes.

Luckesi (2012, p. 26) corrobora essa tomada de posição afirmando que “o educador é todo ser humano envolvido em sua prática histórica transformadora [...]. Todos somos educadores e educandos, ensinamos e somos ensinados”. Dessa forma, como educadores, não passamos conhecimentos aos educandos, mas, em vez disso, propiciamos formas para que este seja construído em conjunto, e para que todos aprendam, incluindo os docentes.

Reddig e Leite, citados por Iszlaji, complementam pontuando que “é função dos educadores que todas as crianças tenham a oportunidade de conhecer e interagir com a sua cultura nos espaços não formais de aprendizagem, buscando aprender, sonhar, imaginar e criar” (REDDIG; LEITE, 2007 *apud* ISZLAJI, 2012, p.63).

Nesse âmbito, quando pensamos no processo de ensino-aprendizagem e as potenciais contribuições da Educação Patrimonial, devemos ter em mente que ela figura-se mais como “(...) uma proposta metodológica que procura tomar os bens culturais como uma fonte primária de um trabalho de preservação da memória coletiva e individual” (SILVA JUNIOR, 2016, p. 32). Com isso, os conhecimentos dela decorrentes podem instrumentalizar o educando para “(...) se reconhecer como atuante e com papel transformador da sociedade, e não mero espectador despertando um maior interesse pelos bens culturais da coletividade” (*Ibidem*, p.33).

Ao conhecer a história do espaço em que está o educando, este passa a perceber que também está inserido no meio como sujeito ativo, bem como a perceber que o patrimônio e seus costumes fazem parte da sua cultura e de sua comunidade.

De acordo com Maria Célia Santos:

É interessante registrar, entretanto, que os conteúdos transmitidos pelas escolas, ao longo dos anos, têm privilegiado padrões de cultura importados, aplicados, sem a devida redução social, em currículos com conteúdos impostos de cima para baixo, dissociados da realidade dos alunos, em escolas burocratizadas e distantes das comunidades na qual estão inseridas (SANTOS, 2001, p. 5).

Ocorre que, muitas vezes, em sala de aula, os educandos têm contato com conteúdos que pouco dialogam com a realidade ao seu entorno. Esses conteúdos descontextualizados são impostos por meio de currículos e diretrizes curriculares que acabam por não gerar significação ao discente, dificultando assim não só docência, a qual se vê, muitas vezes, obrigada a impor conteúdos de forma rígida, como o próprio processo de aprendizagem.

Outra questão muito presente nessa problemática é que alguns materiais didáticos, como os livros e apostilas, têm uma visão etnocêntrica europeizada, dando pouca margem para que sejam conhecidos os conteúdos de outras inúmeras culturas e pouca chance para uma visão americana multicultural. A visão eurocêntrica é etnocêntrica e limitadora de conhecimentos, impondo um único ponto de vista, mas essa postura deve mudar.

É importante que o educando conheça, aprenda e valorize aquilo que está próximo a ele em vez de supervalorizar outras realidades europeizadas, que muitas vezes estão distantes do seu cotidiano e de sua cultura. Esclarecendo, é pertinente deixarmos claro que os educandos devem conhecer outras culturas, mas que primeiramente precisam compreender a sociedade em que estão inseridos, reconhecendo suas singularidades e pluralidades.

2.2 As escolas estaduais de Ervália e a educação patrimonial

Para saber como os docentes desenvolvem projetos sobre a EP foi empregado o método investigativo em formato de um questionário. As escolas que tiveram professores participantes do questionário foram: Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, Escola Estadual Monsenhor Rodolfo e Escola Estadual Professor David Procópio. A escolha dessas escolas se deveu ao fato de serem instituições públicas, de rede estadual, e que estão localizadas no município de Ervália.

2.2.1 Escola Estadual Professor David Procópio

A Escola Estadual Professor David Procópio é localizada no Bairro São Pedro, na Praça Doutor Edgard Vasconcellos, número 15, em localidade urbana, próxima ao centro da cidade. Ela conta com os Ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atende o público de crianças, adolescentes e adultos que residem tanto em área rural quanto urbana.

Figura 26 - Frente da Escola Estadual Professor David Procópio



Fonte: Reinventando o Ensino Médio (2013) ¹².

A escola tem uma boa estrutura física, conta com laboratório de informática, biblioteca, salas de aula, auditório/refeitório, quadra poliesportiva para atividades físicas e muitos espaços que podem ser utilizados para diversas atividades. Ela foi a primeira do município a oferecer o ensino secundário e técnico, que, com o correr dos anos, passou a atender o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio, a EJA e alguns cursos técnicos. A escola foi fundada com a ajuda de acionistas e contribuições de um grupo da sociedade. Atualmente, é a única escola pública que oferece Ensino Médio no centro da cidade.

2.2.2 Escola Estadual Monsenhor Rodolfo

A Escola Estadual Monsenhor Rodolfo é localizada no centro da cidade, na Rua Doutor Normando Ferreira Esteves, número 20. Atende um público variado, de crianças e

¹² Disponível em: <http://remdavidprocopio.blogspot.com/2013/05/apresentacao.html>. Acesso: 12/02/2022.

adolescentes, tanto da área rural quanto urbana do município. A instituição atende na modalidade de ensino regular, oferecendo o Ensino Fundamental do sexto ao nono ano.

Ela também conta com várias salas de aula, biblioteca, auditório/refeitório, secretaria, diretoria, quadra e um espaço que pode ser utilizado para atividades diversas.

Figura 27 - Escola Estadual Monsenhor Rodolfo



Fonte: Facebook (2017) ¹³.

Na imagem acima é possível ver a frente da escola que se localiza no centro da cidade e conta possui uma boa estrutura. O nome da escola é em homenagem ao Monsenhor Rodolfo, e dentro dela também há um busto do Monsenhor. Essa escola é uma das mais antigas do município e já atendeu a gerações do povo ervalense, pois foi uma das primeiras a oferecer o ensino primário no município.

2.2.3 Escola Estadual Dom Francisco Das Chagas

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas é localizada em área rural no povoado do Careço, a 18 km do centro da cidade de Ervália. Possui Ensino Regular, oferecendo Ensino Fundamental e Médio, e nela há também o Ensino Regular/Magistério e a Educação de Jovens e adultos (EJA). O público escolar é composto por crianças, adolescentes e adultos da área rural, que residem no povoado e proximidades. Da escola até o centro da cidade gasta-se cerca de 40 minutos de deslocamento por automóvel, variando conforme as condições da estrada.

¹³

Disponível

em:

<https://pt-br.facebook.com/eemonsenhorrodolfo/photos/a.212488902556443/212488869223113/?type=3&theater>. Acesso: 12/02/2022.

Essa escola é a única em área rural que oferece o Ensino Médio no município. Na Figura 28 é possível observarmos o interior desse edifício.

Figura 28 - Interior da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas



Fonte: Facebook (2021) ¹⁴.

A escola conta com salas de aula, biblioteca, refeitório, quadra esportiva, horta, entre outros. De forma geral, possui uma boa estrutura para os funcionários e educandos, e a maioria das turmas são únicas em cada série. A maioria dos professores reside na cidade e vai até o povoado para lecionar, sendo o transporte gratuito e oferecido pela prefeitura municipal para discentes e docentes.

Em casos como os das instituições escolares mais distantes, como esta última, por exemplo, podemos ressaltar que a distância dos bens tombados do município pode dificultar a conexão com o patrimônio material, embora não deva interferir na proposição de atividades de ensino-aprendizagem, considerando a possibilidade de oferta do transporte escolar gratuito.

Quanto ao número de participantes, ele varia conforme o número de docentes que cada escola tem. Das três escolas, a E. E. Professor David Procópio é a que tem um maior número de educadores, sendo assim, é a que recebeu mais convites para participação. Já a E. E. Dom Francisco das Chagas é a que conta com um menor número de educadores e, devido a isso, menos professores receberam o convite para responder ao questionário e participar da pesquisa. O Quadro 3 apresenta a distribuição dos participantes por disciplina e por instituição.

¹⁴ Disponível em: https://web.facebook.com/DomFranciscodasChagasCareco/?_rdc=1&_rdr Acesso: 12/02/2022.

Quadro 3 - Participantes por disciplina

Números de professores convidados a participar por disciplina					
Escola	Geografia	História	Língua Portuguesa	Artes	Total
E. E. Dom Francisco das Chagas	2	2	2	1	7
E. E. Monsenhor Rodolfo	2	3	2	1	8
E. E. Professor David Procópio	3	3	3	2	11

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O questionário foi enviado de forma *on-line*, por formulário, devido à pandemia de COVID-19, que teve como principal medida de combate o distanciamento social. Os educadores que responderam ao questionário foram das disciplinas relacionadas à área de Ciências Humanas, que são oferecidas em todos os anos tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, quais sejam: Geografia, História, Língua Portuguesa e Artes.

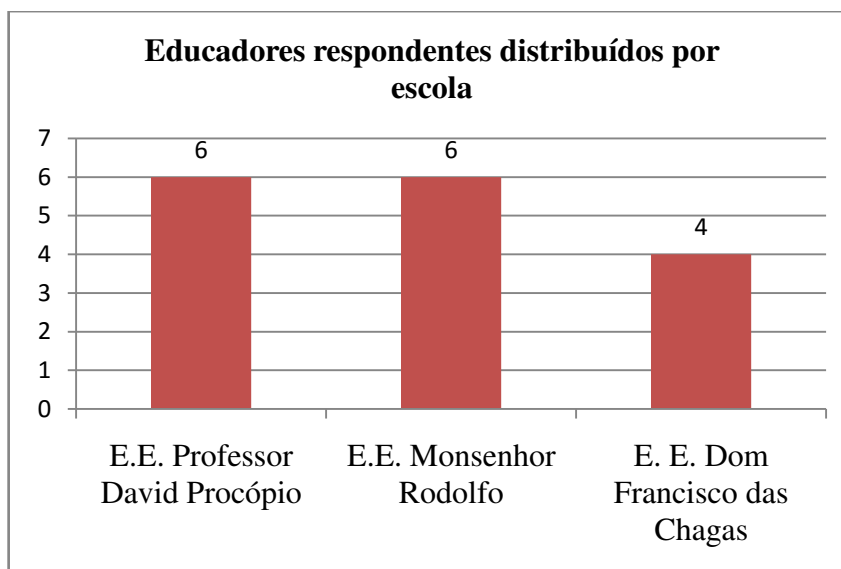
2.3 Resultados e Discussões: perfil dos educadores que participaram do questionário

A seguir são apresentados os resultados coletados através do questionário enviado aos educadores participantes. Nesta seção é analisado o perfil dos educadores e a interação entre disciplinas de sua área de conhecimentos, as Ciências Humanas. Os participantes trabalhavam em uma das três escolas estaduais e são professores da Educação Básica no Ensino Fundamental e Médio. O questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁵ foram enviados a eles, após terem sido submetidos e aprovados na Plataforma Brasil. As perguntas do questionário se encontram no Anexo III.

As perguntas eram, em sua maioria, dissertativas, a partir das quais o educador poderia colocar sua resposta pessoal e descrever algo a mais, caso desejasse. Algumas perguntas eram mais objetivas, podendo ser respondidas com “sim” ou “não”. Com essas informações os dados puderam ser utilizados para comparar achados e dados concretos. A partir do gráfico abaixo podemos observar o número que responderam o TCLE e o questionário.

¹⁵ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário foram enviados pra 26 educadores, dos quais 20 responderam o TCLE e 16 responderam o questionário.

Figura 29 - Gráfico dos educadores respondentes distribuídos por escola



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As escolas que tiveram o maior número de participações de educadores no questionário foram a E. E Professor David Procópio e E. E Monsenhor Rodolfo, com seis respondentes cada. A E.E Dom Francisco das Chagas teve a participação de quatro de seus educadores. Vale ressaltar que as escolas possuem números diferentes de funcionários e educadores devido ao número de educandos em cada uma das instituições. Além disso, há uma diferença entre o número de convidados e os que efetivamente responderam.

Para a análise dos dados coletados, e pela ética da pesquisa, os participantes foram codificados de um a dezesseis, sendo que cada educador recebeu um código, conforme exemplificado no Quadro 4 e descrito no Quadro 5:

Quadro 4 - Exemplo de código dos participantes

Educador	Código
Educador 1	EDUC#1
Educador 2	EDUC#2

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 5 - Caracterização da amostragem

Código	Sexo	Disciplina	Tempo em média de serviço
EDUC#1	Feminino	Geografia	2 anos e 6 meses
EDUC#2	Feminino	Língua Portuguesa	15 anos

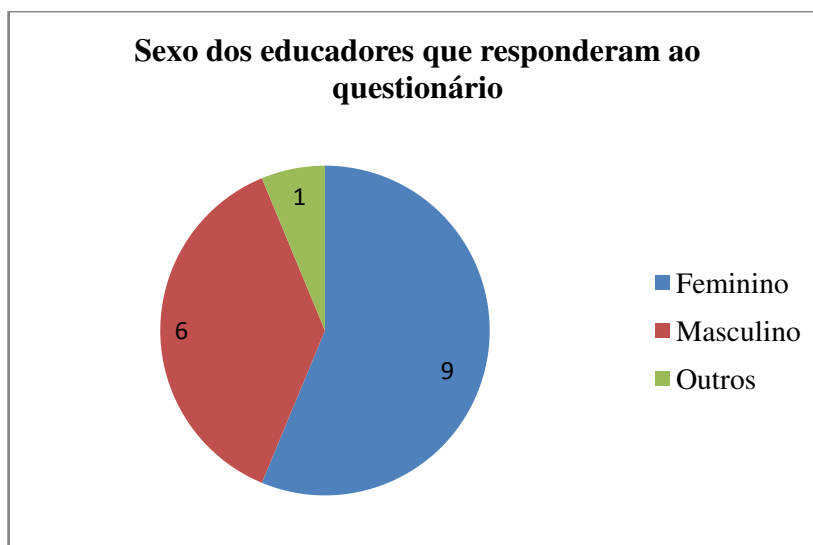
EDUC#3	Masculino	Geografia	3 anos
EDUC#4	Masculino	Língua Portuguesa	14 anos
EDUC#5	Feminino	História	11 anos
EDUC#6	Feminino	Língua Portuguesa	4 anos
EDUC#7	Feminino	Geografia	5 anos
EDUC#8	Masculino	Geografia	5 anos
EDUC#9	Feminino	Língua Portuguesa	15 anos
EDUC#10	Outros	História	10 anos
EDUC#11	Masculino	História	2 anos
EDUC#12	Masculino	História	1 ano e 6 meses
EDUC#13	Feminino	Língua Portuguesa	17 anos
EDUC#14	Feminino	Artes	23 anos
EDUC#15	Masculino	História	Mais de 23 anos
EDUC#16	Feminino	Artes	7 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nessa amostragem, o TCLE e o convite para responder ao questionário foram enviados a partir de agosto e até setembro de 2021, após liberação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV. Dois educadores participantes foram acrescentados na amostragem em setembro de 2022, devido ao surgimento da necessidade de professores da disciplina de Artes. Todos os participantes foram convidados por meio do *WhatsApp* e, quando concordavam em participar, recebiam o TCLE e o questionário por *e-mail*. Algumas pessoas que receberam o convite não quiseram participar, ou ignoraram a mensagem, ou, ainda, afirmaram que iriam responder em outro momento, mas não deram retorno. Cada educador só foi convidado apenas uma vez, não ocorrendo, em hipótese alguma, insistência na participação. Outro ponto é que foi informado aos educadores que eles poderiam responder às perguntas que quisessem, sem serem forçados ou obrigados a responder todas as perguntas ou àquelas que não se sentissem confortáveis.

Dos dezesseis participantes que responderam ao questionário, nove se identificaram do sexo feminino, seis do sexo masculino e um participante colocou a opção “outros”.

Figura 30 - Gráfico representativo do sexo dos educadores que responderam ao questionário

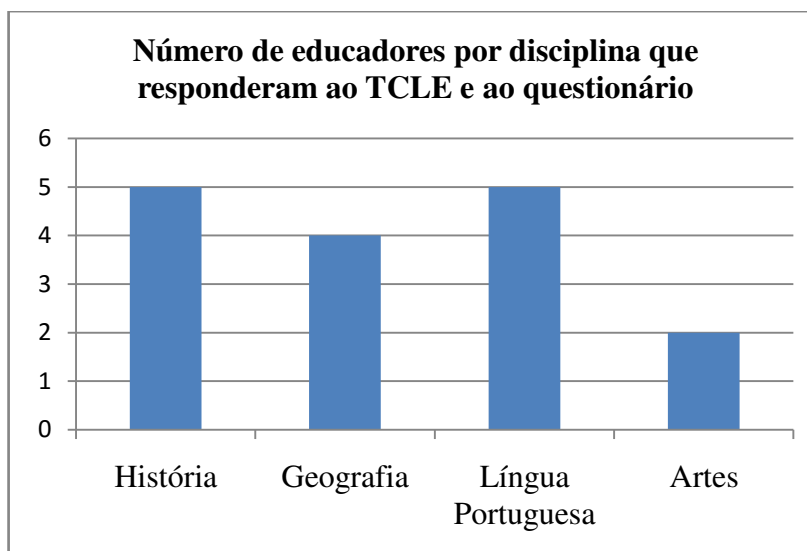


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No gráfico da Figura 30 é possível percebermos que a maior parte dos participantes é do sexo feminino, com nove respostas. Um participante colocou a opção “outros” e seis participantes se identificaram como do sexo masculino. Isso demonstra que, nesta pesquisa, é notável a participação de um maior número de educadoras. A esse respeito, Lima afirma que “No século XX a docência tomou a condição de eminentemente espaço feminino, revelando-se, atualmente, uma atividade profissional com presença significativamente maior o contingente de mulheres” (LIMA, 2015, p. 3). Seguindo as afirmações de Lima e observando o quantitativo de participantes que responderam ao questionário, podemos perceber um maior número de mulheres na docência. Nesse sentido, é bem provável que, no município de Ervália, a porcentagem de mulheres na docência se sobressaia de uma forma geral, refletindo o cenário nacional.

Quanto à participação de educadores por disciplina, dois lecionam a disciplina de Artes; quatro lecionam a disciplina de Geografia; quatro, a disciplina de História; e cinco, a disciplina de Língua Portuguesa. No gráfico da Figura 31 é possível percebermos a quantidade de participantes por disciplinas que receberam o convite e que responderam ao questionário. O gráfico a seguir demonstra que a maior participação foi dos educadores de Língua Portuguesa e de História.

Figura 31 - Gráfico do número de educadores por disciplina



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A quantidade de educadores convidados foi diferente dos que responderam ao questionário. Alguns receberam o convite de participação, mas afirmaram que só poderiam contribuir em outro momento, enquanto que outros já concordaram em participarr, mas não responderam ao TCLE e ainda outros apenas visualizaram a mensagem de convite, mas não deram retorno. A todos os educadores foi dado um prazo considerável, de aproximadamente um mês para o retorno com suas repostas, tal tempo se deu para que não fossem prejudicados ou incomodados em suas atividades diárias.

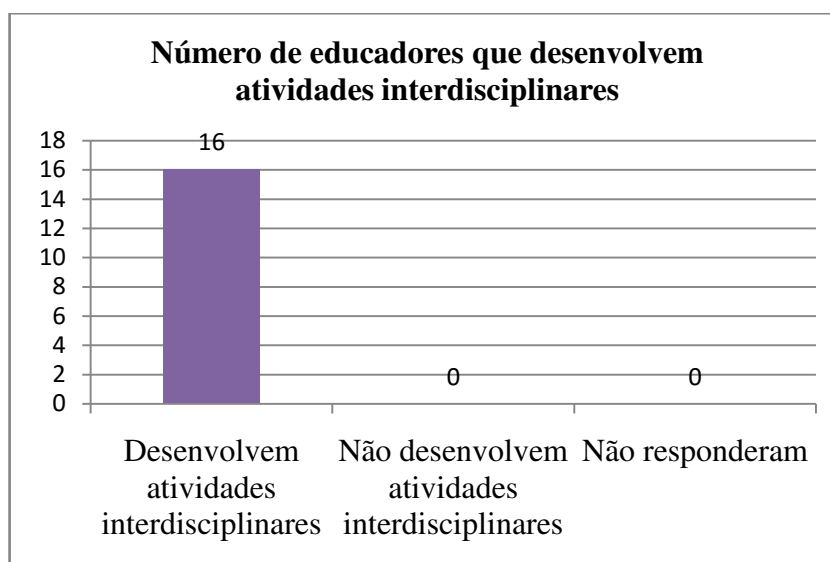
Quanto ao tempo de serviço dos educadores, este foi variável, pois havia docentes que atuavam apenas há um ano e meio na Educação Básica e aqueles que já tinham um tempo maior, de vinte e três anos, por exemplo. Um educador participante leciona em mais de uma escola, sendo uma pública e outra particular, no mesmo município. Em relação ao tempo de serviço, alguns professores não tiveram tempo de realizar atividades ou ações voltadas para a EP devido ao pouco tempo de serviço, considerando que começaram a lecionar antes pandemia de COVID-19. Já outros, por estarem lecionando há mais tempo, tiveram maiores oportunidades para desenvolver tais projetos.

A EP pode ocorrer em vários espaços de aprendizagem, em locais que são instituições e que não o são. O educador pode utilizar de espaços alternativos, tanto dentro da escola quanto fora dela. Sobre isso, vale ressaltar que espaços alternativos são uma categoria relativa, pois, para um professor de História, a quadra é um espaço alternativo, e para o professor de Educação Física, não. Sendo assim, é pertinente o educador analisar os espaços para que todas as potencialidades possam ser exploradas, tanto por parte do que o local tem a

oferecer quanto para que o processo de ensino-aprendizagem do educando seja mais dinâmico.

Portanto, foi questionado aos educadores se eles realizam atividades de forma interdisciplinar.

Figura 32 - Gráfica do número de educadores que desenvolveram atividades interdisciplinares



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Todos os educadores participantes relataram já ter participado de atividades interdisciplinares, mas alguns colocaram que raramente ou às vezes. A interdisciplinaridade é importante para que o educando possa compreender uma temática em várias perspectivas, envolvendo variados conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, ela permite conhecer um fato, uma informação, um lugar, entre outros em vários panoramas. De acordo com Tavares,

A interdisciplinaridade não é um caminho de homogeneidade, mas de heterogeneidade. Por isso, um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo. Este deve ser reflexivo, crítico, entusiástico, que respeita e transforma. Num trabalho interdisciplinar em equipe é imprescindível que todos estejam abertos ao diálogo em qualquer momento (TAVARES, 1999, p. 136).

A interdisciplinaridade permite que um tema seja estudado em várias concepções, configurando-se uma abordagem mais ampla e uma discussão mais complexa, que pode envolver tanto disciplinas das Ciências Humanas quanto das Ciências Exatas ou Biológicas. Quando se trata de EP, ela pode ser trabalhada em todas as matérias.

A interdisciplinaridade é a lógica da organização curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto que as dez competências gerais são universais para todas as disciplinas. De acordo com a BNCC, as disciplinas na Educação Básica têm competências e habilidades que devem ser seguidas e trabalhadas para a progressão dos conhecimentos dos educandos. No Ensino Médio não há habilidade por disciplina, mas por área, ou seja, a mesma habilidade precisa ser desenvolvida por várias disciplinas diferentes. O ensino em âmbito nacional se baseia nessa diretriz.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)(BRASIL, 2018, p. 7).

A BNCC é um documento que define os rumos da aprendizagem, no qual encontramos a descrição das habilidades e competências de cada disciplina e de cada ano escolar, as quais devem orientar o trabalho de educadores e o processo de aprendizagem dos educandos.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Vale ressaltar que a Base é muito criticada por educadores e especialistas, pois é generalista e engessada com os conteúdos, estabelecendo parâmetros formatados e reforçando uma visão cartesiana de ensino em um currículo rígido e inflexível. Ela é elaborada por pessoas que pouco conhecem a realidade local ou o chão da sala de aula. Em seu conteúdo, o conhecimento popular, local e singular praticamente não é levado em consideração, demonstrando um grande distanciamento entre seus idealizadores e as realidades dos educadores brasileiros, que deveriam ter sido ouvidos para a construção desse documento.

De acordo com a BNCC, algumas habilidades das disciplinas retratam sobre o patrimônio cultural e seus conceitos. Em História, no sexto ano, são trabalhadas as fontes históricas e o patrimônio cultural pode ser visto como fonte e registro histórico.

Quando se trata sobre o saber histórico, fontes históricas e registros são comuns de serem encontrados na disciplina de História, pois, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o conteúdo deve ser trabalhado no sexto ano do Ensino Fundamental. Contudo, quando se trata sobre o estudo do patrimônio cultural, material e imaterial, o conteúdo é estudado na disciplina de Artes, no sétimo ano do Ensino Fundamental. De toda forma, devido ao fato de estar prevista na BNCC e nos materiais didáticos formais, a referência ao patrimônio cultural e a interdisciplinaridade com esta temática aparece incorporada organicamente ao trabalho escolar, como visto em: “A habilidade **EF06HI02** consiste em: Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas” (BRASIL, 2018, p. 421).

É na disciplina de Artes que se propõe trabalhar mais especificamente o patrimônio material e imaterial e práticas culturais diversas.

A habilidade **EF69AR34** consiste em: Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. A habilidade **EF69AR31** consiste em: Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética (BRASIL, 2018, p. 211).

Em Língua Portuguesa também é visto sobre o patrimônio cultural em textos literários no sexto ano do Ensino Fundamental.

EF15LP15 Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo da ficção e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade (BRASIL, 2018, p. 97).

Na disciplina de Geografia, no quinto ano, é abordado sobre os problemas quanto ao patrimônio histórico. Já no Ensino Médio, o assunto compreende a diversidade cultural e o patrimônio artístico, devendo ser trabalhado pelas quatro disciplinas – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física, que compõem a área de Linguagens e suas tecnologias:

EF05GE11 Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do

patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas. (...)

EM13LGG601 Apropriar-se do patrimônio artístico e da cultura corporal de movimento de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de disputa por legitimidade. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 379; 421).

A grande parte dos educadores participantes deste estudo afirmou que realiza a interdisciplinaridade com outras áreas das Ciências Humanas. Observando de forma geral o perfil dos educadores na Figura 33, foi possível chegar à seguinte conclusão:

Figura 33 - Mapa mental do perfil dos docentes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De acordo com o mapa mental da Figura acima, é possível percebermos que, em média, os educadores participantes do questionário são do sexo feminino, têm dez anos que atuam no magistério e trabalham em área urbana. Desses educadores, grande parte que respondeu ao questionário leciona as disciplinas de História ou Língua Portuguesa e pratica a interdisciplinaridade com outras matérias que também fazem parte das Ciências Humanas.

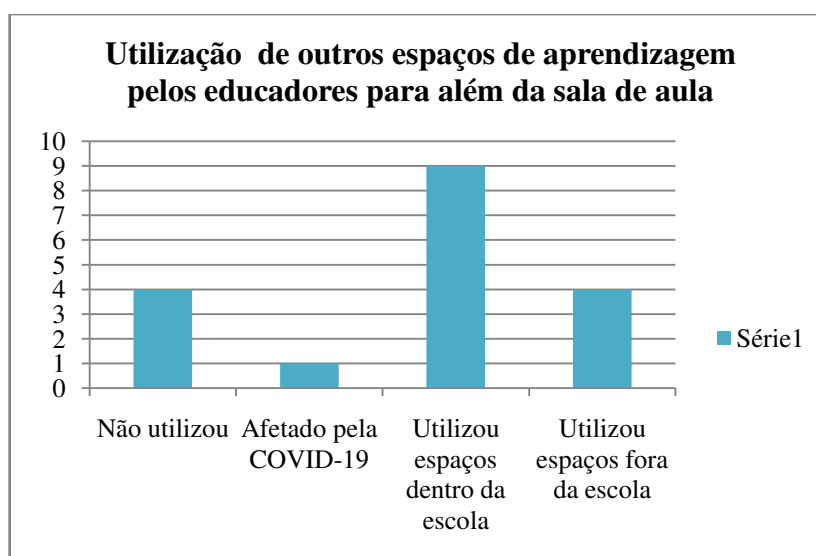
2.4 Resultados e Discussões: a utilização de espaços alternativos e não formais na EP

Nesta seção analisaremos os espaços utilizados pelos educadores, a interação dos educandos em outros espaços, as visitas no município ou em outros possíveis locais que os educadores acreditam que deveriam ser tombados para preservação e resguardo. Esses outros espaços mencionados para a realização da EP foram nomeados como espaços alternativos e espaços não formais de aprendizagem. A esse respeito, foi possível notarmos

que os educadores entendem como espaços alternativos aqueles que não são a sala de aula tradicional, mas alguns tiveram dificuldades em entender o conceito de “espaços não formais de aprendizagem”. Vale ressaltar que espaços não formais são aqueles que ultrapassam os espaços da escola, como define Jacobucci (2008), pondo ser institucionais e não institucionais.

A partir do gráfico da Figura 34, é possível observarmos, no âmbito do contexto desta pesquisa, a utilização de outros espaços para além da sala de aula pelos educadores para a execução da EP, tanto na própria escola quanto em outros ambientes.

Figura 34 - Gráfica da utilização de outros espaços de aprendizagem pelos educadores



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No gráfico da Figura anterior é possível observarmos que quatro educadores não fizeram a utilização de outros espaços, sendo que um deles declarou não ter utilizado devido ao fato de ter começado a trabalhar um pouco antes da pandemia de COVID-19, e por isso não houve prazo para a elaboração de atividades do tipo. Nove educadores relataram utilizar espaços dentro da escola, enquanto outros quatro afirmaram utilizar espaços de fora dela. Vale ressaltar que, na resposta discursiva, o professor poderia afirmar que utiliza espaços tanto dentro do espaço escolar quanto fora dele, e que por isso foi possível notar que grande parte dos educadores utiliza ou utilizou, em algum momento, outros espaços em suas aulas, sejam esses dentro da escola quanto fora.

Na pergunta “Em suas aulas você utiliza espaços alternativos de aprendizagem? Quais?”, obtivemos a seguinte relação de respostas, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 - Utilização de espaços alternativos de aprendizagem

Entrevistado	Em suas aulas você utiliza espaços alternativos de aprendizagem? Quais?
EDUC#1	Ainda não tive a oportunidade
EDUC#2	Sim, bibliotecas, sala de vídeo
EDUC#3	Não, até o momento.
EDUC#4	Sim. Pinturas, jogos, desafios, debates regrados, memórias (saudosismo), entre outros.
EDUC#5	Sim. Confecção de <i>lapbook</i> ; montagem de peças históricas; montagem de personagens históricos; maquetes, desenhos históricos; etc.
EDUC#6	Sim, Casa da Cultura, Pátio, Biblioteca e outros quando conveniente.
EDUC#7	Raramente, pois há varias dificuldades para isso, como por exemplo, falta de infraestrutura, burocracias etc. (<i>sic</i>)
EDUC#8	Não
EDUC#9	Indiretamente. Como dou aula para adolescentes no Ensino Médio, eu não saio para realizar as atividades com eles, mas defino atividades que precisam ser realizadas fora da escola. Como pesquisa na Casa da Cultura, visita aos bens tombados, entrevistas na comunidade.
EDUC#10	Sim, além de todos os espaços possíveis na escola, quando possível utilizo os espaços públicos da cidade: praças, cachoeiras, bibliotecas, igrejas...
EDUC#11	Atualmente, por conta da pandemia, não.
EDUC#12	Infelizmente não
EDUC#13	Biblioteca
EDUC#14	Sala de vídeo
EDUC#15	Às vezes utilizamos visitas Casa da Cultura e bens públicos tombados (<i>sic</i>)
EDUC#16	Sim. Sala de vídeo, sala de informática, áreas abertas da instituição.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir do Quadro acima é possível observarmos que as respostas são variadas quanto à utilização de espaços alternativos, pois alguns educadores responderam raramente utilizam, enquanto outros já se aproveitam dos pátios, bibliotecas, laboratório de informática, que são espaços dentro da escola, como também espaços alternativos de aprendizagem. A Casa da Cultura, no centro da cidade, as praças e as visitas aos bens tombados são espaços utilizados fora do ambiente escolar presentes nas respostas colhidas.

Assim, percebemos que alguns educadores permanecem dentro do ambiente escolar e outros tentam utilizar espaços que ultrapassem os limites da sala de aula. De uma forma geral, os espaços considerados alternativos e mais utilizados pelos educadores são aqueles dentro da escola. Nesse ínterim, pontuamos que mais atividades em outros espaços além do tradicional podem despertar o interesse dos educandos, atraindo-os para a discussão de um tema de forma diversificada. Todavia, como cada educador tem uma concepção diferente do que são os espaços alternativos de aprendizagem –alguns consideram esses espaços

dentro da escola e já outros utilizam espaços além do ambiente escolar – é preciso que sejam incentivados a explorarem outras opções e experiências.

Considerando esse aspecto, foi perguntado aos educadores sobre o que achavam da interação e participação na execução EP.

Quadro 7 - Participação e interação de Educandos e Educadores na realização da EP

Participação e interação com a proposta de educação patrimonial entre educandos e educadores	
Educador	Resposta
EDUC#1	Como estagiária e professora, acompanhei algumas turmas de cidades distintas, em uma viagem a Ouro Preto. A interação com os alunos foi de muita proximidade, pois possibilitou conhecê-los melhor.
EDUC#3	Acompanhei uma ida a campo na Serra das Dores
EDUC#4	Trabalhei a estátua do Monsenhor Rodolfo de Oliveira Lima, tombada como patrimônio histórico e cultural de Ervália MG. Foi muito bacana todo o trabalho. Falei da importância de Monsenhor Rodolfo fazendo relação com a realidade de Ervália na época em que ele era vivo. Fiz trabalho interdisciplinar com a abolição da escravidão do homem civil que era o padre. Os alunos confeccionaram cartazes e colocaram no corredor da escola, fizeram um varal com mais bens tombados pesquisados por eles e apresentado em sala de aula. Levei os alunos para conhecer a estátua e outros bens tombados no município de Ervália MG.
EDUC#5	Eu orientei as equipes para que pesquisassem sobre os monumentos patrimoniais da cidade, escolhessem o que mais gostaram e fizessem uma pesquisa completa sobre o mesmo. No final do projeto, foi apresentado para a turma as pesquisas e os desenhos de cada equipe sobre o monumento escolhido. <i>(sic)</i>
EDUC#6	Atuei em conjunto com a professora de História na construção de relatórios de observação de viagem, diários de bordo, à Ouro Preto, bem como no estudo prévio de textos e patrimônios culturais da região. <i>(sic)</i>
EDUC#9	Em todos os dois projetos, o papel dos alunos não era o de visitante ou apreciador, mas de investigador e criador de conteúdos. A participação deles no projeto foi 100%, porque eram eles que executam todo o processo. No segundo projeto, por exemplo, foi necessária a interação dos alunos com documentos, comunidades e com os bens patrimoniais em si, pois era necessário filmá-los, contar sua história para produzir o documentário. Em ambos os projetos, a interação com a comunidade foi muito marcante, porque ela se via representada no trabalho e respondia com carinho ao trabalho final dos alunos. <i>(sic)</i>
EDUC#10	Nas atividades mais práticas de desenhos, registro de entrevistas e fotográficos, houve bastante participação.
EDUC#16	Foi muito produtiva. Ainda hoje encontro alguns alunos que se lembram ou colocam em prática o que aprenderam.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir da resposta dos docentes é possível identificarmos a interatividade dos educandos e educadores. A EP permitiu maior participação, aumentou e despertou interesse nos discentes, que estabeleceram contato direto com o bem cultural e se perceberam sujeitos em ação, investigadores, como destacou o professor EDU#9. É notável que, em

ambiente fora sala de aula, a EP é mais instigante, atraente, pois o contato direto com o objeto de estudo pode trazer várias outras questões sobre o espaço em que ele está inserido.

Alguns professores realizaram projetos de viagens para Ouro Preto e visitas aos bens tombados de Ervália. Outros educadores realizaram a construção de diários, desenhos e registros fotográficos dentro da escola. O educador EDUC#9 relata os projetos que desenvolveu e que seus discentes foram criadores de conteúdos e investigadores. Esses relatos demonstram que o educando, com auxílio, pode construir o seu conhecimento sendo um sujeito ativo e participativo nas atividades e não como apenas um telespectador. É possível observarmos, nesse contexto, que os projetos e as ações dos educadores são variados e que a prática de fotografar e construir um diário de bordo apresenta ao educando a possibilidade de ser um explorador, de mostrar o seu ponto de vista, e não apenas um mero visitante, que não estabelece sentido ao que vê.

No trabalho apresentado pelos educadores acima podemos perceber que os educandos não apenas visitavam, mas também interagiam e investigavam os espaços que abarcam ou se constituem bens patrimoniais. Isso faz com que esses sujeitos busquem o conhecimento, sejam observadores, críticos e capazes de ter suas próprias conclusões. No cenário da educação pública de Ervália - MG é notável que os educadores tenham ideias de realização de atividades como as citadas. Essas ações poderiam ser compartilhadas, assim estendendo e reforçando a criação de mais ideias e possibilidades de atividades culturais e para a execução da EP.

Quanto à interação por parte dos educandos quando estão fora sala de aula, os educadores responderam:

Quadro 8 - Interação dos educandos fora sala de aula

Educador	Percebe maior interação por parte dos educandos quando estão fora sala de aula?
EDUC#1	Os educandos se sentem mais a vontade, pois extrapola os limites das rotinas diárias de uma sala de aula.
EDUC#2	Sim
EDUC#3	A participação foi relativa, com relação a atividade na Serra. Não percebi uma maior participação por parte deles, apesar de terem interagido com o objetivo do campo.
EDUC#4	Sim. Quando a aula é fora do contexto tradicional os alunos desenvolvem muito mais. Tenho como exemplo quando faço debate com os alunos geralmente eu os levo para uma área da escola, na quadra, na biblioteca ou até mesmo na pracinha da comunidade. Vale ressaltar que na pracinha tenho costume de tomar essa atitude no inverno por causa do frio rigoroso.
EDUC#5	Com certeza. Todos querem participar, mostrar que conhecem o monumento e o espaço.
EDUC#6	Sim

EDUC#7	Gostam de inovação, algo que os atraia e convide a sair da rotina sempre chama atenção. (<i>sic</i>)
EDUC#8	Sim
EDUC#9	NO meu caso, eu não acompanhava o trabalho fora da sala de aula. Era dada a tarefa e eles executavam sozinhos. No entanto, pelo produto final é possível perceber a interação dos alunos entre si, para executar o projeto, e com os bens patrimoniais que se tornaram objeto de trabalho deles.
EDUC#10	Claro, sempre estão fora de sala de aula há um interesse diferenciado, mas que exige manter o foco da atividade, evitando tornar a atividade apenas um passeio. (<i>sic</i>)
EDUC#11	
EDUC#12	Sim
EDUC#13	Sim
EDUC#14	Sim
EDUC#15	Sim, certamente.
EDUC#16	Depende do conteúdo trabalhado.

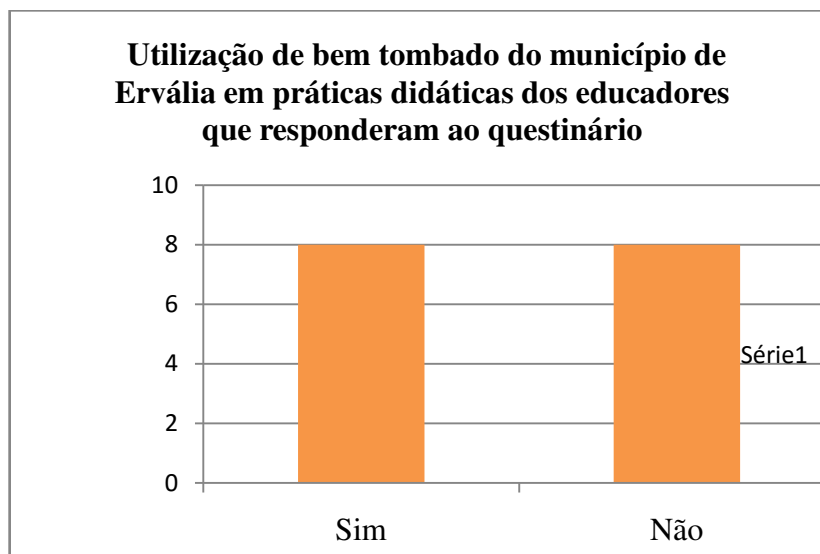
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As respostas dos educadores sobre a interação dos educandos em outros espaços de aprendizagem foram diversificadas. Para o EDUC#16, a interação dependia do conteúdo, enquanto que para o EDUC#3, ela é relativa e se dá de acordo com o que foi proposto. Já outros afirmam que há um interesse diferenciado quando extrapolam os limites da sala de aula, pois os educandos ficam mais interessados, se desenvolvem mais, se sentem mais à vontade e reconhecem a atividade como algo inovador.

Um ponto importante afirmado pelo educador EDUC#10 é manter o foco na atividade proposta e não dispersar. EDUC#1 acrescenta que sair do ambiente escolar é diferente para a rotina dos educandos, e que, muitas vezes, fora do ambiente escolar, o educando é mais observador e questionador. Os educadores, de forma geral, percebem uma melhor interação dos educandos quando são utilizados outros espaços de aprendizagem. Nesse sentido, é necessário que o educador planeje atividades onde o educando seja sujeito de ação, e não simplesmente um sujeito imóvel, que vai apenas ver ou ouvir.

Sobre a utilização de bens tombados em Ervália ou em outro município, os educadores deram as seguintes respostas, conforme o gráfico da Figura 35, abaixo:

Figura 35 - Gráfico da utilização de bem tombado do município de Ervália em práticas didáticas dos educadores que responderam ao questionário



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Quando questionados sobre a utilização dos bens tombados de Ervália, oito professores afirmaram que já utilizaram algum bem do município e outros oito relataram que não utilizaram. A maioria dos educadores respondeu apenas “sim” ou “não”, mas alguns resolveram explicar de forma discursiva, como é possível observarmos no Quadro 9, abaixo. Foi possível perceber que alguns educadores não sabiam quais bens eram tombados no município, a exemplo da Casa da Cultura, da Biblioteca Municipal e da Igreja Matriz, que não são tombados e foram citadas por alguns educadores como se o fossem. Isso demonstra uma necessidade de intervenção para que os educadores tenham conhecimento sobre esses bens e o que os caracteriza.

Quadro 9 - Utilização dos bens tombados em Ervália ou outros municípios

Educador	Já fez a utilização de algum bem tombado do município de Ervália em suas práticas didáticas?	Já fez a utilização de algum bem tombado em algum outro município? Onde e por quê?
EDUC#1	Não	Sim, em Ouro Preto. Cidade de grande riqueza histórica.
EDUC#2	Não	Não
EDUC#3	Não houve oportunidade, mas tenho vontade de levar os alunos mais novos (6º, 7º e 8º) para a biblioteca municipal e a Casa da Cultura.	Ainda não. Mas também existem projetos que nunca foram realizados.
EDUC#4	Sim. Já utilizei quase todos.	Sim. Em São João Nepomuceno MG. Fui apresentar o inventário que fiz da festa do Carro de Boi que acontece em

		Ervália MG no dia 12 de outubro. Uma pesquisa que me rendeu uns três meses. Para minha novidade, a coordenadora do evento, Mônica, logo após a minha apresentação colocou no telão uma foto minha perto do esquife do Senhor Morto, imagem sacra tombada, com um galho de manjerição na mão. E me perguntou o que era aquilo? E me pediu tombamento do manjerição.
EDUC#5	Sim. Eu orientei as equipes para que pesquisassem sobre os monumentos patrimoniais da cidade, escolhessem o que mais gostaram e fizessem uma pesquisa completa sobre o mesmo. No final do projeto, foi apresentado para a turma as pesquisas e os desenhos de cada equipe sobre o monumento escolhido.	Sim. Já fiz várias visitas guiadas para Ouro Preto com o foco nas minas de mineração e no trabalho escravo.
EDUC#6	Não	Sim, Ouro Preto. Viagem com fins de aprendizado cultural (Visita a museus, minas, espaços públicos etc.)
EDUC#7	Não (<i>sic</i>)	Não
EDUC#8	Não	Não
EDUC#9	Eles foram objeto de trabalho dos alunos. O túmulo do Eleotério e o conjunto do Santo Cristo, por exemplo, foram filmado (este último com um drone!), além do uso dos registros e documentos da Casa da Cultura.	De outro município não.
EDUC#10	Sim, a Igreja e a Praça do Rosário, a Igreja Matriz e as casas da Praça da Matriz	Não
EDUC#11	Não	Não
EDUC#12	Cheguei a comentar sobre alguns dos bens, mas não entrei em detalhes sobre eles.	Aulas sobre o período colonial, a descoberta de ouro em Minas ou a chegada da família real para o Brasil comento sobre alguns, os comentários são feitos superficialmente, apenas para terem conhecimento sobre o bem.(<i>sic</i>)
EDUC#13	Sim. Casa da cultura.	Ainda não tive oportunidade.
EDUC#14	Sim	Não
EDUC#15	Sim	Não
EDUC#16	Sim	Sim. Em Congonhas, filmei as obras do artista Aleijadinho para mostrar detalhes da obra para os alunos.

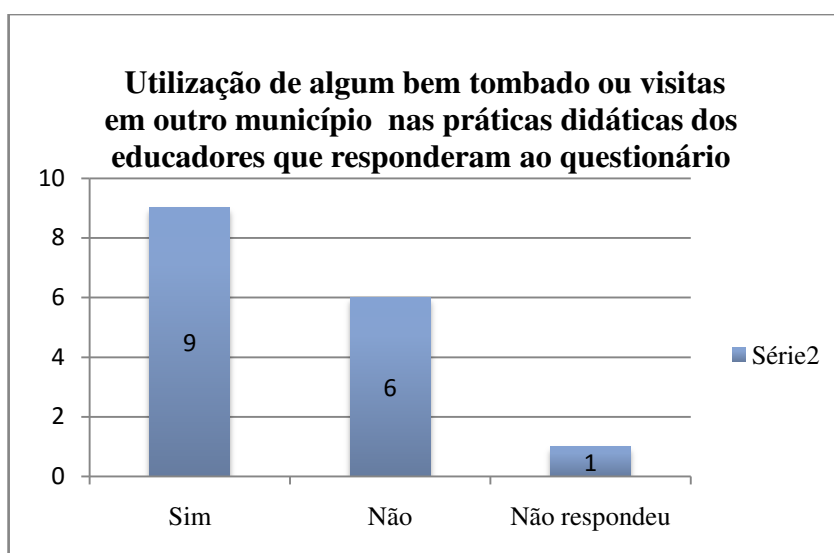
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com as respostas dos educadores é notável a necessidade de uma intervenção sobre a temática, para o reconhecimento do patrimônio já existente do município e das tradições

culturais e suas contribuições. Alguns respondentes também não realizaram atividades em outros municípios, grande parte devido às burocracias exigidas para atividades fora do ambiente escolar, mas, em contrapartida, alguns educadores realizaram atividade até em algumas cidades históricas.

No gráfico da Figura 36, a seguir, é possível observarmos a participação dos educadores em ações fora do espaço escolar, tanto no município de Ervália quanto em outras cidades.

Figura 36 - Gráfico da utilização de algum bem tombado ou visitas em outro município nas práticas didáticas dos educadores que responderam ao questionário



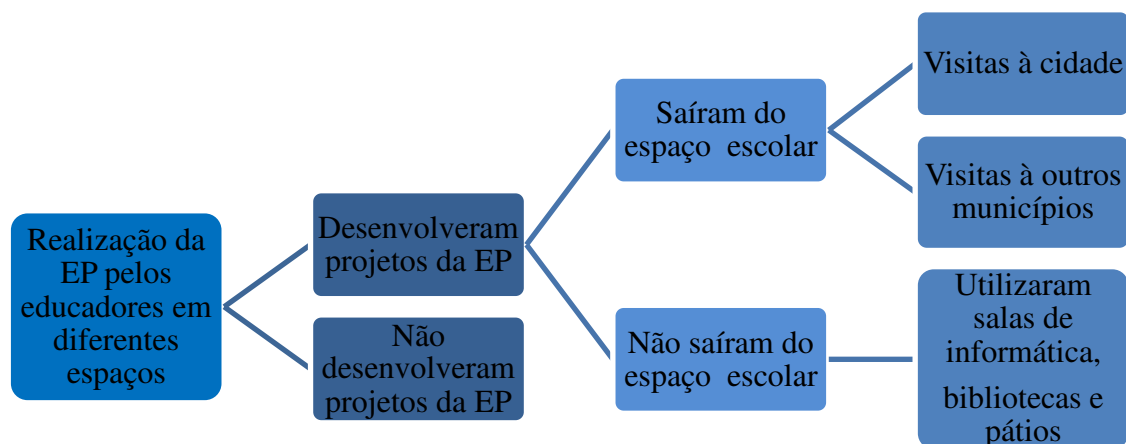
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Quanto à utilização ou visitas de bens ou museus em outros municípios em suas práticas didáticas, nove respondentes ao questionário relataram já terem feito ou participado, enquanto outros seis nunca o fizeram e um dos participantes não respondeu a essa pergunta. Alguns lugares visitados pelos educadores foram: São João Nepomuceno-MG (EDUC#4), Ouro Preto (EDUC#1; EDUC#5 e EDUC#6) e Congonhas (EDUC#16).

Esses municípios citados pelos educadores têm características em comum: são locais turísticos e históricos, onde se encontram algumas artes ou arquiteturas marcantes de alguns períodos da história de Minas Gerais ou do Brasil. Tais visitas em âmbito escolar constituem-se boas escolhas porque ampliam os horizontes do educando, desenvolvem sua visão de mundo de uma forma educativa, possibilitando novos conhecimentos e novos olhares. Por outro lado, entendemos que, para aqueles educadores que relataram não ter

realizado viagens para a utilização de bens em outros municípios, é bem provável que isso seja por falta de oportunidade ou devido a fatores limitantes.

Figura 37 - Organograma Realização da EP pelos Educadores nos mais diversos espaços



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Outrossim, é preciso consideramos que alguns educadores não desenvolvem projetos voltados para a EP ou não saíram do espaço escolar devido à falta de incentivos e burocracias, pois o projeto, caso seja realizado fora do ambiente escolar, deve ser autorizado pela Secretaria Regional de Educação, e, além disso, o educador deve ir atrás do transporte e da alimentação dos educandos, já que em escolas públicas a desigualdade social é muito presente.

Ademais, para a saída da escola, é necessária uma autorização dos pais, e muitos desses temem essas viagens pela segurança dos filhos. Dessa forma, a distância do espaço escolar até o bem cultural pode facilitar ou dificultar a conexão ao patrimônio material. O excesso de burocracias, a ausência de verba, a questão do transporte e a quantidade de educandos são fatores que levam um educador a não realizar a EP em outros espaços.

Ainda, há que consideramos que alguns educadores desconhecem quais são os bens tombados e não sabem o que são espaços alternativos ou espaços não formais de aprendizagem. Apesar dos obstáculos, alguns deles, no entanto, superam toda a rigidez do sistema e realizam atividades, utilizando outros espaços de aprendizagem fora do espaço escolar, até em outros municípios.

Pensando em outros bens culturais, foi questionado aos educadores se há algum monumento no município que eles acreditavam que deveria ser tombado, e, caso a resposta

fosse sim, foi pedido para que indicassem qual. No Quadro 10, abaixo, é possível observarmos as respostas.

Quadro 10 - Monumentos que deveriam ser tombados de acordo com os educadores

Educador	Há algum monumento no município que você acha que deveria ser tombado? Se sim, quais?
EDUC#1	Não sei responder.
EDUC#2	Não
EDUC#3	Os que me vieram a mente já são tombados.
EDUC#4	Sim. A Biquinha é o bem mais antigo de Ervália. É um bem inventariado. A biquinha é o local onde o povo de Ervália no passado passava para saciar a sede, lavar os pés quando vinha da zona rural para a cidade.
EDUC#5	Sim. Vários casarões antigos da cidade que sempre são demolidos para construções de prédios.
EDUC#6	Sim, Biquinha.
EDUC#7	Na parte urbana da cidade seria a estrutura da Igreja do Rosário
EDUC#8	Por não ser natural, nem residente do município, desconheço os espaços e monumentos não-tombados. Assim como desconheço muito dos tombados, apesar de poder identificá-los através de documentos.
EDUC#9	Bens imateriais talvez, como a Festa do Carro de Boi, a trilha da santa que faz chover (história contada no documentário feito pelo Adailton Damião)
EDUC#10	Monumentos não. O que falta tomar para salvaguardar em Ervália são festas e rituais, sobretudo nas comunidades rurais.
EDUC#11	Acredito que deveria ter um cuidado maior em relação a algumas construções do século passado, visto que há várias construções sendo derrubadas sem sequer haver alguma consulta pública. O conselho de patrimônio da cidade atende única e exclusivamente aos interesses do executivo.
EDUC#12	
EDUC#13	Não sei.
EDUC#14	Aqueles que penso já são tombados.
EDUC#15	Capelinha Nossa Sra. Aparecida no Alto da Serra.
EDUC#16	Sim. A Estátua do Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Sobre os bens que os educadores afirmaram que deveriam ser tombados, foi citado em grande parte lugares com características religiosas. Alguns deles mencionaram que a Biquinha deveria ser tombada. A Biquinha é uma mina d água localizada no centro da cidade, onde, antigamente, as pessoas utilizavam a água para beber ou para lavar os pés quando vinham da área rural para a cidade. No lugar em que deságua a mina há uma capelinha com a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Há na cidade uma lenda de que quem beber da água do Biquinha não vai embora fácil de Ervália, ou, caso vá, irá retornar. A capelinha passou por reformas em sua estrutura, é aberta para visitação e há uma câmera de segurança em seu interior. De forma geral, a mina deveria ser mais preservada e até

mesmo tombada, pois passou um período seca e o espaço foi poluído por um período. A nascente deveria ser mais bem cuidada e resguardada por órgãos competentes.

Outro bem citado por um dos educadores como objeto que deveria ser tombado foi à estátua de Monsenhor Joaquim da Silva Guimarães, inaugurada no ano de 2022. Os professores ainda mencionaram que festas e alguns rituais também deveriam ser tombados (a exemplo da resposta de EDUC#10) – processo este que se daria na esfera do patrimônio cultural imaterial.

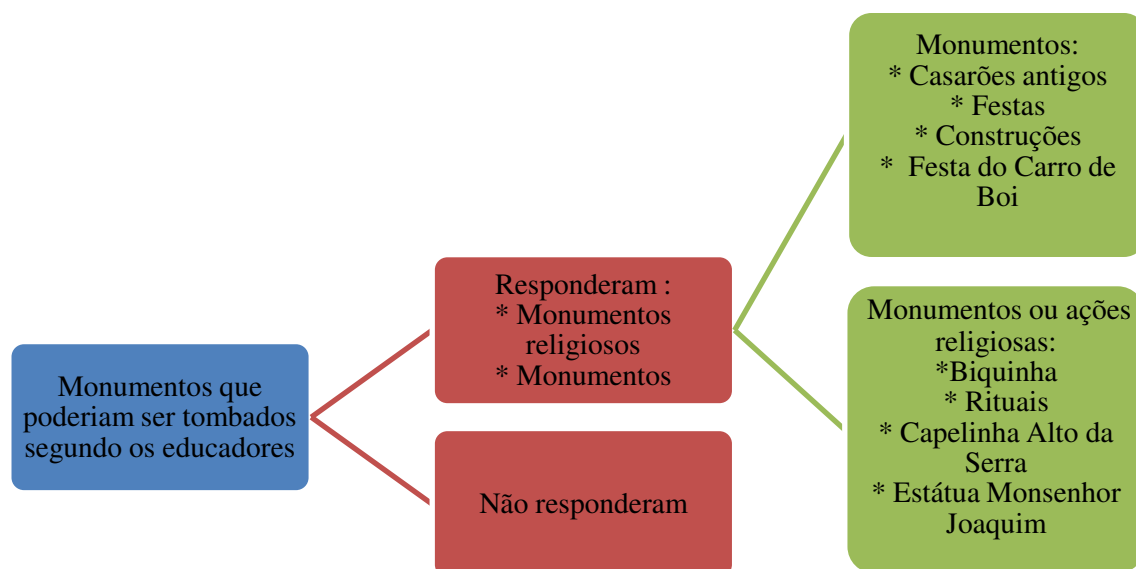
Muitas vezes, algumas casas antigas são demolidas no centro da cidade, fato que levou o EDUC#11 a achar necessário um maior cuidado em relação a essas construções. A demolição de construções mais antigas é frequente no município, porém, algumas dessas casas não são tombadas ou inventariadas, o que dificulta que ações sejam feitas para a sua preservação.

Por fim, um educador afirmou que outra capelinha, localizada em área rural de Ervália, deveria ser tombada. É perceptível pela resposta de alguns dos participantes o predomínio da religiosidade, a qual está enraizada no município. Nessa seara, alertamos que é necessário o reconhecimento de outras tradições e de outras práticas além das que são realizadas pela igreja católica, uma vez que a sociedade que configura a população ervalense é diversificada. A valorização dos saberes do homem do campo, de povos originários e de afrodescendentes também deve ser praticada, e outras crenças devem ser reconhecidas e não devem ser privadas de suas ações, rituais, cultura, festejos e entre outros.

Alguns educadores até chegaram a mencionar que é necessária a valorização de festividades e rituais católicos, mas é preciso que haja valorização de representações artísticas e culturais de outras culturas também. Para tanto, manifestações culturais deixadas pelos povos originários da região e por afrodescendentes devem ser buscadas, pesquisadas, reconhecidas, mantidas e elencadas no rol da preservação patrimonial, para que não sejam perdidas ainda mais ao longo do tempo.

À vista disso, é preciso que as escolas e a administração pública reúnam esforços para promover uma EP completa e de qualidade. Para tanto, oficinas podem ser feitas, bem como eventos como as rodas de capoeira nas escolas e nas praças, para que outras culturas e práticas sejam reconhecidas. Isso significa reconhecer a pluralidade cultural que compõe o nosso povo e a nossa história, assim como valorizar conhecimentos e práticas existentes, reconhecendo outros costumes além dos bens que são tombados.

Figura 38 - Organograma de monumentos que poderiam ser tombados de acordo com os educadores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De forma geral, quando questionado aos educadores sobre alguns monumentos que poderiam ser tombados, alguns deles não souberam responder. Já aqueles que responderam podem ser divididos em duas categorias: aqueles que são religiosos e aqueles que não são. O que é possível notar é que, muitas vezes, a religiosidade está arraigada, muito presente na vida dos professores, assim como da população. Porém, alguns desses educadores vão além: observaram a necessidade de conservação dos casarões e de construções antigas que vêm sendo demolidas, entendendo que ações de salvaguarda devem ser realizadas. Outros também mencionaram que acontecimentos como rituais e festas devem ser analisados e reconhecidos, tradições sejam essas religiosas (das mais variadas matizes) ou não.

2.5 Resultados e Discussões: Educação Patrimonial

Nesta seção empregamos um enfoque quanto à realização da EP, sobre possibilidades, impossibilidades e dificuldades com que se depararam os educadores e educandos. Foi abordado sobre os projetos e as atividades realizadas sobre a temática e o que essas ações podem proporcionar de forma crítica e construtiva. Além disso, foi possível observarmos o que a EP tem a contribuir e a oferecer.

Quando questionados se o número de educandos pode influenciar em práticas fora da escola, alguns educadores relataram ter problemas com as questões burocráticas e de infraestrutura dos espaços. A aprovação do projeto pela Superintendência Regional, a organização do transporte, a autorização da escola, dos pais e a quantidades de educandos são fatores que fazem o educador ponderar a possibilidade de desenvolver atividades em outros espaços, podendo desmotivá-lo a querer realizar atividades que envolvam burocracias escolares. Esses fatores implicam em uma boa execução e dificultam a prática da EP, já que um educador não tem condições de arcar com todas as responsabilidades de custo, transporte e até mesmo a autorização dos pais.

No Quadro11, adiante, é possível observar as repostas dos educadores quanto às dificuldades de execução de atividades fora o ambiente escolar com os educandos. O Quadro traz também as impossibilidades mencionadas pelos educadores para a realização da EP.

Quadro 11- Dificuldades e impossibilidades para a realização da EP

Entrevistado	Você acha que o número de educandos em uma sala de aula pode influenciar em uma prática em bens tombados e museus? Como?	O que te impossibilitaria de desenvolver práticas docentes em museus ou bens tombados?
EDUC#1	Sim. Quanto maior o número de alunos em uma sala, mais o a dificuldade de trabalhar com os bens tombados, pois isso demanda maior controle do professor, e sozinho, a prática se torna limitada.	Recurso financeiro e o apoio dos outros docentes.
EDUC#2	Com (<i>sic</i>) Certeza, uma sala com muitos alunos pode dificultar o trabalho.	A escola onde trabalho se situa na zona rural, bem distante da cidade, o que acaba dificultando essas práticas.
EDUC#3	Certamente. Há uma dificuldade em viajar com turmas de 30 alunos ou mais. Há maior preocupação com relação à responsabilidade que o docente tem com eles. No entanto há espaços que já estão adequados para receber tantos alunos, então essa dificuldade pode ser amenizada.	A impossibilidade, se houver, seria de transporte e acomodação, caso seja necessária.
EDUC#4	Depende. Se o professor ensina o conteúdo como valores para a sociedade, a resposta seria sim. Porém se o conteúdo é simplesmente mais uma tarefa do dia a dia, a resposta seria não. Quando leciono sobre os bens tombados já sei o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema e o preconceito estabelecido pela sociedade. Por isto antes de trabalhar os temas eu faço uma preparação psicologia, social e antropológica para começar o tema. Sei que é um desafio falar de cultura dentro de um contexto inovador onde o aluno tem acesso a informações com mais rapidez que a sala de aula, informação muitas vezes deturpada pelos meios de comunicação. Faço com os alunos uma conexão com o presente e futuro para falar de um passado, onde os alunos sequer sabem que existiu. É extremamente complexo fazer o aluno entender que os bens tombados fazem parte da cultura, porque a ideia de cultura é muito mais abrangente do que tombamento. Falar em museu, então, torna-se quase impossível, ainda mais em uma cidade que não tem um museu.	Não tenho impossibilidades.

EDUC#5	Com certeza. Em turmas muito grandes é inviável visitas em museus ou em outros locais de patrimônio. Seja pela questão da segurança de alunos e do próprio local. Manter o controle, o foco dos alunos e evitar debandagem de alunos é mais difícil. <i>(sic)</i>	O que mais dificulta a prática fora da nossa cidade é conseguir transporte para os alunos. Sempre muito difícil. <i>(sic)</i>
EDUC#6	Sim, é possível que sejam necessários mais funcionários para o deslocamento ou a divisão da turma em mais de um momento, fragmentando a experiência.	Falta de recurso.
EDUC#7	Sim, pois o educando pode e deve despertar a memória histórica visual. <i>(sic)</i>	A parte burocrática que envolve uma escola publica. <i>(sic)</i>
EDUC#8	Sim, a logística (transporte, supervisão, acesso, entre outros) tornaram-se um desafio a medida que envolvemos um número maior de alunos para visitas a espaços alternativos. Acredito que o melhor aproveitamento destes espaços, assim como envolvimento nas discussões, se daria com grupos de 10 a 15 alunos.	Tenho interesse, entretanto ainda não promovi tais práticas. A carga teórica a ser vencida ao longo do ano letivo sempre tomou muito tempo, ocupando a maior parte de meus planejamentos. Acredito que aulas em ambientes alternativos são mais produtivas quando elaboradas de modo interdisciplinar, envolvendo, assim, outros professores e conteúdos.
EDUC#9	Pensando na prática como uma visita guiada, creio que interfere sim. Sobretudo, porque os bens tomados em Ervália, são monumentos isolados. Exceto o conjunto do Santo do Cristo. Nesse caso, um grupo muito grande tende a gerar dificuldade de manter a coesão e ordem do grupo por parte do professor. Um grupo de 40 alunos em torno do Túmulo do Eleotério de Andrade, por exemplo, é um problema. Não há espaço entre as lápides, ele precisam ficar mais dispersos, atrapalhando a ouvir as informações, a controlar os alunos para não se afastarem demais ou conversarem demais.	Primeira dificuldade é saber da existência de museus e bens tombados. Segunda dificuldade Conhecer a história e a conexão desses patrimônios com a comunidade. Terceira dificuldade é conseguir recursos para o deslocamento dos alunos, além de ser difícil conseguir recursos (não podemos pedir dinheiro para os alunos, para haver liberação de um ônibus pela SRE é preciso que autorizem primeiro o projeto), dependendo da viagem é preciso pensar em lanches, almoço e quando se trabalha com turmas financeiramente heterogêneas isso é um agravante sério. <i>(sic)</i>

EDUC#10	Sim, é muito complexo realizar atividades de educação patrimonial com mais de 10 alun@s. (<i>sic</i>)	A flexibilização do currículo para poder programar mais atividades externas, o que demanda um planejamento para mais de uma aula.
EDUC#11	Claro, em um espaço como a Casa da Cultura de Ervália, há a dificuldade de se ter muitos educandos presentes e conseguir estabelecer um diálogo efetivo. O ideal seria ao máximo 10 educandos por visita.	A falta de financiamento para excursões.
EDUC#12	Sim, um número muito grande alunos em sala de aula pode dificultar a prática de trabalhar com os bens tombados ou um número maior também. Temos que olhar também como esse trabalho vai ser feito para tentar aumentar sua participação.	Recurso, horário, disponibilidade de condução para visitá-los
EDUC#13	Sim, desde que o professor tenha conhecimento do assunto e possa levantar iniciativas.	Fator financeiro.
EDUC#14	Sim	O deslocamento até esses lugares.
EDUC#15	Não (<i>sic</i>)	As dificuldades de transitar grupos de estudantes pelas ruas da cidade.
EDUC#16	Sim. Ajudando a preservar nossa cultura e história.	Na minha cidade não há nada que impeça, mas em outras cidades, a falta de verba ou permissão da SRE impedem essas "visitas".

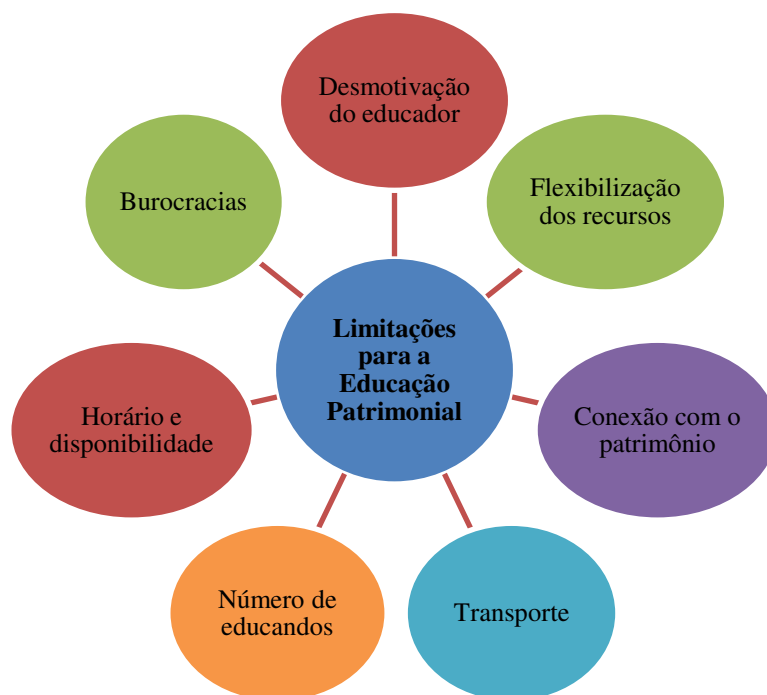
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Alguns educadores relataram que a falta de recursos, os fatores financeiros e o deslocamento são alguns dos elementos que se apresentam como entraves para visitar os bens tombados do município ou para a prática da Educação Patrimonial. O fator financeiro se relaciona com o transporte e a alimentação dos educandos, pois, para o deslocamento e a realização de visitas, isso é o mínimo necessário.

A esse respeito, dois educadores afirmaram que não têm dificuldades quando o tema é trabalhado dentro do município. É perceptível que, na maioria dos casos, a escola não recebe recursos suficientes para atividades fora dela, e isso dificulta muito a realização de visitas ou viagens que poderiam muito agregar no processo de ensino-aprendizagem dos educandos em outros espaços.

A limitação de recursos torna desinteressante ou incapaz o planejamento de práticas fora do espaço escolar, fazendo com que o docente se sinta desmotivado e inibido de propor ações fora do espaço escolar, ou até mesmo dentro da escola que necessitem de recursos financeiros. Outro fator que impede a realização da EP são as salas de aula superlotadas, o número de aulas e o tempo que cada professor tem para os planejamentos.

Figura 39 - Organograma limitações para a EP

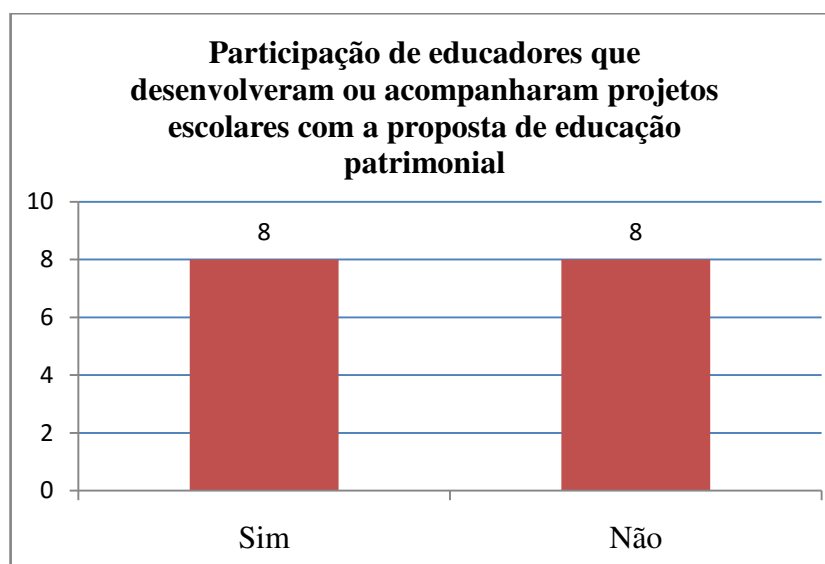


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como visto no organograma são vários os fatores que limitam e até impedem a boa realização da EP. Uma possível solução seria a realização da interdisciplinaridade, pois,

com esses temas trabalhados em mais de uma disciplina, seria possível obter maior auxílio na lida com os obstáculos. Após ver as limitações, foi analisada a participação e realização por parte dos educadores em projetos voltados para à EP.

Figura 40 - Gráfico da participação de educadores que desenvolveram ou acompanharam projetos escolares com a proposta de educação patrimonial



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Do total de educadores participantes, oito afirmaram que não acompanharam nem desenvolveram projetos escolares com a proposta de Educação Patrimonial, enquanto outros oito educadores afirmaram já terem tido a oportunidade. Quando questionados se os bens tombados do município de Ervália poderiam ser utilizados como um espaço não formal de aprendizagem, os educadores responderam:

Quadro 12 - Respostas sobre a utilização dos bens tombados como espaço não formal de aprendizagem

Educador	Em sua opinião, os bens tombados do município de Ervália poderiam ser utilizados como um espaço não formal de aprendizagem?
EDUC#1	Com certeza. Os bens tombados poderiam ser mais explorados.
EDUC#2	Sim
EDUC#3	Sim
EDUC#4	Sim. Resgatando os locais fazendo eventos para atrair as pessoas. Fazer o cidadão ter acesso ao bem não é simplesmente fazer o evento, mas fazer com que o cidadão sinta aproximação com o bem e seja capaz de interpretar e traduzir que um

	pouco daquilo está enraizado dentro da existência dele. Quando entrego o manjeriço para as pessoas na Sexta-feira da Paixão faço questão de falar que é uma tradição que existe em nossa igreja desde a época de Monsenhor Rodolfo. Assim a pessoa é capaz de assimilar o momento com uma linhagem de parentesco onde muitos de seus antepassados passaram ali para pegar aquele mesmo manjeriço. (sic)
EDUC#5	Muitos já são utilizados para este fim. (sic)
EDUC#6	Sim
EDUC#7	Sem dúvidas (sic)
EDUC#8	Sim
EDUC#9	Acredito que sim, desde que haja um cuidado histórico. Os bens tombados de Ervália são representações da elite ervalense. Visitar os bens e reproduzir essa versão da história, para mim é reproduzir a versão de um grupo dominante, que contribuiu certamente para o desenvolvimento da cidade, mas um desenvolvimento desigual e excludente. A memória negra e indígena foi silenciada violentamente. A memória da cidade se confunde com a memória das "famílias importantes" da cidade e da Igreja Católica.
EDUC#10	Como estão organizados, não. A Casa da Cultura, por exemplo, está em ruínas, não tenho coragem para levar @s alun@s naquele espaço. (sic)
EDUC#11	Claro!
EDUC#12	Sim, entender esses monumentos vai ajudar a entender a sociedade de Ervália, seu povo e outros. Ao usá-los aproximamos temas sobre fontes com temas locais (que estão próximos deles e por isso se podem se identificar).
EDUC#13	Conheço muito pouco a cidade para responder.
EDUC#14	Sim
EDUC#15	Sim
EDUC#16	Alguns sim.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Sobre a utilização dos bens tombados como espaços não formais de aprendizagem, a maioria dos educadores relatou que poderiam sim ser utilizados, mas que isso deveria ser feito de forma contextualizada e crítica, pois a maioria dos bens tombados é de origem religiosa e representa uma visão elitista e excludente. De modo geral, os bens tombados e até mesmo alguns inventariados têm condições de serem bem utilizados na EP, desde que seja elaborado um bom planejamento prévio e que cuidados sejam tomados. Um educador afirmou que não há como utilizar os bens devido à forma com que são organizados e cita a Casa da Cultura, embora ela não seja um bem tombado. Entendemos, contudo, que em vez da Casa, os educadores poderiam ter citado o Conjunto Paisagístico Santo Cristo, que tem

um amplo espaço, mas que, devido à presença de dependentes químicos no local, impossibilita as visitas, demonstrando a necessidade de ação dos órgãos públicos.

Outra observação pertinente pode ser feita sobre a resposta do educador EDUC#9, que percebe que os bens tombados de Ervália são pertencentes à Igreja Católica e estritamente ligados a uma elite. A cultura e a história dos bens tombados dos negros e indígenas que habitaram o município não são retratadas nos bens tombados. Com isso, podemos apreender que a visão elitista europeia, por meio da religião, ainda é bem presente em muitos municípios brasileiros, e que a cultura popular de negros e povos nativos é excluída, embora isso não passe despercebido por parte de alguns educadores mais atentos. Por isso, outros pontos de vista devem ser enaltecidos e a Educação Patrimonial deve ser praticada de forma crítica, questionando e criticando a visão de dominantes sobre dominados.

Paulo Freire (1987) defende que a educação deve ser libertadora, e, para isso, é necessário que haja a conscientização daqueles que são oprimidos, para que possam agir sobre a realidade e modificá-la. Para tanto, cabe ao educador abrir questionamentos para o educando: “Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização” (FREIRE, 1987, p. 30).

Quando questionados sobre a realização e como de concretizaram as atividades ou projetos quanto à Educação Patrimonial, alguns educadores dissertaram sobre o assunto. As informações se encontram no Quadro 13, que segue:

Quadro 13 - Projetos desenvolvidos sobre a EP

Educador	Você desenvolve ou já desenvolveu atividades ou projetos quanto à educação patrimonial?
EDUC#4	Sim. O projeto educação patrimonial é muito bacana. A maioria dos professores o desenvolve porque conta ponto para o município em relação ao IEPHA. Geralmente escolhem uma escola como referência para falar do assunto e realizam o trabalho para cumprir uma das atividades do IEPHA. Como a minha escola geralmente não é a escolhida, eu faço o trabalho natural. Tenho acesso aos coordenadores do IEPHA e sabem de meu trabalho que desenvolvo com meus alunos. Acredito que ao ensinar a educação patrimonial para meus alunos estou desenvolvendo neles habilidades para gostar, respeitar e valorizar o bem tombado e no que acreditamos como cultura. É uma forma de trabalhar a cultura no geral e combater o preconceito e quaisquer outros tipos de discriminação social.
EDUC#9	Sim, os dois projetos que citei anteriormente, considero que sejam projetos de educação patrimonial, uma vez que ressignificam a relação dos alunos com o lugar onde moram, com a paisagem que habitam e com os monumentos pelos quais passam todos os dias. Invisibilizados pelo cotidiano, os sentidos dessas paisagens e bens precisam ser redescobertos e creio que o projeto de educação patrimonial

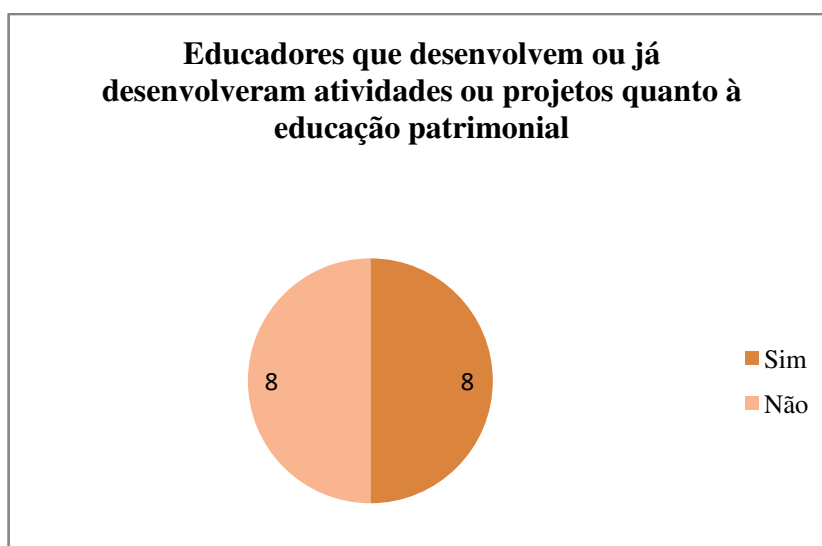
	tenha esse objetivo. No entanto, tais projetos são pontuais. Não há um projeto contínuo. (<i>sic</i>)
EDUC#13	Somente vinculado à olimpíada de língua portuguesa.
EDUC#15	Relativamente muito pouco

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Quadro acima está a descrição resumida de alguns educadores sobre os projetos por eles realizados. Podemos observar, pelas respostas, que um deles acredita que a Educação Patrimonial promove a valorização cultural, além de combater formas de discriminação. Outro educador afirma que se trata de ressignificar e redescobrir a paisagem e afirma que, muitas vezes, esses projetos são pontuais, sendo mais conveniente que houvesse um projeto contínuo.

Ressignificar o olhar do educando é torná-lo sujeito conhecedor de onde vive, reconhecendo a história daquele local. A EP também deve promover a inclusão social de forma democrática e fazer com que o educando passe a observar a paisagem onde vive. No entanto, no contexto desta pesquisa, alguns educadores alegam não terem realizado atividades voltadas para a EP, como é possível observar na Figura que segue:

Figura 41 - Gráfico dos educadores que desenvolvem ou já desenvolveram atividades ou projetos quanto à educação patrimonial



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Alguns educadores descreveram na pergunta que pedia a descrição das atividades sobre os projetos realizados, mas é bom observar que outros já o tinham feito em perguntas

anteriores. Dentre aqueles que já trabalharam com a EP, havia quem tivesse feito atividades dentro do município de Ervália e em outros locais.

Quadro 14 - Descrição de alguns projetos sobre a EP

Educador	Caso já tenha desenvolvido poderia descrever como foi?
EDUC#4	Peguei a cartilha que anualmente o Conselho do patrimônio Cultural e Histórico de Ervália MG juntamente com a Casa da Cultura de Ervália desenvolve nos moldes do IEPHA e desenvolvo fazendo adaptações conforme a realidade de meus alunos. Não preciso descrever o exemplo porque acredito já ter respondido em perguntas anteriores.
EDUC#5	O projeto foi "Ouro Preto e suas minas". Após a visita guiada à cidade e principalmente, as minas, os alunos fariam um lapbook (livro de informações) com as informações coletadas na viagem. Esse material é interativo e muito colorido. Aprendizagem foi eficiente. (<i>sic</i>)
EDUC#6	O projeto "O lugar onde eu vivo" com a produção de memórias literárias do município resgata as vivências individuais e coletivas do povo, bem como explora espaços como a casa da cultura, as esculturas da praça principal, a Igreja do Rosário, cachoeiras entre outros patrimônios do município. (<i>sic</i>)
EDUC#9	O primeiro projeto foi desenvolvido em duas etapas uma teórica e uma prática. A parte teórica consistia em uma exposição sobre o conceito multidisciplinar de paisagem cultural. Depois esse conceito foi aplicado às obras literárias do período colonial, para desenvolver a sensibilidade do olhar para a paisagem. Na etapa prática, os alunos escolhiam paisagens cotidianas de Ervália e eram orientados a dissertar se ela era uma paisagem cultural ou não e porquê. Por fim, deveriam tirar fotos dessas paisagens (foi trabalhado também alguns princípios de fotografia) para uma exposição virtual organizada em uma página de Facebook criada para o projeto (a página possui hoje mais de 500 seguidores) e um dos alunos participantes desenvolveu para si um projeto semelhante. O segundo projeto foi desenvolvido para as olimpíadas de língua portuguesa. Consistia em criar um documentário sobre a cidade natal. Os alunos foram divididos em grupos e cada grupo escolheu um tema: personalidades famosas, bens tombados, festas tradicionais, entre outros. Para isso foram ministradas aulas sobre o gênero documentário, princípios básicos de roteiro e filmagens. Metodologia de pesquisa. Orientação dos projetos. O produto final, os documentários foram publicados em uma página do Youtube, pertencente ao perfil do projeto anterior. Também foi inscrito nas atividades de educação patrimonial do Município e consta no relatório anual das atividades da Secretaria de Cultura.
EDUC#10	Desenho do Patrimonial Edificado da Praça do Rosário e da Praça da Matriz de Ervália.
EDUC#13	Fomos à casa de cultura e ouvimos atentamente todas as explicações sobre a história da cidade contada através de fotos e objetos.
EDUC#16	Quando trabalhei no tempo integral das escolas do estado, havia esse tema em uma das oficinas. Levei meus alunos para visitar maioria dos bens tombados da cidade, onde pude contar a história de cada um, fazer registros fotográficos e um piquenique em um destes locais.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os educadores relataram algumas experiências quando da experiência com práticas de EP, como viagens, uso de *lapbooks*, visitas em alguns lugares do município ou em outros locais, ou mesmo quando trataram do patrimônio na literatura e com uso de redes sociais. Nesse cenário, observamos que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pode contribuir por permitir uma maior visualização e interação entre públicos variados, alcançando também maior número de pessoas.

Um dos educadores relatou ter levado os educandos para conhecerem os bens tombados, e considera que essa prática permite aos discentes conhecerem melhor o patrimônio quando estão em sua presença. Logo, muitas vezes, uma visita a esses bens pode fazer com que os educandos se interessem mais pela história, imaginando seus antepassados e reconhecendo a importância histórica dos monumentos. Assim, no contexto das práticas de ensino-aprendizagem de professores e professoras da rede pública estadual de Ervália - MG é possível percebermos uma variedade de proposições e olhares sobre o assunto, uma vez que cada educador teve sua própria ideia e realizou junto com os educandos. A fotografia e a utilização de redes sociais também têm muito o que contribuir, pois são alguns dos principais meios de interação entre os jovens.

Por fim, foi perguntado ao educador se gostaria de acrescentar alguma informação, ao que alguns relataram:

Quadro 15 - Informações extras por parte dos educadores

Educador	Você gostaria de acrescentar alguma informação?
EDUC#1	Não
EDUC#2	Não
EDUC#3	
EDUC#4	Sim. O aluno tem que entender que preservar como cultura não é somente o que é tombado na cidade. É preciso o aluno olhar à sua volta bem perto dele, no lar, e notar o que fica ali muitos anos e que faz lembrar algo. Aquilo que a mãe não consegue desfazer porque foi de alguém. Isto sim é preservar. às datas dentro de casa que são comemoradas e todos os anos é do mesmo jeito, isto sim é cultura. As roupas separadas para ir à igreja ou ao culto, isto sim é cultura. Quando o aluno entende realmente o que é preservar, ele acaba o preconceito e vai além do cultural. Entende sobre o patrimônio comum de todos, meio ambiente. Temos que ter o cuidado de falar em preservar com os alunos se as pessoas que estão a nossa volta e que tem competência para decidir e investir sobre os bens às vezes dão pouco importância quanto ao tema.
EDUC#5	Não
EDUC#6	O município conta com muitos bens imateriais que poderiam ser registrados como as festas de são sebastião. (<i>sic</i>)
EDUC#7	Não
EDUC#8	
EDUC#9	Não
EDUC#10	

EDUC#11	Não
EDUC#12	
EDUC#13	Gostaria que houvesse por parte da secretaria municipal de educação um curso sobre patrimônio histórico da cidade.
EDUC#14	Não
EDUC#15	Na condição de Professor de História no Ensino Médio, sobretudo nos segundos e terceiros anos, de certa forma, ficamos muito preso aos conteúdos o que dificulta o desenvolvimento de práticas voltadas para os projetos de educação patrimonial a nível local.
EDUC#16	Existem algumas imagens antigas e cheia de histórias espalhadas pelas igrejas da zona rural da cidade que poucos conhecem. (<i>sic</i>)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Entre as respostas obtidas, um educador apresentou a necessidade de valorizar a cultura do dia a dia, entendendo que é preciso ressignificar a palavra preservar. Ele explicou que é necessário valorizar a história e as práticas culturais que ocorrem até mesmo dentro da sua casa, para podermos (re)conhecer nossa memória individual, das pessoas próximas a nós e a memória coletiva de outros grupos. Outro educador afirmou que mais ações deveriam ser feitas por parte do município. O EDUC#15 pontuou que, por ter que cumprir determinados conteúdos, e ter um tempo de trabalho preenchido e enrijecido, isso dificulta projetos com a temática patrimonial.

Continuando, é preciso buscarmos, em conjunto, reconhecer outras culturas e tradições, bem como saberes e práticas realizados por variadas culturas e sua história ao longo do tempo. Em Ervália, as práticas realizadas no campo, como as que envolvem crenças e superstições, as lendas, as formas de plantio, as formas de conservação de alimentos, de produção de objetos e utensílios, além das celebrações do homem do campo devem ser estudadas e registradas, pois representam a história da formação de cada comunidade. Na área urbana as escolas e a prefeitura poderiam promover eventos culturais e artísticos abertos para o público em geral sobre os patrimônios e práticas culturais. Logo, vemos que uma ampla variedade de atividades pode e deve ser desenvolvida no município, uma vez que a verdadeira EP deve ter como pontos básicos:

Figura 42 - Relações estabelecidas na EP



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A Educação Patrimonial pode fornecer aos sujeitos os sentimentos de afeto, de integração e de participação da sociedade em que estão inseridos. Além disso, ela propicia as trocas de conhecimento e a construção de memórias individuais e coletivas entre os sujeitos. Com a EP, o educando se torna e se vê como protagonista agente de ação no meio em que está valorizando sua cultura e a dos outros, tendo sempre em mente que as diferenças culturais fazem parte da sociedade e são o que a torna mais rica.

Em Ervália, outras práticas devem ser mostradas aos educandos, como as tradições do homem do campo, seus festejos, as características de outras religiões e as tradições culturais além daquelas voltadas para a religião Católica Apostólica Romana. É preciso valorizar as feiras culturais oferecidas, incentivar a comunidade a ir aos eventos que ocorrem nas escolas e prestigiar as rodas de capoeira que ocorrem, entre várias outras ações que favorecem uma EP integradora e acolhedora dos sujeitos e das variadas tradições culturais e bens que as representam.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA E CONSTRUTIVA

Neste capítulo é abordado sobre alguns projetos e ações realizados no município de Ervália – MG que utilizam os patrimônios culturais ou cerceiam a temática patrimonial. Esses projetos ocorreram por parte das escolas municipais, estaduais e pela Prefeitura Municipal de Ervália no ano de 2022. Na oportunidade, analisamos as ações pelo viés de Educação Patrimonial crítica, reflexiva e integradora. Além disso, são apresentadas algumas propostas de intervenção, que podem ser utilizadas futuramente na EP.

Scifoni (2019, p. 26) afirma que “uma educação patrimonial com orientação crítica significa compreender o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê imerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação”. Nessa direção, percebemos que nossa sociedade é marcada por grande pluralidade cultural, vários povos, várias religiões e várias tradições, mas que, no entanto, o patrimônio cultural, que está no meio de toda essa pluralidade, apresenta pouca diversidade, tendo sido construído e estabelecido por motivações e interesses de alguém ou algum grupo. Cumpre lembrarmos que bem tombado possui intencionalidade e reflete a ação dos homens (geralmente de posição privilegiada) no tempo e no espaço, mas cabe a nós conhecermos e ressignificarmos essas intencionalidades e esses bens.

Quando falamos em EP, devemos valorizar a diversidade cultural, o que pode ser feito tanto nos espaços educativos quanto fora deles. Os interesses de classes dominantes não devem ser perpetuados e como os únicos existentes, em especial hoje, quando vemos ainda mais acentuadas as desigualdades sociais. A esse respeito, Paulo Freire, quando aborda sobre os interesses de dominantes sobre a educação, afirma que:

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra (FREIRE, 2011, p. 38).

Assim, a cultura de um grupo não pode ser subestimada por outro: todas devem ser reconhecidas para que tenhamos uma sociedade integradora e igualitária. Portanto, as verdades não devem ser ocultadas e outras visões devem ser mostradas, ouvidas, reconhecidas e valorizadas. Sobre isso, Cristina Lucio (2021) afirma que:

Junto a estes princípios, a diversidade da herança cultural brasileira trazida através de patrimônios para as aulas, auxiliaria a formação do sentimento de tolerância, valorização e respeito às diferenças. É ressaltado também, que tomando esse ponto, contribuiria para criticar o pensamento de hierarquias culturais, rompendo com a leitura de que determinada sociedade possui mais cultura do que a outra, como se existissem culturas inferiores e superiores (LUCIO, 2021, p.5).

No município de Ervália, a cultura europeia, principalmente a religiosa Católica Apostólica Romana, ainda é muito presente, ao passo que a memória de povos originários que viveram na região está quase apagada. Sabe-se, pelos estudos em História, que a cultura de nativos e africanos foi secularmente suprimida por uma cultura europeizada, com fator marcante de caráter religioso.

Nas proximidades do município de Ervália, na Serra do Brigadeiro ¹⁶, que recebeu o nome anteriormente de Serra dos Arrepiados, houve o povoamento de povos originários que foram desterritorializados. Em algumas cidades vizinhas próximas a Ervália, a cultura de povos originários é contada por relatos orais, e algumas manifestações culturais ainda são praticadas, como artes em geral, comidas, modo de falar, modo de plantio em algumas áreas rurais e algumas manifestações religiosas que também são praticadas nas regiões rurais de Ervália.

Acerca do processo de aculturação ocorrido nessa localidade e seu entorno, Adailton dos Santos (2019) aborda sobre a histórica presença dos povos originários, sua desterritorialização e a mudança de topônimo da Serra dos Arrepiados:

No século XIX, o avanço sobre o Sertão dos Arrepiados intensificou-se e a serra de mesmo nome, como que por encanto, passa a ter a patente militar de “Brigadeiro”. Aos povos originários Puri, desterritorializados, não caberia sequer o “memória toponímica” da serra que derradeiramente os acolheu na longa marcha de mais de dois séculos pela sobrevivência física e cultural. Os arrepiados ainda seriam lembrados no topônimo do Arraial dos Arrepiados (atual cidade de Araponga) até 1826. A partir daí, foi incluído na toponímia do arraial, promovido a freguesia, um santo católico, coincidentemente o “pesador das almas no céu”, São Miguel Arcanjo, passando a chamar-se “Freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados”, fato ainda hoje lamentado por pessoas que reivindicam a identidade Puri na região como uma grande ironia imposta ao seu povo, em meio ao extermínio promovido pela ação do Estado⁴¹⁷. Conversa informal com Jurandir dos Santos Assis, na cidade de Araponga em julho de 2019 (SANTOS, 2019, p. 155).

¹⁶ Municípios de abrangência: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Sericita. Fonte: Portal Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/197?task=view>. Acesso em: 19/01/2023.

Percebe-se que até o nome de localidades, que antes se referiam aos povos originários, posteriormente foram alterados para nomes que se referem a personalidades (como um militar brigadista) e a santidades da religião católica. Nos registros da história do município de Ervália são contadas várias histórias muito ligadas à religião, mas as dos povos originários não são retratadas. Sequer há registros sobre os povos que nesta localidade habitaram antes dos colonizadores, o que nos leva a inferir o descaso para com essa origem, o qual acaba por incorrer no apagamento da história da localidade. Vale ressaltar que o município de Ervália - MG integra o Parque do Cruzeiro, que faz parte do Circuito Serra do Brigadeiro. Por todo esse quadro apresentado, são necessários a busca e o reconhecimento de manifestações culturais dos povos originários na região.

Quanto à versão religiosa mais presente na história do município, os bens tombados que sobressaem sobre as outras culturas e religiões devem ser reinterpretados e analisados de forma crítica e construtiva. A esse respeito, Scifoni (2019) afirma que não se trata denegar o bem existente e tradição religiosa por trás dele, mas de problematizá-lo e de buscar novos sentidos e novos olhares.

Nesse contexto, a pergunta que se faz é: como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e sequer está suficientemente representada? Uma herança imposta que se afirma como memória coletiva, de todos, mas que espelha relações de poder político, econômico, religioso, militar e na qual estão ausentes de representação vários grupos sociais, principalmente os sem-poder, camponeses, operários, ribeirinhos, colonos imigrantes, os trabalhadores negros escravizados e os indígenas. Como é possível, nesse contexto, ter apego a um patrimônio que simboliza, antes de tudo, relações de exploração, opressão e sujeição social? Isso não significa propor aqui a negação da existência daqueles bens que já foram reconhecidos como herança coletiva, pois isso de nada serve à necessidade de construir uma compreensão crítica de passado e de memória nacional. É necessário, antes de tudo, problematizar esse patrimônio, buscar um olhar capaz de produzir um novo sentido sobre sua existência (SCIFONI, 2019, p. 28).

A partir da busca de novos sentidos, a EP se revela como uma área renovadora:

[...] a educação patrimonial que se proponha a ser renovadora, deve partir, necessariamente, desta problematização da realidade e das políticas de patrimônio no país, desmistificando ideias conservadoras do passado, superando os limites de uma ação tradicionalista fundada na transmissão de informações e conteúdos. Mudar as práticas é, assim, essencial (*Idem*).

Scifoni também afirma que ideias conservadoras devem ser substituídas por novos conhecimentos. Em Ervália, a utilização do patrimônio poderia ser aproveitada para pensar outras tradições culturais, como: por que essa capela e não aquela prática cultural? Qual a significação?

Lucio (2021) afirma que, na EP, questionamentos e perguntas devem ser feitas, e que o olhar do educando deve ser inquisitivo.

A grande questão, portanto, está nas perguntas feitas aos monumentos, independentemente de sua natureza ou contexto, está em direcionar o olhar do aluno, entendendo o patrimônio enquanto um tipo de fonte histórica que muito tem a nos dizer (LUCIO, 2021, p.8).

Práticas como levar o educando para conhecer os patrimônios culturais devem ocorrer, mas essa visita não deve ocorrer apenas como forma de visualização ou idolatração. É preciso apontar por quem foi tombado, a quem representa e interessa o bem cultural, quando, se representa sua cultura, entre outras explicações e contextualizações. Como Lucio afirma, muitas vezes a educação emancipadora é tangenciada na EP, sendo apenas apresentado ao educando o bem tombado, sem questionamentos e sem críticas.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999), em um trabalho intitulado “Guia Básico da Educação Patrimonial”, trazem formas de propor a EP. Este documento tem sido, na contemporaneidade, algumas críticas, como a de Scifoni:

O Guia qualifica a expressão como uma determinada metodologia, aquela que é proposta na publicação, limitando, assim, as possibilidades de compreendê-la como aquilo que designa um campo de atuação e que pode, portanto, contemplar variadas e inúmeras metodologias (SCIFONI, 2017, p.6).

Apesar de críticas, o Guia aborda questões problematizadoras relevantes e pertinentes, que podem ser utilizadas na EP e no local onde estão inseridos. As autoras afirmam que:

Ao analisar um monumento ou sítio histórico, é importante que os alunos sejam levados a considerar as **dimensões** do meio-ambiente histórico em que eles se inserem, a avaliar a influência da ação e comportamento humanos sobre a paisagem natural, bem como a influência da paisagem local sobre esses comportamentos naquela localidade, que contribui para o seu “caráter” especial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 18).

O que nunca devemos perder de vista, portanto, é que o bem cultural histórico possui um local e uma temporalidade histórica marcada por ações do homem. Há, pois, intencionalidade por trás de um monumento construído ou de um bem tombado. As autoras apresentam sugestões de perguntas que podem ser feitas:

Quadro 16 - Quadro de perguntas

Presente	Passado	<i>Influência do passado no presente</i>
Como é o lugar hoje?	Como era este lugar no passado?	Que elementos do passado podemos ver hoje?
Porque este lugar é assim, hoje, e como se diferencia ou se assemelha com outros lugares?	Porque este lugar era deste modo no passado? Como e porque ele se diferenciava ou se assemelhava com outros lugares no passado?	Que influência estes elementos tiveram sobre este lugar, e como esta influência se diferencia ou se assemelha ao que aconteceu em outros lugares?
De que maneira este lugar se relaciona com outros lugares?	De que maneira este Lugar estava relacionado com outros lugares?	De que modo às relações existentes no passado influenciaram este lugar e o modo em que ele se relaciona hoje com outros lugares?
Como este lugar está mudado, e por quê?	Que mudanças aconteceram neste lugar ao longo do tempo e por quê? Como as mudanças ocorridas estão refletidas hoje	Como as mudanças ocorridas estão refletidas hoje, neste lugar?
Como seria viver neste lugar, hoje?	Como seria viver neste lugar, no passado?	Como o passado influencia o modo e a experiência de viver neste lugar, hoje?

Fonte: Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 18.

As autoras ainda afirmam que cada uma das perguntas pode gerar outras. Essas perguntas podem ser feitas para diferentes faixas etárias. Sobre isso, Lucio pontua:

A educação emancipadora seria uma alternativa para a ausência de crítica na Educação Patrimonial. Levando em consideração que não há neutralidade na escolha dos patrimônios, é necessário sempre salientar que memória e preservação são integrantes de relações de poder, já que patrimônios podem ser legitimadores destas estruturas (LUCIO, 2021, p.9).

Os patrimônios e a Educação Patrimonial não são neutros e, nesse sentido, a criticidade é relevante na educação, de modo que alternativas sempre devem ser buscadas para que barreiras sejam rompidas. Enquanto educadores, devemos buscar uma educação crítica, ampla e que não sirva para definir ou defender padrões conservadores já existentes.

3.1 Ações realizadas no ambiente escolar e comunidades locais

A Escola Estadual Monsenhor Rodolfo, com a participação de todos os educadores e educandos, realizou um evento aberto para toda comunidade, em que apresentou a cultura do município, os bens tombados, a história local, sua economia, seus aspectos naturais, entre outros. O evento ocorreu no dia quatro de junho de 2022 e recebeu o nome de *Ervália em Diferentes Ângulos*. O evento ocorreu em comemoração ao aniversário de emancipação política do município, que ocorre no dia 17 de junho. Adiante, seguem algumas imagens dos trabalhos dos educandos (Figuras 43 a 46).

Figura 43 - Alunas apresentando trabalho



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 44 - Maquete da Igreja São Sebastião



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 45 - Mural de fotos 1



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 46 - Mural de fotos 2



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Na primeira imagem é possível observarmos que um grupo de meninas explica sobre as intuições religiosas do município com a utilização de cartazes. Outro grupo de educandos também fizeram maquetes e outros tipos de trabalho acompanhados de explicação oral. Algumas vezes, os educandos apresentavam lendo em folhas ou fazendo pequenas consultas, demonstrando certa insegurança. A sensação de pertencimento, de ser utilizado e de se sentir representado poderia levar o educando a se sentir mais próximo do bem, mais detentor de conhecimentos e mais seguro para falar sobre ele, no entanto, as demonstrações de insegurança sugerem o contrário nesta situação.

Esse evento organizado pela escola fez utilização de fotografias (Figuras 45 e 46), por meio das quais foram apresentados alguns bens tombados, monumentos e algumas pessoas que fizeram parte ou contribuíram da história do município. Sobre as áreas rurais, os povos originários ou tradições culturais que ocorrem fora cidade, pouco foi retratado pelos educandos de sexto e sétimo ano.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Ervália, as escolas municipais que atendem ao Ensino Fundamental até o quinto ano têm a disciplina Educação Patrimonial em sua grade curricular. Além disso, a Prefeitura também promove alguns eventos em torno do patrimônio cultural da cidade e a valorização cultural em conjunto com a Casa da Cultura. A Casa da Cultura em Ervália oferece oficinas de bordado, pintura, exposições, visitas, entre outras atividades que promovem a inclusão da EP no ensino municipal. As ações da Prefeitura Municipal de Ervália quanto à EP são desenvolvidas em áreas rurais, urbanas, em escolas e em espaços públicos como praças. As comunidades então envolvidas têm como público crianças, jovens e adultos e algumas ações realizadas são postadas na página virtual da Prefeitura. Alguns exemplos são apresentados adiante, nas Figuras 47 a 50.

Cumprir relatar que em junho de 2022 ocorreu, na Casa da Cultura, uma exposição sobre a Semana Santa que acontece em Ervália, em que fotografias e objetos foram expostos. A Semana Santa é um bem cultural imaterial do município e trata-se de um acontecimento que vem sendo passado de geração para geração; uma prática religiosa que ocorre há muitos anos na cidade.

Figura 47 - Exposição sobre a Semana Santa que ocorreu em Ervália



Fonte: Instagram (2023).

A Prefeitura de Ervália realizou também, em conjunto com a Casa da Cultura, algumas atividades em comunidades rurais no ano de 2022: uma em Santo Antônio da Ventania e outra no Careço. Na imagem da Figura a seguir é possível vermos a reinauguração da praça do povoado de Santo Antônio da Ventania, no mês de agosto.

Figura 48 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural em Santo Antônio da Ventania



Fonte: Instagram (2022) ¹⁷.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChSwML6v8TU/>. Acesso: 22/12/2022.

As ações em prol do patrimônio cultural continuam em Ervália! No início do mês foi a vez de finalizar a abordagem ao tema “Inventário Participativo: Investigando o território do povoado de Santo Antônio da Ventania”. Através de coletas de dados da Igreja de Santo Antônio e Praça José Henrique Duarte, os alunos também levantaram fatos da vida do homenageado, Senhor José Henrique. Os resultados alcançados foram satisfatórios e, através de forma lúdica com a utilização de jogos e mapas de percepção do local onde vivem, puderam sentir a importância da praça e igreja na vida da população como local de acontecimentos e vivências da comunidade. Houve também o descerramento da placa da reinauguração da praça, que contou com a presença do prefeito Eloísio Cunha, do filho do homenageado, José Geraldo, Artidor Assis Sales, da secretária Municipal de Educação e Cultura, Terezinha Solange Fernandes Feres, da coordenadora de Cultura, Aída Maria Sant’ Anna Lopes, da diretora da Escola Municipal Santo Antônio, Rosália de Castro Ferreira, e das professoras e alunos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2022, s.p.).

Quando o título “Investigando o território do povoado de Santo Antônio da Ventania” é utilizado, apresenta-se, com esse intento, um projeto que demonstra a necessidade de trabalho coletivo e de pesquisa histórica. A igreja foi o local onde se buscou fontes, e um trabalho de mapeamento também foi feito, o que permitiu uma localização espacial. O trabalho de valorização cultural em comunidades rurais faz com que os moradores sejam representados.

Considerando que a maioria dos bens tombados e inventariados se encontra na área urbana do município de Ervália, essas ações em comunidades rurais se configuram como representação cultural presente e próxima à memória daqueles que ali estão inseridos. A valorização cultural em áreas rurais permite ao sujeito que ele esteja inserido em um local que também têm suas características culturais e históricas.

Outra ação em Prol do patrimônio cultural foi a realizada na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, também em agosto de 2022, na comunidade do Careço, a qual contou com a participação de educadoras e da coordenadora da Casa da Cultura. Trabalhos como esse retratam a realidade dos educandos de forma atrativa e são bem vindos com práticas de ensino-aprendizagem exitosas.

Figura 49 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural em Santo Antônio da Ventania



Fonte: Instagram (2022) ¹⁸.

O projeto contou com a presença das professoras do 4º e 5º ano, pedagoga, coordenadora da escola, Eliana Dangel de Lima, coordenadora de Cultura, Aída Maria Sant' Anna Lopes e a convidada especial e "tetraneta de coração" de José Simões de Almeida Moita, Maria Imaculada da Conceição Soares, que fez belíssimos relatos da história de Moita e narrou os fatos da vida do conhecido como o "Pai dos Carecidos". A iniciativa expôs os objetos que pertenciam ao José Simões Moita, como os livros de anotações e quadro contendo a sua fotografia, as quais foram inventariados pelo município. No encontro, Aída abordou sobre conceitos importantes no âmbito da temática do Patrimônio Cultural, expondo reportagens de jornais antigos que relatavam sobre o Povoado Careço na época em que Ervália era Freguesia de São Sebastião do Herval. A ação foi concluída com a doação dos livros de anotações de Moita, passaporte e carta para a Casa da Cultura de Ervália. Os alunos se encarregaram de levar os objetos até o local, onde permanecerão para apreciação e pesquisas. Para finalizar o projeto, foi feito um compilado com todas as informações que obtiveram e as mesmas foram armazenadas num caderno que se encontra na Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Ramos Fonseca (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2022, s.p.).

Já no dia 29 de novembro de 2022, a Prefeitura do município fez uma postagem no *Instagram* expondo uma ação sobre o patrimônio cultural. Dez participantes fizeram pinturas em peneiras de café, relacionando a importância dos monumentos históricos com o café naquela localidade.

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChSQ1t-OmZK/>. Acesso: 22/12/2022.

Figura 50 - Publicação sobre ação em prol do patrimônio cultural- Pintura nas peneiras



Fonte: Instagram (2022) ¹⁹.

Mais uma ação alusiva ao patrimônio cultural foi realizada em Ervália! Entre os dias 22 e 25 deste mês aconteceu a Oficina de Pintura "Das peneiras dos cafezais ao Patrimônio Cultural de Ervália". Os 10 participantes se destacaram expressando, através da pintura, a beleza dos bens culturais tombados pelo município de Ervália. Mediada pela Coordenadoria de Cultura de Ervália, a Oficina teve o objetivo de fomentar o potencial informativo da Casa da Cultura, conhecimento acerca do café e bens culturais tombados tão presentes no cotidiano dos ervalenses. A ação integra o Plano de Ação "Contemplando e Vivenciando o Patrimônio Cultural de Ervália: Conceitos, Memória e Paisagem", que foi elaborado para pontuação no Programa de ICMS Patrimônio Cultural em 2021, cujos conjuntos documentais são apresentados e analisados pelo IEPHA - MG. Crédito das fotos: Cristiano Dores (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA, 2022, s.p.).

Essa outra ação envolveu um público jovem e adulto, e por meio dela foram realizadas representações artísticas em peneiras de café, que é o principal produto que move a economia do município. As obras retratadas se tratavam dos bens tombados. A partir dessas três ações, podemos perceber a Prefeitura Municipal de Ervália conduz atividades culturais em defesa do patrimônio e a história do município. Ela também contribui na realização de algumas outras atividades culturais, como a valorização da Semana Santa no município e a Festa do Carro de Boi no povoado de Dom Viçoso ²⁰. Esta última é uma forma de relembrar os costumes que estão se perdendo, como o uso do carro de boi, e se dá no intento de manter tradições das

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ClipkQyO9DP/> Acesso: 21/12/2022.

²⁰ O povoado é popularmente conhecido como Grama.

comunidades rurais. A Festa do Carro de boi é o primeiro bem imaterial registrado do Município.

Em contrapartida ao incentivo cultural e patrimonial, um problema é visto como recorrente em Ervália: a demolição de algumas casas antigas e que marcam a história da cidade. É comum a este município e a outras ações de demolição ou reformas de alguns bens culturais com valores históricos, sem se dar a devida importância ao caráter histórico, visando-se, apenas, ao aspecto lucrativo. Algumas casas antigas, quando são demolidas, dão lugar a prédios e as reformas que desconfiguram características originais.

No município em questão, houve dois momentos em que isso ocorreu de maneira abrupta. Primeiro, entre as décadas de 1920 e 1930, com o projeto de modernização dos Andrades e do Monsenhor Rodolfo. E agora, na atualidade, quando se presencia a segunda onda de modernização, com aberturas de novas ruas, loteamentos e modernização do centro pelos comerciantes locais, e até reformas nas praças.

Quanto à preservação dos bens culturais, Scifoni afirma que:

“Conhecer para preservar” é uma campanha que deve ser levada, principalmente, à esfera do poder público, junto aos vereadores de câmaras municipais, prefeitos, governadores, deputados do legislativo, que, não raramente, pressionam os órgãos públicos para aprovações de empreendimentos que causam a perda física ou de significados dos bens culturais. [...] Conhecer para preservar é, igualmente, uma lição que deve ser difundida entre os próprios gestores públicos do patrimônio que, muitas vezes, têm dado exemplos de aprovações de intervenções e licenciamento de obras que, contraditoriamente, causam destruição ou descaracterização do próprio objeto de sua tutela. O processo de flexibilização, ajuste e desregulamentação do patrimônio cultural, discutido em Scifoni (2015), que se realiza a partir de alterações ou revogação de normativas de tombamento com a finalidade precípua de liberar empreendimentos, tem resultado no desaparecimento de bens culturais ou na perda de seus sentidos e significados (SCIFONI, 2017, p. 8).

Scifoni aponta que é responsabilidade do poder público defender seus bens culturais, pois um bem cultural histórico, que remete à cultura ou à história, deve ser preservado e medidas que impeçam – ou que, pelo menos, questionem o motivo de demolição ou degradação – devem ser adotadas. Muitas pessoas demolem construções antigas por temerem ações de inventariação ou tombamento. Após a demolição, o que fica para parte da população é o questionamento de o que poderia ter sido feito antes. Nessa seara, cumpre lembrar que um processo de tombamento exige burocracias e manutenção de um bem, o que pode ser oneroso para as despesas públicas. Com a destruição de bens históricos, o que ficam são as memórias,

os relatos orais, os documentos e as fotografias que comprovam o que existiu e já não existe mais.

Deterioração física de bens culturais pelo abandono e ausência de medidas de conservação, o famoso deixar cair; demolições de edificações antigas, legalmente não protegidas, e sua substituição por novas estruturas como condomínios residenciais ou shoppings, como espaços homogêneos e normatizados; projetos estatais de intervenção e criação de infraestrutura que dilapidam e fragmentam conjuntos tombados; são alguns dos exemplos de perda do patrimônio que as cidades brasileiras acompanham cotidianamente (SCIFONI, 2017, p. 13).

Com base nas afirmações de Scifoni e analisando o município de Ervália, podemos notar que esse problema atinge contingentes populacionais menores e maiores. A demolição de casas antigas dá lugar, em Ervália, a lojas comerciais, prédios com muitos andares, estacionamentos e até espaços de festa. Além disso, muitos bens tombados já passaram por intervenções sem consulta prévia dos órgãos necessários, como o perímetro da Cachoeira da Usina e a Capela Nossa Senhora da Misericórdia.

3.2 Proposições de atividades voltadas para o patrimônio cultural

Algumas propostas de atividades serão apresentadas a seguir, com o intuito de que seja construído entre educandos, educadores e população um olhar crítico sobre o patrimônio cultural do município. A educação crítica e construtiva se deve dar no sentido de integrar e fazer com que os espaços tenham significados no presente – e não apenas como exaltação ao passado.

3.2.1 Intervenção com educandos e educadores

Após reflexões de como abordar a temática patrimonial, é pertinente propormos algumas intervenções com os educandos. Uma Educação Patrimonial crítica deve ser elaborada com cuidado e trabalhada em conjunto. No município de Ervália, ao trabalhar com a EP, o educador poderia começar com questionamentos sobre histórias orais que pessoas mais idosas contam, para remeter à memória, falar sobre a origem dos mais antigos, se eles sabem se no local onde moram há algum monumento ou tradição cultural importante. Após esses questionamentos, o educador poderia contar sobre a história do município, dos povos

originários e dos antepassados que habitaram a região, bem como dos povoados e sobre a religiosidade na região desde século XIX.

Para mostrar as limitações do território do município, é válida a utilização de um mapa, com o intuito de identificar onde se localiza a área urbana, a área ambiental, como a Serra do Brigadeiro, e os municípios vizinhos. A partir daí pode ser questionado aos educandos se eles conhecem algum bem tombado do município; elencado àqueles que existem; e apresentadas algumas de suas características.

Após apresentar aos educandos os bens tombados, é pertinente mencionar que grande parte desses é de origem religiosa, provinda de uma cultura eurocêntrica. É necessário fazer os educandos questionarem por que os bens foram tombados, por quem, quais interesses atendiam, quando, o que representavam na época em que foram criados, o que representam hoje, conduzindo-os a um olhar crítico e questionador.

Uma sugestão de atividade poderia ser realizada no Conjunto Paisagístico Santo Cristo, em que poderia ser apresentado um mapa onde ele se encontra e abordado o ano da idealização, o ano de criação, por quem foi idealizado, o que representava naquela época para o município, quem representava. Ademais, se poderia analisar como esse patrimônio se encontra hoje, para que é utilizado, o que poderia ser feito para resolver o problema de usuários de droga que lá frequentam e como a população poderia utilizar mais e melhor o espaço. Atividades como piqueniques poderiam ser feitas, de modo que incentivem análises de como ocorre a transformação do espaço ao longo do tempo e como as tradições culturais se transformam.

A cachoeira da Usina, que é um bem tombado de caráter natural, também poderia ser visitada e analisada como um espaço natural, a partir do qual se poderia refletir sobre as mudanças pelas quais passou ao longo do tempo, como é utilizada hoje e a sua relação com a PCH, que encontra bem próxima. Além disso, a cachoeira pertenceu a famílias influentes no município, bem como pertenceu à igreja e hoje é uma propriedade privada, que recebe visitantes que utilizam o espaço da cachoeira como formas de lazer e descontração.

Bens tombados como o túmulo do Eleotério de Andrade e a Capela da Misericórdia são bens culturais que deveriam ser analisados por meio do levantamento das pessoas que foram sepultadas, bem como investigações sobre por que o túmulo foi tombado e não outro, e qual a influência da igreja nesses lugares.

Todos os bens tombados oferecem vastas possibilidades de estudos, análises e questionamentos que podem ser feitos com um público diversificado, desde crianças até adultos. Os estudos devem ser feitos de forma crítica, para que os educandos não conheçam

apenas para preservar, mas para ressignificar, se sentirem pertencentes, saberem ser críticos e sujeitos pertencentes de uma sociedade que se transforma ao longo do tempo.

Como até foi sugerido por um educador no questionário, a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os responsáveis pela realização de atividades culturais no município de Ervália, poderiam também promover algum curso ou evento sobre as diversas manifestações culturais praticadas na cidade e sobre os bens patrimoniais, assim promovendo a EP.

Outra proposição é a formação de um grupo de educadores organizados em torno da EP, para discutir métodos, projetos e dificuldades. Esse grupo poderia ser *on-line* e também com encontros presenciais. Ele poderia ser construído em uma escola e, posteriormente, deveria ampliar o convite de participação a educadores e educadoras de outras instituições educativas da localidade. Várias questões poderiam ser levantadas, como o resgate das tradições e histórias dos povos originários na região, a demolição de casas antigas, estudos dos bens tombados e inventariados, pesquisa sobre as legislações voltadas ao patrimônio cultural e EP, entre diversos outros temas que poderiam ser trabalhados em conjunto pelo grupo.

3.2.2 Intervenções com a população

A Prefeitura Municipal de Ervália já faz algumas práticas culturais com a população e essas devem permanecer ou mesmo ser ampliadas. Novas propostas devem ser estimuladas nas comunidades, como saber quem foram os primeiros moradores, quais suas origens, o que fizeram, além de empregadas entrevistas com pessoas idosas ou que possuem conhecimento sobre a cultura ou tradições do município. Essas informações podem ser buscadas em fontes orais da população.

Outra atividade interessante seria unir a população e a comunidade escolar como foi feito na comunidade do Careço, para despertar a criança para o conhecimento e buscar a memória da população, seja entrevistando pessoas idosas, seja buscando objetos ou alguma tradição familiar.

Quanto às casas mais antigas do município, é relevante abrir um processo para catalogá-las, levantar suas características, seu significado para o município e importância para a população. Também se pode investigar o que aconteceu com casas antigas já demolidas, o que elas representavam e qual o sentimento da população sobre elas. Esse trabalho e

questionamento com as casas antigas que podem ser ou já foram demolidas é um trabalho mais complexo, pois até literaturas afirmam sobre a influência de atitudes políticas e governamentais sobre esses lugares, além de envolver questões de especulação imobiliária e de interesses econômicos. Esse é um debate mais profundo, assim como ocorre em vários outros lugares.

A memória de povos nativos, que provavelmente viveram na região da Zona da Mata ou proximidades, e que influenciaram a nossa cultura, também deve ser buscada nas tradições culturais, nas histórias orais, ou em registros existentes. A passagem desses povos não pode ser totalmente esquecida e ações para a busca de memórias existentes a seu respeito devem ser realizadas.

Por fim, a Prefeitura poderia oferecer recursos e transporte, principalmente para as escolas, caso seja solicitado o auxílio nas práticas de EP. Muitas vezes, os educadores são limitados pelos gastos e pela falta de apoio para trabalhos voltados à Educação Patrimonial, mas acordos poderiam ser criados em prol de uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial executada de forma construtiva faz com que o processo de ensino-aprendizagem seja mais dinâmico, efetivo e atrativo. Ela tem o potencial de tornar os educandos sujeitos críticos e conscientes, levando-os a compreenderem melhor a sociedade em que estão inseridos e o meio onde vivem. Na EP, a memória, a cultura de diversos povos, as tradições, as festividades, os bens inventariados e os bens tombados devem ser ponderados, havendo a necessidade de ressignificar as instâncias e institucionalizações, e de olhar o seu simbolismo no passado e nos dias de hoje.

No ambiente escolar, o que frequentemente dificulta uma boa execução da EP são as turmas superlotadas, a burocracia para a saída dos educandos da escola, a falta de recursos financeiros, a necessidade de transporte, entre outras questões que desmotivam o educador. A maioria dos professores possui mais de uma turma e sair da escola pode se tornar uma grande dificuldade. Ademais, o tempo de aula também pode ser um fator limitante, já que as aulas duram 50 minutos e, para uma visita, quase sempre é necessário um tempo maior que este. Muitas vezes, resta ao educador trabalhar a EP de forma teórica em sala de aula e sugerir ao educando que realize visitas por conta própria. As dificuldades para a execução da EP são inúmeras, mas é preciso que consigamos contornar esses obstáculos, para construir ideias em conjunto com a escola e com os seus atores.

O trabalho dos educadores e dos órgãos que promovem ações culturais em prol do patrimônio cultural em Ervália deve recuperar a memória e a história dos indivíduos e das mais variadas tradições culturais, bem como deve apresentar à população os bens tombados, mostrar o seu significado, ressignificá-los, criticá-los e utilizá-los de uma melhor forma nos dias de hoje. Além disso, a memória e a tradição de outras culturas, como a dos povos da área rural, devem ser buscadas, pois fazem parte da cultura do município. Festas como a do Carro de Boi devem ser mais divulgadas e outras festividades ou ações desse tipo devem ser realizadas, pois os atos do capitalismo e dos processos de urbanização não devem sufocar as tradições culturais.

As questões relativas à demolição de casas antigas devem ser demonstradas aos educandos e a toda a população, pois os espaços que davam lugar às casas antigas vêm sendo ocupados por prédios comerciais, e pouca ou nenhuma atenção é dada às edificações que carecem de recurso para resistirem ao tempo e permanecerem na memória.

Em dezembro de 2022, a Prefeitura Municipal de Ervália, em conjunto com Senar, realizou um curso básico sobre Derivados do Leite, em que foram oferecidos minicursos

sobre a fabricação de requeijão, queijo e outros produtos. Ações como esta favorecem as tradições culturais em Ervália, pois as práticas em torno da produção de leite e seus derivados são marcantes na história da região e da população. Tradições culinárias também devem ser valorizadas e cursos seriam de grande valia se fossem oferecidos, pois as pessoas seriam capacitadas e adquiririam ainda mais conhecimentos.

De uma forma geral, cursos e minicursos de variadas temáticas culturais e patrimoniais podem ser pensados e organizados pela Administração Pública, voltados aos variados públicos, como jovens, educandos, educadores e toda a comunidade que tenha interesse. Nesse âmbito não devemos nos esquecer, também, de ações para o reconhecimento de outras tradições culturais, e o incentivo da manutenção de tradições culinárias e artísticas, tanto na área rural quanto no centro da cidade. Muitas tradições culturais importantes da região não podem ser perdidas, pois representam parte da identidade de um povo.

Por fim, a EP é imprescindível, como tivemos a oportunidade de demonstrar, pois permite o sujeito conhecer, em conjunto, a sociedade em que está, bem como perceber as mudanças ocorridas ao longo do tempo e que a paisagens está sujeita a mudanças.

As marcas do homem são deixadas ao longo do tempo, mas grande parte da história que foi registrada no passado foi construída por uma visão elitista e religiosa. Isso precisa ser questionado, para que, desse modo, também possamos incluir as tradições de outros grupos então relegados ou apagados. A educação é libertadora. Ela pode e deve transformar os sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: A dimensão urbana. **Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.p. 425-435.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação** [online]. 2004, vol.16, n.2, pp.111-122. ISSN 0103-3786. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862004000200001>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 216. *In: Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf . Acesso: 26/10/2022.

BRUNO, Ana. (2014). Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Medi@ções**, 2(2), 2014, 10–25. Disponível em: de <https://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>. Acesso: 21/03/2022.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

DEMARCHI, João Lorandi. Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial. 2020. 164 fls. **Dissertação** (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082020-132634/publico/2020_JoaoLorandiDemarchi_VCorr.pdf

ERVEN, Maria Fernanda Van; MIRANDA, Sonia Regina. Crianças nos templos das Musas: Mediadores culturais, processos de significação e aprendizagens em museus. **Revista História Hoje**, v. 3, nº 6, p. 91-119 - 2014.

FONSECA, Valter Machado da; SILVA, Carmen Lucia Ferreira; ALMEIDA, Rodrigo Barsante. **Ensino e aprendizagem em espaços não formais de educação: uma prática possível?**. Viçosa, 2018. Disponível em: <http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/153598360075755_153386070894324_1533860705_GT3-245.pdf> Acesso em: 02/08/2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**. *In*: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-79.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra; 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HALBWACHS, Maurice. Cap. I- A memória coletiva e a memória individual. *In: A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2005, p. 29-71.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ervália-MG-IBGE Cidades**. [online] Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ervalia/>> Acesso em: 12/08/2020.
IEPHA. **O Iepha**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha>. Acesso em: 15/03/2021.

IPHAN. **O IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 14/03/2021.

ISZLAJI, Cynthia. A Criança nos museus de Ciências: análise da exposição mundo da criança do museu de ciência e tecnologia da PUCRS. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo, 2012.

JACOBUECCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, p.55-66. 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. Ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2009.

LIMA, Admilson Marinho de. Feminização do trabalho docente. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis. 2015. p. 01- 08. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_59015b7bd36c8fc038ee6a08466d2345.pdf . Acesso: 31/10/2022.

LUCIO, C. S. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 104–119, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i2.8666581. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666581>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador. *In: CANDAU, Vera Maria (org). A didática em questão*. 33.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p.25-34.

MARANDINO, Martha. **Interfaces na relação museu-escola**. São Paulo, Cad.Cat.Ens.Fís., v. 18, n.1: p.85

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba. Editora Intersaberes. 2016.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2004, vol.30, n.2, pp.289-300. ISSN 1678-4634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo (10), dez.1993, p.7-28.

NOVA ESCOLA. **Planos de aula**. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/planos-de-aula>. Acesso: 10/01/2023.

PELEGRINI, Sandra. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 87- 100.

PEREIRA, Ana Carolina. Ações de educação patrimonial realizadas pelo IEPHA-MG: entre os anos de 2005 a 2010. 2017. 200 fls. **Dissertação** (Programa de Pós- Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/27005> .

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Histórico de Ervália**. Disponível em:< http://www.ervalia.mg.gov.br/?INT_PAG=4015> Acesso em: 26/06/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. Quadro II A. Inventário_2022 Exercício 2024_ Coordenadoria de Cultura de Ervália. Ervália. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Estátua de Monsenhor Rodolfo**. Ervália. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Túmulo de Eleotério Pereira de Andrade**. Ervália. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Conjunto Paisagístico Santo Cristo**. Ervália. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Cachoeira da Usina**. Ervália. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Monumentos dos Anjos**. Ervália. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Capela Nossa Senhora da Misericórdia**. Ervália. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Imagens de Procissão**. Ervália. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Imagem do Padroeiro São Sebastião**. Ervália. Ervália. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Dossiê de Tombamento Municipal. Capela Nossa Senhora do Rosário e seu Acervo.** Ervália. 2009.

QUEIROZ, Ricardo Moreira de *et al.* A Caracterização dos Espaços não Formais de Educação Científica para o Ensino de Ciências. **Rev. ARETÉ.**Manaus. v. 4 . n. 7 . p.12-23. ago-dez .2011.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2019.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **MUSEU E EDUCAÇÃO: conceitos e métodos.** São Paulo. 2001. p.01-19.

SANTOS, Milton. O temponas cidades. In: **TEMPO/ARTIGOS.** (Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/arquivos/arquivo-71.pdf> .

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. (1993).**Halbwachs: memória coletiva e experiência.** Psicologia USP, 4(1-2), 285-298.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. *Revista Teias*, v.18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC.* São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial, 1. semestre 2019. P.14-31. ISSN 1980-4466

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “ História das paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.203-216.

SILVA, Lidiane; DAMACENO, Ana; MARTINS, Maria. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. **Congresso Nacional de Educação –EDUCERE.** Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC: PR. p. 4554-4566. 2009.

SILVA JUNIOR, Acioli Gonçalves da.**Educação Patrimonial, História Local e ensino de História: Uma Proposta Para o Trabalho Docente.**2016.180 fls. Dissertação (mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A interdisciplinaridade na contemporaneidade — qual o sentido?. In: FAZENDA, I (Org.) **Práticas Interdisciplinares na Escola.** 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de história e estudos culturais.** Vol. 7, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/90115-A-preservacao-do-patrimonio-cultural-e-sua-trajetoria-no-brasil.html> >

ZANIRATO, Silvia Helena; Ribeiro, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ANEXOS

ANEXO I- TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Patrimônio cultural no processo de ensino-aprendizagem no município de Ervália-MG” sob coordenação do pesquisador da UFV, Valter Machado da Fonseca. O objetivo desta pesquisa é analisar como o patrimônio e os bens tombados podem contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Pretende-se compreender como é a utilização dos patrimônios culturais pelos educadores, e de que modo ocorre à educação patrimonial e de que forma poderia ser melhorada no processo de ensino/aprendizagem no Ensino Fundamental e médio. Além disso, serão apresentados os bens tombados do município de Ervália, será feito um mapeamento e propostas como forma e intervenção social.

Um dos motivos de querer aprofundar conhecimentos no patrimônio cultural é por acreditar que a educação patrimonial pode ser transformadora. Os espaços não formais de aprendizagem como os patrimônios culturais são de grande importância e tem muito a contribuir principalmente na educação patrimonial. Compreendo que a pesquisa pode contribuir para o conhecimento científico. Trará novas formas de aperfeiçoar e tornar as aulas com a temática educação patrimonial ainda mais interessante e mais próxima à realidade dos educandos, propondo uma didática mais participativa. O patrimônio e os bens tombados devem ser mais utilizados no meio escolar, visto que podem melhorar a valorização cultural e aumentar o conhecimento e a participação dos educandos.

Sua participação se dará por meio de um questionário, onde haverá perguntas a serem respondidas. A duração do questionário será em torno de 40 minutos, o mesmo será realizado/enviado via e-mail, WhatsApp ou Google formulário, meio onde o(a) Sr. (a) se sentir mais a vontade em receber os documentos e o questionário.

Os riscos envolvidos para o (a) Sr.(a) na pesquisa são mínimos, e serão ainda mais minimizados com a adoção do anonimato na publicação acadêmica dos dados. Sobre os riscos que essa pesquisa pode apresentar são: cansaço ou aborrecimento, vergonha, riscos de danos possíveis de invasão de privacidade ao relatar práticas diárias em sala de aula, divulgação de

dados confidenciais (registrados no TCLE) e tomar tempo do sujeito ao responder ao questionário. Além disso, o risco de falta de internet também pode afetar a participação no questionário. Para evitar esses riscos o(a) Sr.(a) poderá responder o questionário quando se sentir apto para tal atividade, descansado e no tempo em que lhe for conveniente. Quanto ao risco de quebra de sigilo será feito o possível para garantir o anonimato na plataforma virtual. Você não precisa responder a qualquer pergunta caso você se sentir constrangido (a) e a qualquer momento, se tiver dúvida você poderá perguntar para se esclarecer. Por ser um questionário virtual que pode demandar um longo tempo, se houver desconforto e cansaço, o Sr.(a) pode fazer interrupções a qualquer momento e retomar quando se sentir confortável. Para minimizar o risco e falta de internet caso ocorra, entrarei em contato em outro momento.

Os benefícios desta pesquisa são: contribuição para o desenvolvimento científico no ambiente escolar, inovação e novos conhecimentos na área educacional. O questionário poderá trazer reflexões aos participantes que poderão auxiliar em suas práticas docentes. Além disso, os participantes que se interessarem receberão a dissertação final, para o conhecimento dos resultados apresentados.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. Por ser um questionário que pode demandar um longo tempo se houver desconforto e cansaço, de maneira que se o (a) Sr.(a) prefira parar por um momento, o questionário poderá ter pausas.

O (A) Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável no Departamento de Educação, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução

466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Patrimônio cultural no processo de ensino-aprendizagem no município e ErváliaMG” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Valter Machado da Fonseca

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV.

Departamento de Educação

Tel: (31) 3612-7528 E-mail: valter.fonseca@ufv.br

Tatiane Lessa (Mestranda)

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV

Tel: (32) 98422-6062 . E-mail: tatiane.lessa@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br www.cep.ufv.br

*Obrigatório

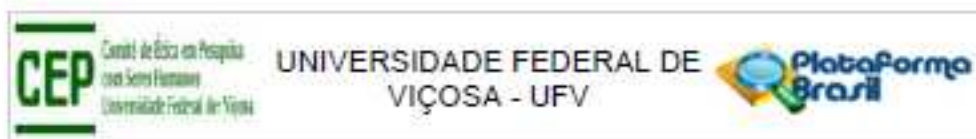
DECLARO que li as informações contidas neste Termo de Consentimento, fui devidamente informado(a) dos procedimentos que serão utilizados, e da confidencialidade das informações, concordando em participar da pesquisa. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e que poderei pedir esclarecimentos a qualquer tempo.

() Sim

() Não

Nome Completo:

ANEXO II- PARECER COMITÊ DE ÉTICA UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Patrimônio cultural no processo de ensino aprendizagem no município de Ervália-MG

Pesquisador: Valtier Machado da Fonseca

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46996121.3.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

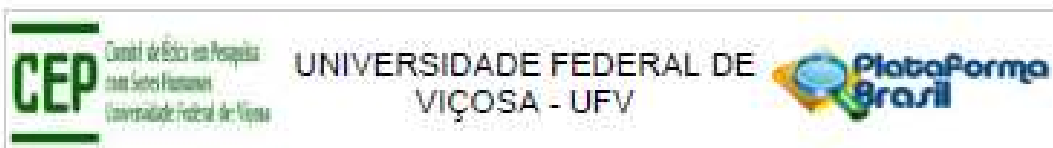
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.794.355

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente a Grande Área 7. Ciências Humanas. Segundo Formulário Online "Este projeto pretende pesquisar o patrimônio cultural e as contribuições da educação patrimonial no município de Ervália, Minas Gerais. Como envolve o processo de ensino aprendizagem parte do trabalho e as análises acontecerão com a participação de educadores que desenvolvem projetos com a temática patrimonial na rede pública, que trabalham no ensino fundamental e médio. A pesquisa será desenvolvida em escolas públicas, estaduais localizadas no município de Ervália, Minas Gerais. O objetivo desta pesquisa é analisar como o patrimônio e os bens tombados podem contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história no ensino fundamental e ensino médio. Pretende-se compreender como é a utilização dos patrimônios culturais pelos educadores, e de que modo ocorre a educação patrimonial e de que forma poderia ser melhorada no processo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental e médio. Além disso, serão apresentados os bens tombados do município de Ervália, será feito um mapeamento e propostas como forma e intervenção social. Esta pesquisa será de caráter qualitativa, onde será utilizado método de estudo de caso, que permite um conhecimento detalhado e amplo. Além disso, o trabalho será produzido a partir do contato com as diferentes interações humanas e sociais. A análise de dados será baseada em Bardin (2009) que centra em três pilares: a análise do material, a exploração do material e o tratamento dos resultados que possibilitará boas reflexões. O método qualitativo tem

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-917
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Protocolo: 4.794.355

uma forma ampla e flexível de fazer pesquisa, explorando os dados de forma profunda, sendo um campo cheio de possibilidades na pesquisa. As etapas dessa pesquisa serão as seguintes: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, análise de questionários e pesquisa fotográfica”.

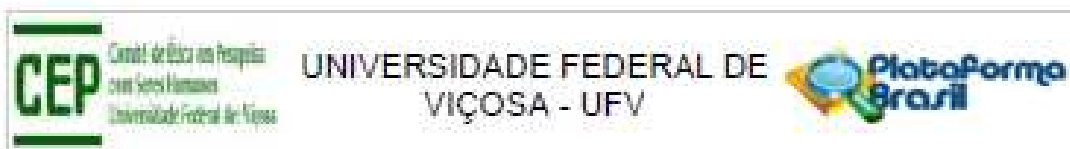
Objetivo da Pesquisa:

Segundo formulário online: Objetivo primário: “analisar como o patrimônio e os bens tombados podem contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história no ensino fundamental e ensino médio”. Objetivos secundários: “analisar a importância do patrimônio no processo de ensino aprendizagem no município de Ervália, como ocorre a educação patrimonial e a utilização dos espaços não formais de aprendizagem pelos educadores de Ervália; verificar com os educadores os projetos que foram desenvolvidos sobre a educação patrimonial e a utilização de espaços não formais; mapear e descrever os bens tombados na cidade de Ervália e analisar como poderiam ser utilizados”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo formulário online: Riscos: “ Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, e serão ainda mais minimizados com a adoção do anonimato na publicação acadêmica dos dados. Sobre os riscos que essa pesquisa pode apresentar são: cansaço ou aborrecimento, vergonha, riscos de danos possíveis de invasão de privacidade ao relatar práticas diárias em sala de aula, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE) e tomar tempo do sujeito ao responder ao questionário. Além disso, o risco de falta de internet também pode afetar a participação no questionário. Para evitar esses riscos o(a) Sr.(a) poderá responder o questionário quando se sentir apto para tal atividade, descansado e no tempo em que lhe for conveniente. Quanto ao risco de quebra de sigilo será feito o possível para garantir o anonimato na plataforma virtual. Você não precisa responder a qualquer pergunta caso você se sentir constrangido(a) e a qualquer momento, se tiver dúvida você poderá perguntar para se esclarecer. Por ser um questionário virtual que pode demandar um longo tempo, se houver desconforto e cansaço, o Sr.(a) pode fazer interrupções a qualquer momento e retomar quando se sentir confortável. Para minimizar o risco e falta de internet caso ocorra, o pesquisador entrará em contato em outro momento”. Benefícios: segundo a pesquisadora dentre os benefícios se encontram que “contribuição para o desenvolvimento científico no ambiente escolar, inovação e novos conhecimentos na área educacional. O questionário poderá trazer reflexões aos participantes que poderão auxiliar em suas práticas docentes. Além disso, os participantes que se interessarem receberão a dissertação final, para o conhecimento dos resultados apresentados.” Com relação os benefícios, estes atendem as exigências contidas na Resolução CEP 466/12.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-917
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)2612-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer 4.794.355

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa que se enquadra como pertencente à Grande Área 7: Ciências Humanas, busca-se pesquisar o patrimônio cultural e as contribuições da educação patrimonial no município de Ervália, Minas Gerais. Como envolve o processo de ensino aprendizagem parte do trabalho e as análises acontecerão com a participação de educadores que desenvolvem projetos com a temática patrimonial na rede pública, que trabalham no ensino fundamental e médio. A pesquisa será desenvolvida em escolas públicas, estaduais localizadas no município de Ervália, Minas Gerais. O objetivo desta pesquisa é analisar como o patrimônio e os bens tombados podem contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história no ensino fundamental e ensino médio. Pretende-se compreender como é a utilização dos patrimônios culturais pelos educadores, e de que modo ocorre a educação patrimonial e de que forma poderia ser melhorada no processo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental e médio. Além disso, serão apresentados os bens tombados do município de Ervália, será feito um mapeamento e propostas como forma de intervenção social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta os seguintes termos: - Folha de rosto devidamente assinada e carimbada pela coordenadora do PPGE/UFV - Projeto de pesquisa - Formulário online - Cronograma - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Questionário - Roteiro de entrevista - Termo de Sigilo e Confidencialidade - Autorização escola 1 - Autorização escola 2 - Autorização escola 3.

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

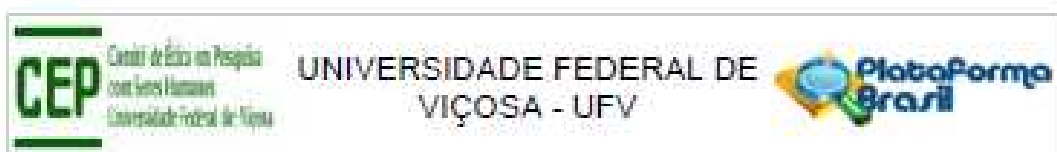
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-917
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3812-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.794.385

encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1752733.pdf	17/05/2021 14:11:44		Acelto
Folha de Rosto	folha.pdf	17/05/2021 14:07:08	Valter Machado da Fonseca	Acelto
Outros	Questionariotelroonline.pdf	17/05/2021 13:58:58	Valter Machado da Fonseca	Acelto
Outros	Rotelroquestionario.docx	17/05/2021 13:58:25	Valter Machado da Fonseca	Acelto
Cronograma	Cronograma.docx	17/05/2021 13:57:41	Valter Machado da Fonseca	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTatianeLessa.docx	17/05/2021 13:54:25	Valter Machado da Fonseca	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/05/2021 12:28:29	Valter Machado da Fonseca	Acelto
Outros	TermodeSigilo.docx	11/05/2021 16:13:42	Valter Machado da Fonseca	Acelto
D Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoEEMonsenhor.docx	11/05/2021 16:11:00	Valter Machado da Fonseca	Acelto
D Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoEEDomFrancisco.docx	11/05/2021 16:10:42	Valter Machado da Fonseca	Acelto
D Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoEEDavidProcopio.docx	11/05/2021 16:10:20	Valter Machado da Fonseca	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_digital.pdf	11/05/2021 15:59:04	Valter Machado da Fonseca	Acelto

Situação do Parecer:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3812-2318 E-mail: cep@ufv.br

 Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV	
---	---	---

Continuação do Parecer: 4.754.355

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

VICOSA, 21 de Junho de 2021

Assinado por:
Érica nascif Rufino Vieira
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes	
Bairro: Campus Universitário	CEP: 36.570-677
UF: MG	Município: VICOSA
Telefone: (31)3812-2318	E-mail: cep@ufv.br

ANEXO III- PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

- 1- Questionário Nome:
- 2- Sexo: F () M ()
- 3- Você leciona há quanto tempo?
- 4- Em que escola você leciona?
- 5- Qual a disciplina que você leciona?
- 6- Em suas aulas você utiliza espaços alternativos de aprendizagem? Quais?
- 7- Você desenvolve interdisciplinaridade com outras disciplinas?
- 8- Já participou ou desenvolveu ou acompanhou algum projeto escolar com a proposta de educação patrimonial?
- 9- Caso tenha respondido sim, como foi a sua participação e a interação com os educandos?
- 10- Percebe maior interação por parte dos educandos quando estão fora sala de aula?
- 11- Você acha que em seu município há bens tombados/patrimônios culturais que poderiam ser mais utilizados?
- 12- Você acha que o número de educandos em uma sala de aula pode influenciar em uma prática em bens tombados e museus? Como?
- 13- Já fez a utilização de algum bem tombado do município de Ervália em suas práticas didáticas?
- 14- Já fez a utilização de algum bem tombado em algum outro município? Onde e por quê?
- 15- O que te impossibilitaria de desenvolver práticas docentes em museus ou bens tombados?
- 16- Em sua opinião, os bens tombados da cidade poderiam ser utilizados como um espaço não formal de aprendizagem?
- 17- Você desenvolve ou já desenvolveu atividades ou projetos quanto à educação patrimonial?
- 18- Caso já tenha desenvolvido poderia descrever como foi?
- 19- Há algum monumento no município que você acha que deveria ser tombado? Se sim, quais?
- 20- Você gostaria de acrescentar alguma informação?

ANEXO IV- TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE FOTOGRAFIA**UFV**

Universidade Federal de Viçosa

Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins, que as imagens utilizadas, fotografadas ou copiadas da Escola Estadual Monsenhor Rodolfo, serão única e exclusivamente utilizados por mim para uso de pesquisa e documentação. Comprometo-me a mencionar o crédito da Escola Estadual Monsenhor Rodolfo por ocasião da utilização e/ou divulgação dos mesmos e a não repassar, em nenhuma hipótese, a terceiros os documentos que me foram cedidos. Assumo também o compromisso de não vincular estes documentos a qualquer prática de cunho publicitário ou outras com fins econômicos. Declaro estar ciente da legislação bem como das penalidades que regem tal compromisso.

Tatiane Lessa . RG - MG 19338634

Nome: Maíra Massensini RG: MG 15259127

Assinatura do Diretor(a) da escola: Maíra

Maíra Massensini
MASP 1407521-2
Diretora
MG 29/06/2019

Ervália, 19 de outubro de 2022.

E. E. Monsenhor Rodolfo
Dec. 9701 de 30/09; 30 Inst. 01/06/46
Rua Dr. Normando Ferreira Estaves, 20
Tel/Fax: (32) 3554-1175
CEP: 36555-000 - Ervália - MG